



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURIDICAS Y DE LA COMUNICACIÓN**  
**MESTRADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**ESCOLA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NA ESCOLA ESTADUAL  
INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCO DO RECIFE – PE -  
BRASIL**

Isis Marinho Siqueira Menezes

Asunción - Paraguay

2018

Isis Marinho Siqueira Menezes

**ESCOLA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NA ESCOLA ESTADUAL  
INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCO DO RECIFE – PE -  
BRASIL**

Tese apresentada ao curso de **Mestrado em Ciências da Educação** da Universidade  
Autônoma de Assunção, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em  
Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luis Ortiz.

Assunción, Paraguay

2018

Isis Marinho Siqueira Menezes

**ESCOLA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NA ESCOLA ESTADUAL  
INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCO DO RECIFE – PE -  
BRASIL**

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2018.

Tesis de Maestría en Ciencias de la Educación, p. 170

Lista de Referencias: p. \_\_\_\_\_

1. Educação Ambiental. Educação. 2. Prática Pedagógica. 3. Sustentabilidade.

Isis Marinho Siqueira Menezes

**ESCOLA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NA ESCOLA ESTADUAL  
INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCO DO RECIFE – PE –  
BRASIL**

Esta Dissertação foi avaliada e aprobada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para obtenção de  
Master en Ciência de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA

---

---

---

## **DEDICATORIA**

Dedico este trabalho a Deus por permitir mais uma conquista. As minhas filhas; Maria Luiza e Maria Laura, e ao meu esposo, amigo e companheiro que com paciência esteve presente nas minhas ausências.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por tudo que conquistei o que sou e o que poderei conquistar. As minhas filhas pelo carinho que tanto me serviu de apoio já que suas palavras carinhosas eram sempre cheias de afeto e ao meu esposo que sempre esteve presente em cada etapa de estudo. Ao meu orientador, professor Dr. Luis Ortiz Jiménez, pelo apoio, dedicação e ajuda durante a realização desta Tese de Mestrado. Aos professores da U.A.A., a Dra. Clara Azevedo e Janice, pela ajuda nesse trabalho e colegas de curso por compartilhar comigo dos momentos de troca de experiências que tanto me ajudaram em meu crescimento pessoal. A todos aqueles, que direta ou indiretamente contribuíram ao longo deste trabalho para minha formação pessoal, profissional e acadêmica.

“Eu sei que Deus habita em mim o tempo todo, guiando-me e inspirando-me toda vez que faço ou digo alguma coisa. Uma luz da qual antes só tinha vislumbre, agora vem a mim toda vez que dela preciso”.

Teresa de Lisíeux

## SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	<b>XI</b>
Lista de Quadros.....	;ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
Lista de Gráficos.....	;ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
Lista de Figuras .....	<b>XV</b>
Resumo .....	<b>XVIII</b>
Resumen .....	<b>XIX</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1. MARCO REFERÊNCIAL TEORICO.....</b>	<b>9</b>
1.1. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA), EDUCAÇÃO E A ESCOLA. ....	
1.1.2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ....	
1.1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	
1.1.4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ESCOLAS INTEGRAIS NO ENSINO MÉDIO.....	
<b>2. PROJETO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA: TECENDO CONHECIMENTO .....</b>	<b>28</b>
2.1. A CONTRIBUIÇÃO DA EA NO ÂMBITO ESCOLAR. ....	
2.2. PROJETO POLITICO PEDAGÓGICA. E O CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO MEDIO NUMA PERSPECTIVA AMBIENTAL.....	
2.3. A PEDAGOGIA DO PROJETO AMBIENTAL NA VISAO INTERDISCIPLINAR E TRANSDISCIPLINAR .....	
2.4. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AMBIENTAIS .....	
2.5. AS PRATICAS E AÇÕES SUSTENTAVEIS NOS PROJETOS EM ENDUCAÇÃO AMBIENTAL: REVISANDO AS PRÁTICAS .....	
2.6. DESAFIOS E TENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EA. ....	
<b>3. MARCO METODOLÓGICO.....</b>	<b>75</b>
3.1. JUSTIFICATIVA DA INVESTIGAÇÃO.....	
3.2. DESENHO METODOLÓGICO.....	
3.3. CONTEXTO ESPACIAL SOCIO ECONÔMICO DA PESQUISA .....	
3.3.1. CARACTERISTICA E HISTORIA DA UNIDADE ESCOLAR.....	

3.3.1.2. ATUALIDADE.....	
3.3.1.3. REGIME E MATRICULA DE ATENDIEMNTO NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIAS ...	
3.3.1.4. A COORDENAÇÃO DA GERENCIA REGIONAL RECIFE NORTE (GRE-NORTE)..	
3.4. DESENHO TIPO E ENFOQUE DA PESQUISA.....	
3.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	
3.6. POPULAÇÃO PARTICIPANTE .....	
3.7. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA COLETA DOS DADOS .....	
3.7.1. TECNICA ANÁLISE DOCUMENTAL .....	
3.7.2. OS QUESTIONÁRIOS.....	
3.8. PROCEDIMENTOS PARA COLETAS DOS DADOS.....	
3.9. TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	
3.9.1. REVISAR O MATERIAL.....	
3.9.2. ESTABELECEER UM PLANO DE TRABALHO INICIAL.....	
3.9.3. CODIFICAR OS DADOS EM UM PRIMEIRO PLANO .....	
3.9.4. CODIFICAR OS DADOS EM UM SEGUNDO PLANO .....	
3.9.5. INTERPRETAR OS DADOS .....	
3.9.6. DESCREVER CONTEXTO(S).....	
3.9.7. ASSEGURAR A CONFIABILIDADE E VALIDADAE DOS RESULTADOS.....	
3.9.8. RESPONDER, CORRIGIR E VOLTAR AO CAMPO.....	00
<b>4. ANALISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>96</b>
4.1. Referente a: Verificar através da escola as variáveis que interferiram no desenvolvimento do projeto em educação ambiental, executados pelos professores.....	
...	
4.2. Sobre: Analise dos resultados do projeto em educação ambiental alcançados e vivenciados pelos professores na escola.....	
4.3. Sobre: Identificar de que maneira os alunos vivenciaram as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelos professores da referida	

escola.....

...

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....98**

**6. RECOMENDAÇÕES .....**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....100**

**ANEXOS .....**

**APÊNDICE .....**

<b>ANEXOS</b>	<b>Pág.</b>
ANEXO 1 - Constância da UAA, entregue a Direção da Escola, lócus da pesquisa	
ANEXO 2-Cópia do Projeto Político Pedagógico da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano/GP- Aurora	
ANEXO 3 - Cópia do Regimento da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano GP-Aurora	
ANEXO 4 - Cópia do Plano de Ação da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano/GP- Aurora	
ANEXO 5 - Guia de Orientação para o Estudante da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano / GP-Aurora	
ANEXO 6 - Projeto Mundo Verde Sustentável EREM da Escola Integral EREM Ginásio Pernambuco/GP-Aurora	
ANEXO 7 -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Professor	
ANEXO 8 -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Professor	

<b>APÊNDICES</b>	<b>Pág.</b>
APÊNDICE 1 - Questionário do Professor	
APÊNDICE 2 - Questionário do Aluno	

<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>Pág.</b>
<b>Tabela 1 .</b> Tempo de decomposição dos resíduos	
<b>Tabela 2.</b> Divisão por séries e nº alunos da EREM – GP – Aurora	
<b>Tabela 3 –</b> Expertos Validadores	
<b>Tabela 4.</b>	
<b>Tabela 5.</b>	
<b>Tabela 6.</b>	
<b>Tabela 7.</b>	
<b>Tabela 8.</b>	
<b>Tabela 9.</b>	

<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	<b>Pág.</b>
GRÁFICO – 1. Número de implantação das escolas de referência de ensino médio Pernambuco - 2009-2016	
GRÁFICO – 2. Números de alunos matriculados nas escolas de referência Integral de ensino médio Pernambuco - 2009-2016	

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>Pág.</b>
FIGURA 1: Palestra referente ao tema ambiental (reaproveitando restos de alimentos)	

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>Pág.</b>
ALEPE - Assembleia Legislativa – Comissão de Educação e Cultura	
ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação	
BNCC - Base Nacional Comum Curricular	
CEE - Conselho Estadual de Educação	
CIEP – Centros Integrados de Educação Pública	
CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	
CNUMAD – Conferência para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável	
CPRH – Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos.	
DEA – Departamento de Educação Ambiental	
EA – Educação Ambiental	
EREM – Escola de Referência do Ensino Médio	
ETE – Escola Técnica	
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco	
GRE - Gerência Regional de Educação	
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	
IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística	
IFPE Instituto Federal de Pernambuco	
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	

LDBEN - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional	
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	
MEC - Ministério da Educação	
MMA - Ministério do Meio Ambiente	
NBR - Norma Brasileira Regulamentadora	
NEAs - Núcleos de Educação Ambiental	
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	
OEMA - Organizações Estaduais do Meio Ambiente	
ONGs – Organizações Não-Governamentais	
ONU - Organização das Nações Unidas	
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais	
PC-PE - Parâmetros Curriculares de Pernambuco	
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	
PDE – Plano Desenvolvimento da Educação	
PEE – Plano Nacional de Educação	
PEV - Projeto Escola Verde	
PIEA - Programa Internacional de educação ambiental	
PIB – Produto Interno Bruto	
PNE - Plano Nacional de Educação	
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente	
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente	
PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador	

PROFIC – Programa de formação Integral da Criança	
PROGEPE – Programa de Governo do Estado para qualificação do Gestor escolar	
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental	
REBEA - Rede Brasileira de educação ambiental	
SEDE - Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação	
SEEP - Secretaria Executiva de Educação Profissional	
SEGE - Secretaria Executiva de Gestão de Rede	
SECJ - Secretaria Estadual da Criança e da Juventude	
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente	
UBES - União Brasileira dos Estudantes da Educação Básica	
UEP - União dos Estudantes de Pernambuco	
UPE - Universidade de Pernambuco	
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## **RESUMEN**

**Palabras clave:**

## RESUMO

A presente tese analisa o Projeto em Educação Ambiental e suas influências na prática pedagógica da educação no ensino médio na Escola Integral EREM – Ginásio Pernambucano/GP-Cabugar, no centro da Cidade de Recife/Pernambuco. Entendendo que a ação ambiental seja trabalhada dentro e fora da escola, elaborando e inserindo projetos que envolvam os estudantes, sendo a escola instituição fundamental para construir ações de cidadania e valores voltados para educação ambiental e sustentabilidade. Diante disso, surge a seguinte pergunta: De que forma as ações e práticas desenvolvidas pelos professores através do projeto em EA, contribui para formação dos jovens do terceiro ano da educação básica como cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio ambiental de modo comprometido com a vida, e com o bem-estar?. Para responder a está pergunta, a Tese traz o objetivo geral em Analisar as ações dos projetos de educação ambiental trabalhado na escola integral da rede pública do ensino médio Ginásio Pernambucano/GP-Cabugar, em Recife/PE. Através da pratica pedagógica do professor. A fim de alcançar esse objetivo geral, foram traçados os objetivos específicos, que são: Avaliar as contribuições da escola para o desenvolvimento do projeto em educação ambiental executados pelos professores; Compreender de que maneira os alunos vivenciaram as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelos professores; Apresentar os resultados do projeto em educação ambiental alcançado e vivenciados pelos professores da escola. A metodologia é do tipo descritivo, com desenho não experimental transversal, seguindo o enfoque qualitativo. Utilizou-se na coleta dos dados, a observação e dos materiais utilizados pelos professores da escola. Os questionários composto por questões semi fechadas e entrevista não estruturada. Tendo como população participante professores, alunos.

.....  
.....  
.....

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Educação. Escola. Pratica Pedagógica. Sustentabilidade.

## INTRODUÇÃO

As questões ambientais têm sido reconhecidas em diversos segmentos sociais como um imprescindível meio de possibilitar mudanças e alterações positivas no atual quadro de degradação do meio ambiente. Suas práticas educativas têm o objetivo de formar indivíduos conscientes de sua realidade e de seu papel como ser atuante e integrante no processo de conscientização e construção de valores ligados ao meio ambiente. Entretanto, é importante ressaltar que a educação ambiental não é exclusivamente uma prática pedagógica direcionada ao ensino tradicional da Ecologia, mas uma prática que tem como conceitos e objetivos a promoção de mudanças significativas na forma de pensar e utilizar o ambiente natural. Prática que resulte na preocupação com a conservação da natureza, alicerçada no envolvimento participativo não apenas das escolas, mas das comunidades em todo o lugar do mundo em torno de questionamentos e resoluções acerca dos problemas ambientais.

Ressalta-se que a educação ambiental e a sustentabilidade na escola constituem-se como formas abrangentes de educação já que se propõe a atingir todos os cidadãos compreendendo o meio ambiente escolar em todas as suas dimensões física, química, biológica, econômica, cultural, política e geográfica, bem como nas diversas áreas do conhecimento. A Educação Ambiental (EA) pode ser desenvolvida e vivenciada de maneiras diferentes, sobretudo nas escolas, onde o ambiente é propício para desenvolver projetos e ações que promovam a aprendizagem, o conhecimento e a mudança de comportamento. Por este motivo, que a educação ambiental e a sustentabilidade têm um papel muito importante de sensibilização no sentido de mudar comportamentos, protegendo o meio ambiente e resgatando a qualidade de vida. Para Carvalho (2012, p.189):

Ao constituir-se como prática educativa, a educação ambiental também se filia ao campo de educação propriamente dito e é da confluência entre o campo ambiental e algumas tradições educativas que vão sugerir orientações específicas dentro da própria educação ambiental.

Muitas vezes, a EA nas escolas é dificultada pela pouca institucionalização da questão ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP), currículo e outros documentos normativos das instituições; ou pelas limitações dos professores em desenvolver a temática ambiental a partir dos conteúdos disciplinares; ou pela carência de material

didático; ou mesmo pela inadequação estrutural e ergonômica das escolas para o desenvolvimento de práticas educativas na área ambiental, colaborando para que as instituições de ensino reproduzam um modelo de comportamento descomprometido com a sustentabilidade sócio ambiental.

Assim, percebe-se a necessidade da instituição escolar sofrer mudanças urgentes nas concepções e paradigmas não apenas curriculares, mas, que vai muito, além disso, como mudar a sensibilidade, a subjetividade, a materialidade, a espiritualidade, como ressalta Dutra (2014, p. 46), “nesse contexto, passa-se a perceber e a trabalhar com o educando compreendendo a integralidade e a complexidade de sua humanidade”.

Diante da complexidade desses aspectos construídos a partir do conceito de educação ambiental, torna-se fundamental apontar algumas considerações sobre a temática e reflexões de sua prática para um desenvolvimento sustentável. Assim, ao refletir sobre as práticas ambientalmente sustentáveis, a pesquisa apresenta como Tema: “ESCOLA E MEIO AMBIENTE: Análise das ações dos projetos em Educação Ambiental desenvolvidos na escola estadual integral do ensino médio Ginásio Pernambucano, da cidade de Recife – Pernambuco”, e justifica-se por compreender-se a relevância dos projetos voltados as questões ambientais dentro da escola na formação de cidadãos participativos e atuantes na sociedade Sendo assim, esse estudo se justifica que segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 19), a justificativa “consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”.

Vale lembrar que inúmeros estudos e campanhas têm sido propostos no sentido de que o tratamento de resíduos tenha como foco o modo de como são aproveitados. Para isso é necessário que a população tenha não apenas consciência do uso dos recursos naturais, mas, que seja sensível aos resultados de uma gestão inadequada de resíduos. Por isso, o espaço escolar é tão importante para as discussões sobre a prática ambiental uma vez que a escola se constitui como um espaço relevante e integrador de conhecimentos envolvendo não apenas os estudantes, mas, as famílias e a comunidade em torno do desenvolvimento e prática desses conhecimentos.

Existe a necessidade de um estudo mais aprofundado de como os resíduos sólidos vêm sendo geridos nas escolas públicas tendo em vista as consequências oriundas de sua má administração e a importância da reciclagem e reutilização desses resíduos para que se efetive a construção de uma escola sustentável.

Por isso, cabe a nós professores reflexivos e pesquisadores, lutarmos por essa mudança na educação, tendo em vista a (re) qualificação profissional, de habilidades e competências na docência. Daí a importância do professor que contribua para o desenvolvimento da autonomia do educando, mediando sua aprendizagem para a construção do sujeito e suas relações sociais, onde ele possa perceber como um ser relacional que influencia na construção do meio em que vive ao mesmo tempo em que é influenciado por ele.

Tais inquietações surgiram, enquanto professora e educadora, interessando-me pelas questões ambientais, na observação da fragilidade nas ações e práticas ambientais sustentáveis desenvolvidas no âmbito escolar. É dentro dessas perspectivas que surge os interrogantes para esta investigação: Como se dá a participação dos estudantes da escola de tempo integral nos projetos ambientais dentro dela? Baseado na realidade da escola, de que forma os projetos ambientais tem contribuindo para a formação crítica dos estudantes? Como os professores são estimulados a desenvolverem os projetos de Educação Ambiental na escola integral?

Nesse sentido surge o problema da pesquisa: De que forma as ações e práticas desenvolvidas pelos professores através do projeto em educação ambiental contribuem para a formação dos jovens do terceiro ano da educação básica como cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio ambiental de modo comprometido com a vida, e com o bem-estar? Pois compreende-se que o professor interage como mediador do conhecimento, auxiliando a interação dos jovens inseridos no mundo globalizado para aprender a transformá-los em conhecimento. Portanto, tornando-se possível identificar suas contribuições pedagógicas ambientais através das práticas de ensino na educação básica para que os estudantes possam de fato contextualizar o que foi aprendido. Desse modo, para identificar as contribuições do professor, a presente pesquisa traz como objetivo geral: Analisar as ações dos projetos de educação ambiental trabalhados na escola integral da rede pública do ensino médio Ginásio Pernambucano-Aurora e para responder aos questionamentos desse estudo, foi realizado um questionário com os professores e alunos, além das análises documentais, fotos, imagens, publicações, relatórios e outros documentos referentes ao projeto, sendo possível analisar como foram trabalhadas as ações pedagógicas do professor.

Na busca de responder o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar as contribuições da escola para o desenvolvimento do projeto em educação ambiental executados pelos professores;
- Compreender de que maneira os alunos vivenciaram as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelos professores;
- Apresentar os resultados do projeto em educação ambiental alcançados e vivenciados pelos professores da escola.

De acordo com Constituição Federal Brasileira (1988) em seu art. 205, a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e incentivo ao exercício da cidadania, onde a educação ambiental se respalda como base legal e objetivando formar a consciência humana transformando-se em filosofia de vida de maneira que possa promover a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente.

Portanto, no seu conteúdo esta pesquisa está embasada além de outros documentos legais, na Lei Federal 9.795/99 no seu Artigo 13, que se trata de uma “(...) prática educativa voltada a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, bem como pela Constituição Federal Brasileira de 1988, onde pode se destacar o Artigo 225, no que diz respeito ao meio ambiente para “defende-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

A questão do meio ambiente ganha visibilidade a partir da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) seria dar novo direcionamento na relação ensino aprendizagem, propondo “aos alunos o exercício da cidadania” Brasil (1988). Nos PCNs a questão ambiental consiste em um guia de orientações metodológicas desenvolvido para formação de educadores além de projetos e programas que visam a construir um processo permanente de educação ambiental nas escolas. Refletir sobre as práticas ambientais desenvolvidas na escola devem ter como finalidade o desenvolvimento de comportamentos ambientalmente corretos e a escola, pode contribuir significativamente para esse processo reafirmando aqui sua função social que consiste na formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Então, a escola por sua vez, tem essa parcela de comprometimento necessitando disponibilizar um ambiente educacional propício, com recursos materiais inovadores, com práticas pedagógicas pautadas em teorias e legislação, não apenas em senso comum, ou pedagogia tradicional defasada, mas, em busca constante das atualizações que o ambiente recebe. Para tanto, buscaram-se compreender, situar e contextualizar quais

são e como se dão essas ações/práticas pedagógicas em Educação Ambiental (EA) na escola pública do ensino médio, à medida que os educandos agreguem hábitos ambientalmente sustentáveis e como prática no seu dia a dia. A educação, enquanto área fortemente sensível às demandas e temáticas sociais vem incorporar a preocupação ambiental em suas vivências cotidianas de modo que o objeto teórico das questões ambientais passe a tornarem-se de fato práticas sustentáveis na comunidade escolar.

Conforme apontam Souza et al., (2013) a criticidade e a reflexão podem ajudar os estudantes a atuar na complexa realidade socioambiental, e sua pluralidade de aspectos. Isso porque, a necessidade de conservação e defesa do ambiente é algo indiscutível e por isso, a escola precisa empreender esforços que permitam que os estudantes compreendam que as questões ambientais estão relacionadas também aos aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais.

Essas ações e práticas devem ser trabalhadas através de conteúdos e conceitos em caráter educativos sendo base na construção da cidadania direcionada para uma mudança profunda e progressiva na escala de valores e atitudes dominantes na sociedade atual. A articulação das informações, conceitos e conhecimentos dos mais diversos componentes curriculares devem ser discutidas com as necessidades de que os estudantes compreendam a complexidade e amplitude das questões ambientais (Brasil,2010, p 49).

O papel do professor é propor um trabalho pedagógico que consiga associar os conhecimentos produzidos na escola com as temáticas voltadas para o meio ambiente o que inclui a utilização racional de recursos, a sustentabilidade, a gestão eficiente de resíduos e com isso, a conservação dos bens naturais que lhes são disponíveis.

Pode-se destacar que um dos desafios para ações e implementação dos projetos está relacionada a ausência ou ineficaz na formação do professor quanto às ações que podem ser empreendidas para o trabalho com as questões ambientais. A formação continuada deve proporcionar atualizações e aprofundamento das temáticas educacionais apoiando-se em reflexões sobre a prática educativa de maneira que se possa promover um processo constante de auto avaliação capaz de orientar a construção contínua de competências profissionais.

Nessa perspectiva, sendo favorável propor ações que contribuam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do terceiro ano do ensino médio, considerando mudanças de atitudes quanto às ações voltadas na educação ambiental e

sustentabilidade, de modo a desenvolver uma consciência ambiental baseada na autonomia, criticidade e cooperação. Considerando que a construção destes conhecimentos sejam trabalhados nos mais diversos componentes curriculares a partir das necessidades dos estudantes onde eles possam compreender, discutir e dialogar com a complexa ação que o ambiente sofre a cada dia.

Esta pesquisa além de ser relevante para o campo educacional, nas diversas áreas do conhecimento, contribuindo como fonte pedagógica que associem os conhecimentos produzidos na escola junto aos temas voltados ao meio ambiente tornando-se viável por estar centrada numa escola pública integral do ensino médio a mais antiga do centro de Recife/PE, para investigar as influências das ações ambientais que exercem na vida dos estudantes através das práticas pedagógicas do professor, entendendo que esses estudantes, sendo alunos do terceiro ano final, já contextualiza, compreendem, assimilam e discutem esses e outros conhecimentos.

Neste contexto, pode -se considerar que eles já obtenham uma compreensão na esfera educativa uma consciência crítica sobre os fatores naturais, científicos e sociais que compõem a problemática ambiental, desenvolvido de forma interativa e dialógica, caracterizado por trocas de experiências, numa abordagem interdisciplinar, que contribua com a formação da cidadania consciente e crítica voltada para o campo ambiental local e global.

A fim de tratar dos aspectos históricos relacionados à educação ambiental e desse modo propor uma melhor compreensão da atual necessidade de inserir nas práticas educativas uma reflexão sobre a temática, esta tese traz uma breve abordagem sobre os principais fatos que motivaram o surgimento do tema. No entanto, vale ressaltar que não se pretende aqui um aprofundamento da problemática ambiental, mas, uma sistematização de algumas informações para maior entendimento do tema proposto.

Com o intuito de responder todas as indagações e de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi usado a abordagem qualitativa, a qual facilitou a compreensão e a análise dos fenômenos correlacionados aos projetos ambientais desenvolvidos na escola de tempo integral com um enfoque descritivo dos fatos reais.

A fundamentação teórica foi constituída em cinco capítulos da seguinte forma e uma consideração com sugestões futuras:

O **primeiro capítulo** faz-se uma breve importância da educação ambiental nas escolas e os desafios encontrados pela instituição escolar revisando a sua introdução no ambiente escolar. Dentro dos vários desafios, a educação ambiental se constitui num complexo compromisso com a qual a escola se depara. Por ser um processo longo e contínuo de aprendizado, a tarefa primordial consiste em selecionar, organizar e consolidar valores no educando. Segundo Carvalho (2012, p. 189), fala que:

[...] para colocar em prática educação ambiental é necessário que haja uma ligação entre a escola e a comunidade. Portanto, aprender a problemática ambiental é necessária uma visão complexa de meio ambiente em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas culturais

O espaço escolar ao perceber e debater os problemas ambientais existentes em âmbito global e em sua localidade onde está inserida, envolver além dos professores e alunos, mas, toda comunidade no debate para minimizar e/ou/ solucionar esses problemas, a escola estará preparando os estudantes para o futuro que deverão ser agentes multiplicadores na defesa do meio ambiente.

No **segundo capítulo**, salienta-se e discute a importância na educação nas escolas para a formação cidadã dos aprendentes bem como faz-se um resgate história de sua introdução no espaço escolar.

No **terceiro capítulo** fez –se uma análise das políticas públicas para a educação ambiental e sua eficácia no contexto da escola em questão. Apontou-se ações desenvolvidas no contexto escolar da escola em questão seus desafios e perspectivas. Entre um dos desafios encontra-se em especial a formação do professor e os estímulos que esse necessita para o desenvolvimento de prática ambiental escolar para a formação de estudantes críticos e atuantes nessa sociedade repleta de questões ambientais desastrosas.

Em relação ao **quarto capítulo**, trabalhou-se com a questão da formação de professor na perspectiva das práticas pedagógicas ambientais, e apontou –se a importância de uma formação consistente que prepare o professor a trabalhar de forma interdisciplinar e transdisciplinar na sala de aula.

No **quinto capítulo** apresenta-se algumas considerações sobre o Projeto em Educação Ambiental e Sustentabilidade na Escola. Para alguns teóricos a Educação Ambiental tem sua importância desde o início das series iniciais na pré-escola até o ensino médio e tem como ponto de partida do trabalho pedagógico interdisciplinar.

Sendo assim, o trabalho metodológico baseado na preservação do meio ambiente e na valorização da cultura local é problematizada à medida que os alunos discutem, propõem sugestões e participam da escola dos conteúdos curriculares, que passam a ser trabalhadas de forma contextualizadas, crítica e criativa, com ênfase nos problemas escolar. Então as ações nas aulas e nos projetos desenvolvidos não deve se limitar as salas de aulas podendo ocorrer em espaço alternativos existentes na escola, em seu entorno e nas comunidades vizinhas.

E por últimos aponta-se o resultados das análises realizadas e dá-se algumas diretrizes para estudos posteriores.

## 2. MARCO REFERENCIAL TEORICO

### 2.1. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

Na tentativa de melhorar a relação do homem com a natureza, a Educação Ambiental apressa-se no intuito de instruir os alunos. O ponto de partida deve ser o ambiente em que o estudante está inserido, o entorno da escola, o bairro e a cidade. A análise do ambiente propicia uma ampla discussão dos aspectos biológico, geográfico, histórico, político, econômico, social e cultural, visando à leitura da realidade e possível intervenção. Como aponta Pompeu (2005), que uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É nessa comunicação dialógica que a escola vai fazendo a história e a cultura, vai transformando o mundo e a si mesmo, de forma ativa e política, buscando responder as inquietudes e problematizando a realidade de vida.

Para Dias (2004), se torna fundamental, na educação, refletir sobre as questões-problema em conexão com as circunstâncias histórico-culturais, para possibilitar ao ser humano dialogar com o meio ambiente de forma sustentável. Ainda de acordo com Dias (2004), isso impõe à Educação Ambiental a necessidade de valorizar a dimensão histórico-cultural dos fatos contemporâneos na teia complexa de suas relações, proporcionando mudanças de comportamento das pessoas, individual e socialmente, em vista de sociedades sustentáveis o que implica processos de construção da cidadania ambiental, que são processos políticos transformadores das realidades concretas.

Neste processo o objetivo da educação escolar é a formação de cidadãos, para que os mesmos tenham a capacidade de resolver problemas ambientais. Assim, é necessário um conhecimento científico que o esclareça, como proceder diante de tais problemas e esse conhecimento, é fortemente efetivado na escola. Para isso, precisa situar o aluno-cidadão, cujos repertórios pedagógicos devem ser amplos e interdependentes, visto que a questão ambiental é um problema híbrido, associado a diversas ações do homem. Portanto o papel da escola é promover o debate acerca dos problemas que afetam a vida do aluno e de sua comunidade, os educandos precisam ser incentivados a fazer, produzir, e refletir sobre o que fizeram, passando a construir seus saberes de forma participativa e crítica.

Dialogando com Reigota e Jacobi, (2003), eles apontam que a “Educação Ambiental direciona suas propostas a ações pedagógicas baseando-se na conscientização, mudança de hábito, desenvolvimento de competências, capacidade de analisar, diagnosticar e efetivar a participação dos educandos neste processo”. Por ser a escola um espaço de aquisição de conhecimentos e habilidades que fortaleçam a interação com o ambiente, desenvolvendo teorias e traduzindo em práticas, estas podendo ser aplicada dentro e fora da sala de aula, baseando-se no compartilhamento de ações e projetos, fatos, conteúdos e conceitos, tornando o meio ambiente um objeto de aprendizado e de mudanças, de modo que este ofereça a educação ao ar livre com estratégia pedagógica que atendam a necessidade do contato com a natureza, ou seja, contexto físico, social e cultural em que envolve a escola. Santos (2007, p. 143). “É fundamental que a Educação Ambiental seja trabalhada dentro e fora da escola, elaborando e inserindo projetos que envolvam os estudantes”.

## 2.2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As questões relacionadas ao meio ambiente têm preocupado a humanidade há muito tempo, desde a conservação do meio ambiente durante a era primitiva até as preocupações do homem moderno que tem buscado soluções no intuito de minimizar os problemas que ele mesmo tem causado (Ferreira, 2010), por essa razão, a educação ambiental tem sido reconhecida como uma das alternativas para conscientizar os indivíduos acerca dos danos por eles provocados proporcionando reflexões e ações capazes de amenizar os efeitos desses danos. No entanto, as questões ambientais começaram a se apresentar de forma mais intensa a partir dos anos 1970, com as manifestações apresentadas mundialmente dentro dos aspectos político-sociais, dentre elas, a liberdade de expressão feminina, a revolução estudantil de maio de 1968 na França e o enrijecimento das condições políticas na América Latina, quando se instituem governos autoritários, respondendo às exigências de organização democrática das nações em busca de seus direitos à liberdade, à educação, ao trabalho, ao lazer e à saúde. E ainda, com o pretexto da industrialização acelerada, os indivíduos apropriavam-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais e humanos. De acordo com Medina (1999, p. 42):

[...] os fatos que antecederam a crise ambiental da década de 1970 manifestaram-se ainda nas décadas de 1950 e 1960, com a contaminação

do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960, os casos fatais de intoxicação em Minamata e Niigata com mercúrio, ocorrido entre 1953 e 1965; a redução da vida aquática em alguns dos grandes lagos norte-americanos, bem como a morte de aves provocada pelos efeitos secundários imprevistos do DDT e outros pesticidas e também a contaminação do mar, causada pelo naufrágio do petroleiro *Torrey Canyon* em 1966.

A publicidade conferida a esses acontecimentos fez com que os países desenvolvidos temessem que a contaminação prejudicasse o futuro do homem. Nesse interim, ainda não se falava de educação ambiental, mas os problemas relacionados ao ambiente já demonstravam a irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista e na busca por respostas a muitas dessas questões, realizou-se, em 1992, a Conferência de Estocolmo.

Com a participação de mais de 113 países, o resultado da Conferência culminou com a Declaração Sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo cujas proposições enfatizam a necessidade de conceder tanto às gerações presentes como às futuras, o direito fundamental à vida, num ambiente sadio e não degradado.

Reigota (2009), afirma que o principal tema discutido na Conferência foi à poluição provocada especialmente pelas indústrias. Sendo assim, países como o Brasil e a Índia defenderam a ideia de que a poluição é o preço que se paga pelo progresso, já que vivia-se na época o milagre econômico<sup>1</sup>. Ferreira (2010, p. 18), eles admitem que a principal recomendação dessa conferência consistiu em enfatizar as questões educativas ambientais

como forma de se criticar e combater os problemas ambientais existentes na época.

Entretanto, a ampliação do movimento ambientalista em meados do século XX fez com que fosse elaborada a relação entre os aspectos do meio natural e a situação do ser humano, tanto no plano comunitário como no plano das necessidades individuais de subsistência, destacando-se a relação entre os ambientes artificiais e os naturais.

As principais ideias do movimento enfatizavam que a violação dos princípios ecológicos havia alcançado um ponto tal que ameaçava a qualidade da vida colocando em jogo a possibilidade de sobrevivência, em longo prazo, da própria humanidade.

---

<sup>1</sup> Denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante o Regime militar no Brasil.

Tudo isso permitiu que as discussões em torno da temática desencadeassem acordos reunidos nos Princípios de educação ambiental e propostos no seminário realizado em Jammi na Finlândia que considerou que esses princípios possibilitassem alcançar os objetivos de proteção do meio ambiente através de uma educação integral permanente.

Em 1975, foi criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), o Programa Internacional de educação ambiental (PIEA), cujo objetivo era promover, nos países-membros, a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesse campo. De acordo com Ferreira (2010), os princípios orientadores do PIEA consistiam em:

[...] promover o intercâmbio de ideias, informações e experiências em educação ambiental entre as nações e regiões do mundo; Fomentar o desenvolvimento e a coordenação de atividades de pesquisa, para melhor compreensão dos objetivos, conteúdos e métodos da educação ambiental; Favorecer o desenvolvimento e a avaliação de novos materiais, currículos, programas e instrumentos didáticos no campo das questões relativas ao meio ambiente; Impulsionar o treinamento ou atualização de pessoal-chave para o desenvolvimento dos princípios educativos ambientais, tal como professores, planejadores, pesquisadores e administradores educacionais; e oferecer assistência técnica aos Estados Membros no desenvolvimento de programas de educação ambiental ( p, 19).

Ainda no início da década de 1970, o elemento ambiental integrou-se aos programas de muitos organismos intergovernamentais e governamentais de vários países do mundo que se ocupavam das estratégias de desenvolvimento. Vale ressaltar que em seu primeiro período, em 1973, o PNUMA priorizou os temas referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento fundamentando assim o seu pensamento.

A década de 1980 foi marcada por uma profunda crise econômica em grande parte dos países no mundo assim como por um agravamento dos problemas ambientais. Havia um interesse pelos fenômenos ecológicos globais bem como pelas relações entre economia, ecologia e desenvolvimento e as políticas ambientais e cooperação internacional. A ligação entre a economia e a ecologia proporcionou a necessidade de determinação de um novo sistema de contabilidade ambiental com novos indicadores de bem-estar social e econômico. Ainda com Ferreira (2010, p. 22):

[...] em 1987 foi realizado o Congresso Internacional de Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, na Rússia, proposto pela UNESCO. O documento final, constituído pela Estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90, ressalta a necessidade de atender primordialmente à formação de recursos humanos nas áreas formais e informais da educação ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino.

Nesse contexto internacional começa a ser elaborada a Conferência Rio-92, cuja finalidade centrava-se nos problemas ambientais globais bem como nas questões do desenvolvimento sustentável. A conferência, no que se refere à educação ambiental, resultou em dois documentos, o primeiro foi o *Tratado de Educação ambiental para sociedades sustentáveis*, produzido pelo fórum das Organizações Não-Governamentais (ONGs), ressaltando o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano e harmônico de desenvolvimento. Segundo Brasil (2005), o Tratado ressalta ainda que a educação ambiental não é neutra, mas ideológica e consiste substancialmente num ato político.

O segundo documento trata-se da *Carta brasileira de Educação Ambiental*, elaborada pela Coordenação de educação ambiental no Brasil que prevê as recomendações para a capacitação de recursos humanos. Aproximadamente “há 30 anos, a educação ambiental no Brasil vem sendo tratada como um fenômeno social, localizado no encontro entre Sociedade, Educação e Natureza” Ferreira, (2010). Historicamente a esta forma de educação no Brasil, surge em 1973 quando é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) ligada à Presidência da República. Segundo Carvalho (2008) o órgão foi criado para atender as recomendações da Conferência de Estocolmo (1992), um dos marcos iniciais do debate ambiental em nível internacional. No entanto, foi a partir das décadas de 80 e 90, que a discussão sobre questões ambientais se expande no Brasil em função do avanço da consciência ambiental na sociedade. A autora Carvalho (2008, p. 14), complementa:

[...] no plano da sociedade civil, a participação dos grupos e movimentos organizados também contribuiu para a demarcação da preocupação ambiental enquanto esfera de *ação política* cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público. Seja pela via dos movimentos nomeadamente ecológicos, seja pela via das lutas sociais

pelo acesso público aos bens ambientais, uma diversidade de atores entre os movimentos sociais, grupos de interesse e ONGs incorporaram a temática ambiental em suas agendas. É no contexto das lutas e anseios destes segmentos que a questão ambiental ganhou densidade política, no sentido de alcançar o *status* de luta cidadã, não se restringindo às decisões da esfera governamental, das agências multilaterais ou de um corpo de especialistas.

Portanto, a consolidação significativa da educação ambiental ocorre a partir da Conferência para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1992. Durante o Fórum Global foi criada a Rede Brasileira de educação ambiental (REBEA), composta por ONGs, educadores, e instituições diversas relacionadas à educação e que auxiliaram na proposição do Tratado de educação ambiental, documento de referência para as questões ambientais até os dias atuais. É importante lembrar que a Conferência Rio-92 propôs uma ação para anos seguintes, conhecida como Agenda 21. A Agenda 21 propôs como objetivo a reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável com ênfase na educação ambiental e contínua.

Desse modo, o documento procura assegurar o acesso universal ao ensino básico das recomendações propostas nas conferências mundiais sobre questões ambientais e ainda resultou na aprovação, no Brasil, do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que prevê ações nos âmbitos das questões ambientais formais e não formais. Ainda na década de 1990, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), desenvolvem diversas ações para consolidar a educação ambiental no Brasil.

No MEC, são aprovados os novos Parâmetros Curriculares que incluem questões ambientais como tema transversal em todas as disciplinas. Desenvolve-se, também, um programa de capacitação de multiplicadores em educação ambiental em todo o país. O MMA cria a Coordenação de educação ambiental, que se prepara para desenvolver políticas nessa área no país e sistematizar as ações existentes. O IBAMA cria, consolida e capacita os Núcleos de Educação Ambiental (NEAs), nos estados, o que permite desenvolver Programas Integrados de educação ambiental para a Gestão.

Assim, fácil concluir que o Poder Público deve proteger o meio ambiente, bem como fomentar meios de se implantar a educação ambiental em todo o Brasil, seja qual

for o nível de ensino. Cabe, também, ao particular e a todos defender o meio ambiente e desenvolver ações em prol da conscientização, preservação, conservação e recuperação ecológicas.

### 2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental e a sustentabilidade têm um papel muito importante de sensibilização no sentido de mudar comportamentos, protegendo o meio ambiente e resgatando a qualidade de vida. Carvalho (2012, p.189) afirma que:

[...] ao constituir-se como prática educativa, a educação ambiental também se filia ao campo de educação propriamente dito e é da confluência entre o campo ambiental e algumas tradições educativas que vão sugerir orientações específicas dentro da própria educação ambiental.

Compreende-se que a educação ambiental tem como objetivo formar a consciência humana transformando-se em filosofia de vida de maneira que possa promover a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente. Nesse sentido, a educação ambiental deve necessariamente transformar-se em ação. Sendo assim, pensar acerca da educação ambiental na escola exige, dentre outros aspectos, uma reflexão sobre a relação entre educação, escola e sociedade. Para isso, pode-se tomar como ponto de partida a definição de educação proposta por Saviani, (2011, p.13) *apud* Tozoni-Reis, (2008, p.46) “ser o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

A educação para Leff (2002, p. 256) diz que:

[...] é imprescindível educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem.

Portanto, compreende que escola não pode continuar a ser unicamente um local de instrução, tem de ser também, um local onde se educa e socializa as crianças, jovens e adultos, pelo fato do saber ser um processo inacabável. As práticas ambientais desenvolvidas na escola devem ter como finalidade o desenvolvimento de comportamentos ambientalmente corretos e a escola, pode contribuir significativamente

para esse processo já que sua função social consiste na formação de sujeitos críticos e reflexivos. Conforme apontam Souza *et al.*, (2003) a criticidade e a reflexão podem ajudar os estudantes a atuar na complexa realidade socioambiental, e sua pluralidade de aspectos. Isso porque, para os autores, a necessidade de conservação e defesa do ambiente é algo indiscutível e por isso, a escola precisa empreender esforços que permitam que os estudantes compreendam que as questões ambientais vão além do físico contemplando também aspectos sociais, econômicos, políticos e históricos.

Contudo, essa relação entre o ambiente natural e o ambiente educativo, parece estar mais associada a um movimento da sociedade para a educação, que vem repercutir no campo educativo alguns dos efeitos observados a partir da legitimidade da temática ambiental na sociedade. A educação, enquanto área fortemente sensível às demandas e temáticas sociais tem e vem incorporar a preocupação ambiental em suas vivências e cotidianas de modo que o objeto teórico das questões ambientais passa a tornarem-se de fato práticas educativas. A escola necessita aproximar os conteúdos da educação ambiental para o dia-a-dia dos alunos, pois dessa forma, compreenderam melhor o seu papel na sociedade sustentável. Desta forma, surge a necessidade de investimentos em Educação Ambiental, com a escola se firmando como um espaço essencial e educativo onde essa prática deve ser consolidada, como indica os seguintes documentos: Lei 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente; Agenda 21 (elaborada durante a Conferência Rio 92), Constituição Federal de 1988; Lei 9.394/96, que trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/1998) e Lei Nacional de Educação Ambiental (1999).

Conforme, o parágrafo de apresentação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, (1992). Assim, como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Portanto, “tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta”.

Toda parte legal da educação e da educação ambiental, mostram que a escola tem compromisso fundamental com a preservação do Meio Ambiente Sustentabilidade e, sempre deixando explícito ou implícito que essa instituição é partícipe de um

processo que visa a assegurar que todos tenham direito ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, como cita na Carta Magna brasileira em seu artigo VI.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Lei nº. 9.795/99 dispõe sobre a educação ambiental e cria a Política Nacional de educação ambiental. O artigo 1º desta Lei conceitua a educação ambiental com base em

seus aspectos teóricos e práticos bem como de sustentabilidade. Já o artigo 2º remete ao estudo das modalidades desta educação tanto em âmbito formal quanto informal Brasil (1999):

Art. 1º: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Art. 2º “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

De acordo com Tamaio (2008) após a aprovação da Lei n. 9.795/99, e oficialização da presença da discussão de questões ambientais em todas as modalidades de ensino, surge uma pluralidade de ações e concepções políticas pedagógicas que foram construindo, fazendo e refazendo o seu objetivo, fundamento e objeto. Pela legislação brasileira, o Meio Ambiente é conceituado como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas (Lei 6.938/81 Art. 3ª). E ainda a política Nacional de Educação Ambiental de abril de 1999, Lei No. 9.795, traz no seu Art. 3º, I- Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: ao poder público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

A Política nacional de educação ambiental (1999) determina o seguinte: II- “compete às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. A partir desses e de outros conceitos, a EA foi ganhando outras visões e múltiplos olhares dos estudiosos, favorecendo a construção no país de uma Educação Ambiental complexa e diversificada. Essa pluralidade de visões faz com a EA seja considerada quase sempre como difícil de compreendê-la. É como Cartea, (2005, p.172) ressalta:

[...] a influência social da EA é difusa e difícil de calibrar sua própria natureza e porque sob este rótulo agrupam-se ações e práticas educativas

em distintos âmbitos e considerando concepções e paradigmas ambientais e educacionais muitas vezes divergentes.

As diferenças e disparidades existentes entre as nações e no interior delas, contudo, o “agravamento das doenças, da pobreza, da fome, e do analfabetismo, com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende e estão relacionadas ao nosso bem-estar” (Agenda 21) levaram o mundo e as grandes lideranças a aumentar a preocupação com o futuro do planeta. Entre esses problemas pode-se destacar a explosão demográfica nas grandes cidades, a maior parte da população mundial vive em áreas urbanas, o que ocasionou uma produção intensa de lixo, excesso de consumo dos recursos naturais, poluição, ocupação desordenada e tantos outros que passaram a fazer parte de uma triste realidade cotidiana.

De acordo com Jacobi (1998, p.27): “em decorrência da urbanização desordenada, a periferia de grandes e médias cidades vivem a carência em serviços de água, saneamento e coleta de lixo, que têm incidência sobre o estado de saúde dessas populações”. Desta forma, surge a necessidade de investimentos em Educação Ambiental, com a escola se firmando como um espaço essencial onde essa prática deve ser consolidada, como indica na legislação brasileira as Lei 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente; Agenda 21 (elaborada durante a Conferência Rio 92), Constituição Federal de 1988; Lei 9.394/96, que trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/1998) e Lei Nacional de Educação Ambiental (1999). Portanto, a legislação respalda o compromisso fundamental que a escola tem com a preservação do Meio Ambiente, sempre deixando explícito ou implícito que a instituição é partícipe de um processo que visa a assegurar que todos tenham direito ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, como determina a Carta Magna brasileira em seu artigo VI.

O primeiro documento a tratar da Educação Ambiental de forma efetiva no Brasil foi a Lei 6.938, sancionada em 31 de agosto de 1981, pela Presidência da República. Ele instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e trouxe em seu artigo 2º, os princípios que devem nortear o cumprimento da referida política, que tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” Brasil (1981). Já no décimo princípio afirma em seu texto que a Educação Ambiental deve ser

levada a todos os níveis de ensino, inclusive “a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

A Constituição Federal em 1988 consolidou o que preconiza essa política trazendo um capítulo exclusivo para tratar do Meio Ambiente. Em nível mundial o Brasil foi primeiro país a tratar da questão ambiental em sua Constituição, no capítulo VI, artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações”. E para Ferreira (2010), afirma que desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, a educação ambiental passou a ser direito de todo cidadão brasileiro, estabelecido em seu artigo 225, inciso VI, promovido por meio dos sistemas de ensino no âmbito formal, ou seja:

[...] todo estudante em seu período de escolaridade tem garantido o direito de receber conhecimentos sobre questões ambientais. É importante lembrar que a Educação Formal consiste naquela desenvolvida nas instituições de ensino, em todos os níveis. Assim, segundo o documento: o Estado tem o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21, no seu documento consta o plano de ação que “na mais tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas”. De acordo ainda com o Ministério, a Agenda está “voltada para os problemas de hoje e tem o objetivo de preparar do mundo para os desafios do próximo século”. Com um total de 40 capítulos, o documento foi elaborado com o consenso dos governos e de instituições da sociedade civil com 179 países.

Com tudo, conclui-se que a Constituição Federal e do que foi defendido pela Agenda 21, o governo brasileiro aprovou em 1996, a Lei 9.394, que trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB não abordou de forma explícita a questão da EA. Em seu artigo 32, afirma que o ensino fundamental (...) terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante a compreensão do ambiente natural e social (...) e dos valores em que se fundamenta a sociedade (parágrafo 2), ou seja, não utiliza de forma clara a expressão “Educação Ambiental” como ocorre com

outros documentos. Mesmo assim, autor como Carvalho (2012), considera que a LDB reafirmou os princípios definidos na Constituição sobre o assunto.

Em seguida, vieram os Parâmetros Curriculares Nacionais, que colocaram o meio ambiente como um tema transversal, não associado a nenhuma disciplina específica, mas estando em todas as áreas do conhecimento, sem, no entanto, ter o caráter obrigatório. Eles foram considerados a primeira ação concreta do governo federal para a implantação de uma EA na rede pública de ensino. Ainda com as considerações de Carvalho (2012), que devido a sua abordagem holística e integradora, a Educação Ambiental vem sendo trabalhada nas escolas brasileiras de maneira mais sensível nos PCN, através da concepção do meio ambiente como um tema transversal, (...) com o favorecimento da compreensão da realidade e da participação social (...). A lei consolida a Educação Ambiental como um direito de todos a fim de garantir, entre outros pontos, “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas complexas e múltiplas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, sociais, políticos, econômicos e legais”.

### 3.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ESCOLAS INTEGRAIS NO ENSINO MÉDIO

No exercício da democracia vivenciada nas últimas décadas, impulsionada pela organização e pelas lutas das forças das instituições do campo da educação, o Brasil vem promovendo avanços sucessivos na ampliação de condições para que o exercício do direito à educação seja efetivamente exercido, tal como explicitam emendas constitucionais, decretos e leis. A Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio do Artigo 21, estabelece:

Art.21. A educação escolar compõe-se de:

I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – Educação superior. E ainda complementa, em seu artigo 36, que o ensino médio é a “etapa final da educação básica”. Portanto, ao assumir a incumbência de aprofundar e completar a educação básica, o ensino médio deixa de ter um enfoque diretivo para aqueles que desejam prosseguir os estudos em cursos superiores.

A educação conquistou um capítulo próprio na Constituição e passou a ser definida como direito de todos e dever do estado, Brasil (1988). Define-se, ainda,

conforme o artigo 211 da referida Constituição, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar os seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Então, passou a ser responsabilidade da União organizar o sistema de ensino federal e dos territórios e, em relação à matéria educacional, exercer função redistributiva e supletiva, garantindo igualdade de oportunidade educacional e padrão mínimo aos Estados e Distrito Federal, para a qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira, sendo essa ainda, responsável pelo Ensino Superior, Brasil (1988). Aos Estados, cabe a responsabilidade de oferecer o Ensino Médio e o Ensino Fundamental, quando os Municípios têm o dever de ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Em relação à constituição de 1988, Cury (2008, p. 298) destaca que ela:

[...] optou por um federalismo cooperativo sob a denominação de regime articulado de colaboração recíproca, descentralizado, com funções privativas, comuns e concorrentes entre os entes federativos. Com efeito, a constituição federal de 1988 reconhece o Brasil como uma república Federativa, formada pela “União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal...” (art. 1º da constituição). E, ao se estruturar, assim o faz, sob o princípio da cooperação recíproca, de acordo com os artigos 1º, 18, 23 e 60, 4º, I. Percebe-se, pois, que em vez de um sistema hierárquico ou dualista, comumente centralizado, a constituição Federal montou um sistema de repartição de competências e atribuições legislativas, entre os integrantes dos sistemas federativos, dentro de limites expressos, reconhecendo a dignidade e a sua autonomia própria.

É importante destacar que os entes federados precisam estar alinhados, sendo de responsabilidade da União sugerir Políticas que integrem as suas ações. Baseada nos princípios constitucionais vigentes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. E, a partir daí, a educação se fortalece no ponto de vista formal, passando a ser uma prioridade nacional. Nesse diploma legal, são mencionadas a Educação Integral no Ensino Fundamental e a intenção de instituí-la progressivamente no Art. 34.

Passados 18 anos da vigência desta lei, podemos dizer que ela trazia uma nova concepção de educação no Art. 1º, parágrafo 2, que dispõe que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Ao apontar essas articulações como o mundo do trabalho, percebe-se que faz referência ao Ensino Médio,

que segundo Pinto (2007), a etapa final da Educação Básica é momento em que o jovem precisa pensar em seu futuro profissional.

No Brasil o Ensino Médio representa a última etapa da Educação Básica, que pressupõe a consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes oriundos do Ensino Fundamental. E a partir dessa etapa de ensino, que alguns jovens procuram a sua inserção no mundo do trabalho ou dão continuidade aos estudos através do Ensino Superior. Portanto, é urgente pensar em Políticas Públicas que atendam a esses sujeitos nas escolas.

Na década de 1950, na cidade de Salvador, Bahia, foi criada a Escola Parque, idealizada por Anísio Teixeira. Essa escola experimental atendia a crianças das séries iniciais e incluía em seu ensino ações de socialização. A partir daí, as atividades desenvolvidas na escola não eram apenas cognitivas, mas vivenciadas através de práticas de aprendizagem não formais, como atividades culturais e de lazer. Portanto, surgiu nesse momento a primeira experiência de Educação Integral no Brasil, de forma sistematizada.

Outra experiência importante para essa etapa de ensino nos remete aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Para Cavaliere (2009, p. 52):

[...] durante a década de 80 destacou-se no Estado do Rio de Janeiro o programa dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), com escolas de tempo integral onde as crianças deveriam permanecer durante todo o dia participando de atividades curriculares variadas e recebendo alimentação e cuidados básicos. Era um modelo que previa a abertura da escola à comunidade.

Os CIEP ainda na década de 80 foram criados no governo de Leonel Brizola e idealizados por Darcy Ribeiro, defensor das ideias de Anísio Teixeira. A filosofia de Educação Integral foi colocada em prática em centros específicos para atendimento às crianças no Ensino Fundamental, nos anos iniciais, considerando a possibilidades de não apenas valorizar a construção do conhecimento, mas toda estrutura da escola, que se preocupava com o bem-estar social da criança, na perspectiva nutricional, médica e de prevenção.

Surge, também, nessa mesma década, no estado de São Paulo, um programa de Formação Integral da criança (PROFIC), no qual as prefeituras realizavam parcerias com outras secretarias de estado ou organizações não governamentais a fim de

complementar a formação das crianças, com a possibilidade de utilização de outros espaços que não os da escola. Gadotti (2009, p.32) afirma que:

[...] as diversas experiências de Educação Integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no entorno) quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis.

No ano de 2009, o Ministério da Educação, lança um programa para atender ao Ensino Médio, em forma de um programa indutor para Educação Integral, foi instituído pela Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, o programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ao lança-lo, o MEC criou a Educação Integral para essa etapa, orientando a implantação de um Ensino Médio com uma carga horária de 3.000 horas MEC (2009), ou seja, um acréscimo no seu ciclo de 600 horas, distribuídas no decorrer dos três anos.

O ProEMI ocorreu por adesão dos estados, sendo responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e Esportes, a indicação das escolas de sua rede. O estado de Pernambuco aderiu ao ProEMI no ano de 2010, implementando-o em 17 escolas, ou seja, uma em cada Gerência Regional de Educação. Em 2011, foram incluídas nesse programa (ProEMI) as escolas de Referência em Ensino Médio Integral de Pernambuco. No ano de 2014, temos as Escolas de Referência em Ensino Médio e as Escolas Técnicas Estaduais como escolas integrantes do Programa.

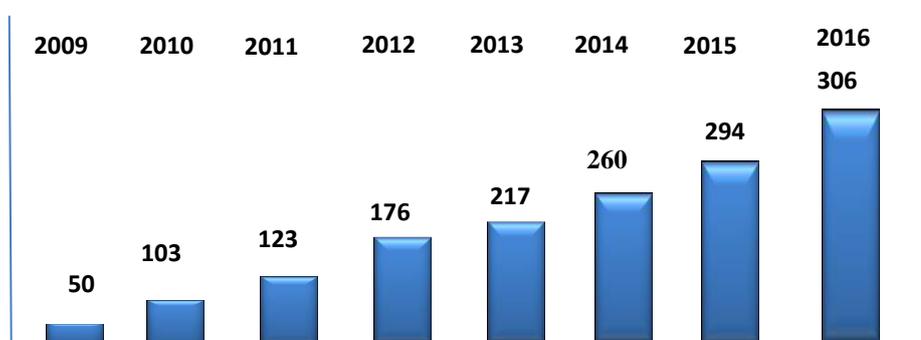
Em cumprimento ao Artigo nº 214 da Constituição Federal, o Plano Estadual de Educação de Pernambuco de 2015-2025, de acordo com a Lei No 15.533, expressa um compromisso político na mudança educacional em seu texto apresenta diretrizes, metas e estratégias alinhadas ao PNE, configuradas sob uma proposta que privilegiou o atendimento das necessidades educacionais da população no seu conjunto, e nessa perspectiva considerou as diversas etapas do ciclo educativo, ou seja, da creche à pós-graduação, a legislação pertinente à área, a análise da situação educacional de Pernambuco, estudos específicos, dados e indicadores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e pela Meta Brasil, parâmetro técnico estabelecido pelo INEP para comparar a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Neste sentido, o dimensionamento das metas considerou os percentuais de participação de Pernambuco sugeridos pelo Ministério da Educação, em função do esforço nacional a ser feito para materializar as metas nacionais do PNE. A emenda Constitucional n.º 59/ 2009 (prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e amplia a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica) e as leis nº 12.796/2013 (dispõe sobre a formação dos profissionais da educação), nº 12.061/ 2009 (assegura o acesso de todos os interessados ao ensino médio público); assim como outras emendas instituídas na educação infantil, fundamental, indígena, pessoas com deficiência, entre outras. Essa forma de organização sinalizou uma inflexão no tratamento a ser dado às políticas educacionais dirigidas ao ensino obrigatório, qual seja: superar a ideia de etapas e abordá-lo como "conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades". Esse é o enfoque do atual Plano Estadual de Educação (PEE) e do Plano Nacional de Educação-2014-2024 (PNE) ao qual ele está alinhado.

Em âmbito nacional, a perspectiva de ampliação do tempo na escola, como estratégia atrelada à melhoria das condições de aprendizagem dos alunos, ganhou reforço desde 2009, quando o Ministério da Educação instituiu, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador (Portaria nº 971, de 09/10/2009) e, posteriormente, em 2008, quando esta perspectiva de ampliação do tempo na escola foi estendida para o ensino fundamental através do Programa Mais Educação - PME (Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010). O ProEMI e o PME são programas que disponibilizam recursos financeiros para as escolas, condicionando seu uso às ações de impacto direto na qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de uma perspectiva de redesenho do currículo do ensino médio e fundamental, respectivamente, com ampliação da jornada escolar. No ensino médio, a educação integral tornou-se política pública por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008 que criou o Programa de Educação Integral, vinculado à Secretaria de Educação, cujo objetivo é “o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco” (art.1º), devendo ser o mesmo “implantado e desenvolvido, em regime integral ou semi-integral, nas escolas de referência em ensino médio, unidades escolares da rede pública estadual de ensino”.

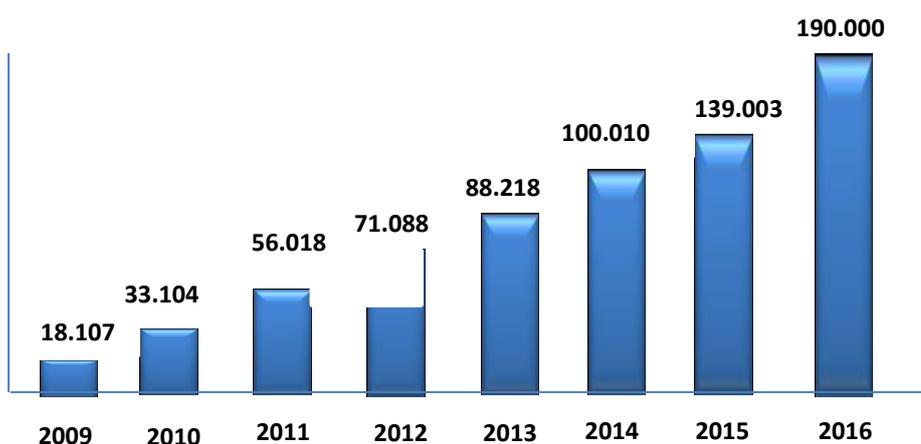
O Programa de Educação Integral contempla os 184 municípios pernambucanos. As escolas que desenvolvem o ProEMI, que funciona em turno único e que, a partir do Programa, passaram a ter sua jornada ampliada. Essas ações contribuíram para o bom resultado alcançado por Pernambuco no aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA do ensino médio em 2013, quando obteve a 4ª colocação entre os estados da federação. A evolução dos números de implantação das Escolas de Referência e números de alunos matriculados no Ensino Médio, ano a ano, vista nas figuras 1 e 2.

**Gráfico – 1. Número de implantação das escolas de referência de ensino médio Pernambuco - 2009-2016**



Fonte: Site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 2017

**Gráfico – 2. Números de alunos matriculados nas escolas de referência Integral de ensino médio Pernambuco - 2009-2016**



Fonte: Site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 2017.

Observa-se que Pernambuco vem realizando ações consistentes para o alcance desta meta, tendo avançado no percentual de escolas públicas em tempo integral, tendo

como maior desafio ampliar o atendimento de alunos que estudam em tempo integral, no ensino médio.

Estender, progressivamente, em regime de colaboração com a União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, através da criação de novas escolas de educação integral e da elevação do alcance dos programas nacionais de ampliação da jornada escolar. Adequar o currículo das escolas integrais no tocante à inclusão de atividades socioeducativas no contra turno. Fundamentar a concepção da educação integral como espaço privilegiado do exercício da cidadania, e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. Ampliar a oferta de vagas nas escolas de tempo integral, fortalecendo e garantindo condições de infraestrutura, material didático-pedagógico e de recurso humano qualificado estas entre outras sinalizadas no Plano de Educação do Estado (PEE). Assim, compreende-se que a questão não diz respeito apenas a aumentar o tempo do estudante na escola, mas a oferecer qualidade durante o período em que o educando se encontra no seu interior.

#### **4. A FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AMBIENTAIS**

As questões ambientais são tratadas na Educação Formal (ensino em escolas), a partir de um novo olhar da realidade, uma (re)leitura social do sujeito. Isso porque, para Jacobi (2004), consistem em práticas de conscientização e sensibilização ambiental capazes de favorecer a conservação e a preservação do ambiente, pautando-se pela sustentabilidade que é instrumento de efetivação de práticas socioambientais.

A formação dos profissionais da educação é de extrema importância, para a melhor articulação dos componentes curriculares frente às realidades locais, pois só desta maneira é que a educação adquire uma postura cidadã e assim formará indivíduos capazes de refletir perante as suas próprias problemáticas. Para fins de melhor desenvolvimento do ensino - aprendizagem por parte dos educadores, para Prada (2010, p. 374), a “boa articulação da teoria com a prática de ensino configura uma medida chave neste desenvolvimento”.

Por isso, a formação do professor tem sua importância na prática da educação ambiental, pois a prática crítica e reflexiva requer que estes profissionais estejam igualmente emergidos nesta educação. De fato tanto a formação inicial quanto a continuada irão exercer significativa diferença em sua prática no momento de auxiliar o estudante na relação conhecimento/prática, no pensamento de Paulo Freire (2005), o aluno ao ser levado a refletir sobre suas ações sobre o meio ambiente e como estas podem influenciar outros ao seu redor.

Em vista disso, torna-se necessário oferecer uma formação continuada ao professor, que facilite o seu aperfeiçoamento profissional e atualização, a fim de garantir o sucesso pretendido. Nóvoa (1992, p. 15), referenda tal idéia ao dizer que:

[...] a preocupação com a pessoa do professor é central na reflexão educacional e pedagógica. Sabemos que a formação depende do trabalho de cada um. Sabemos também que mais importante do que formar é formar-se; que todo o conhecimento é autoconhecimento e que toda a formação é autoformação.

O verdadeiro aprendizado do professor inicia-se após o término de seus estudos na instituição de ensino superior e conseqüente ingresso no mercado de trabalho, atuando nas escolas.

As lacunas deixadas nos cursos de formação de professores demonstram dificuldades de implantação de ações voltadas para a educação ambiental nas escolas. Por outro lado, a legislação educacional também não reconhece as questões ambientais adequadamente. A Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) (9394/96) não estabelece

claramente em seu texto disposições para a mesma. Assim, em muitos casos, a educação ambiental continua sendo tratada de forma tradicional e conservadora nas universidades brasileiras com a criação de disciplinas isoladas no currículo de cursos de graduação,

Já na Educação Básica, o que se observa de fato, é que os professores que trabalham, ou exercem sua militância nas questões ambientais atuam sozinhos, sem ou com material didático improvisado, e muitas vezes com bases teórico-metodológicas insuficientes para desenvolver a temática ambiental em suas práticas educativas.

A capacitação e a formação dos educadores em caráter contínuo, segundo Noqueira (2015, p. 300), “é uma preocupação real de toda a rede de ensino visto as reais necessidades que os educadores necessitam para atualizarem seu nicho de informações e aperfeiçoamento de suas metodologias”. Além disso, o conhecimento sobre conceito, o processo histórico, a legislação vigente que trata da educação ambiental e da Sustentabilidade no Brasil e no mundo, as regulamentações acerca da gestão de resíduos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (PC-PE), a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), entre outros, favorecem a elaboração de planos de ação em torno de questões ambientais que podem ser muito eficazes para o aprendizado do estudante.

O exercício da participação em diferentes instâncias desde as atividades dentro da própria escola até os movimentos mais amplos referentes aos problemas da comunidade é fundamental para que os estudantes possam contextualizar o que foi aprendido, Brasil, (2010). A articulação de informações, conceitos e conhecimentos dos mais diversos componentes curriculares deve ser trabalho com a necessidade de que os estudantes compreendam a complexidade e amplitude das questões ambientais. De fato Brasil (2010):

[...] o papel do professor é propor um trabalho pedagógico que consiga associar os conhecimentos produzidos na escola com as temáticas voltadas para o meio ambiente o que inclui a utilização racional de recursos, a sustentabilidade, a gestão eficiente de resíduos e com isso, a conservação dos bens naturais que lhes são disponíveis (p.49).

Num mundo em transformação, onde as mudanças ocorrem a todo instante, as questões ambientais não fogem à regra, tornando-se necessário que os educadores se reciclem quanto aos seus conhecimentos de forma constante e continuamente.

#### 4.1. AS PRÁTICAS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS VIVENCIADAS NOS PROJETOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REVISANDO AS PRÁTICAS

A prática crítica e reflexiva requer educadores igualmente emergidos nesta educação. O tipo de formação inicial e continuada que um educador que vai fazer total diferença em sua prática. Segundo Freire (2005, p. 22-23), aponta que:

[...] se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o *objeto*, que ele é o sujeito que *me forma* e eu, o *objeto* por *ele formado*, me considero como um paciente que receba os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos.

É preciso que o educador tenha uma formação emancipadora para que ele possa igualmente formar sujeitos “emancipados”. Do contrário, o educador corre o risco de significar educação como um simples processo de transferência de conteúdos.

Para Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia – “saberes necessários à prática educativa*, elenca diversos saberes que todo e qualquer educador demanda para a prática educativa em si mesma”, Freire (2005, p. 22). Saberes estes que, também competem à prática da Educação Ambiental e da Sustentabilidade. Um desses saberes é a reflexão crítica da prática educativa que também é essencial ao educador ambiental. É a forma da prática do educador ser revista, reelaborada e resinificada. Ainda com Freire (2005, p. 22), “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo”.

É importante que o professor organize e oriente atividades conforme o perfil da comunidade escolar, transformando todo o conhecimento escolar em um conjunto de atitudes e comportamentos que tragam soluções para as questões emergentes, primeiramente na escola e depois se estendendo para a comunidade em que se insere. Ressalta-se aqui que um dos desafios para implementação de tais ações está relacionado à ausência ou ineficaz da formação do professor quanto às ações que podem ser empreendidas para o trabalho com as questões ambientais. A formação continuada deve proporcionar atualizações e aprofundamento das temáticas ambientais apoiando-se em reflexões sobre a prática educativa de maneira que se possa promover um processo constante de auto avaliação capaz de orientar a construção contínua de competências profissionais.

Assim, ensinar e aprender atitudes requer posicionamentos claros sobre o que e como se ensina na escola. E tais posicionamentos ocorrem a partir das intenções do projeto educativo ambiental da escola, onde se adapte e selecione conteúdos básicos necessários e recorrentes evidencia o reconhecimento, amplitude e complexidade dos problemas ambientais contemporâneos, necessitando de uma nova concepção e da organização das ações desenvolvidas de saberes escolares diversos na área ambiental. Analisando sob esse ponto de vista, o desafio é ensinar associando atitudes, hábitos, posturas e conhecimentos. Perrenoud, (2003). Criar ambientes de análise e de prática, porque só se pode formar por meio da prática: “aprender fazendo a fazer o que não se sabe fazer”.

A seguir são elencados alguns projetos executado por escolas públicas de Pernambuco com foco na educação ambiental, Gerenciamento de Resíduos e Sustentabilidade. O primeiro projetos fizeram parte do Projeto Escola Verde<sup>2</sup> desenvolvido em uma escola pública do Vale do São Francisco”, na cidade de Petrolina em 2012.

O projeto “Melhoramento do solo por meio de técnicas de compostagem (reaproveitando resto de alimentos) ” desenvolveu-se em três etapas. A primeira etapa do projeto consistiu na escolha do recipiente e local apropriado dentro das escolas para realização do processo de compostagem. Em seguida, cerca de 300 alunos receberam palestras com temas voltados para os benefícios e técnicas da compostagem, entre outros temas relacionados. A figura 3represnta as aulas relacionadas ao conteúdo estudado para a realização da prática ambiental. Já figura 4 enfatiza-se a participação dos estudantes do projeto na preparação do terreno da escola para compostagem. Abaixo imagens do projeto no desenvolvimento das teorias e práticas.

---

<sup>2</sup> O Projeto Escola Verde (PEV) é realizado pela Universidade do Vale de São Francisco e tem como objetivo investigar as dificuldades socioambientais da região e promover ações no sentido de minimizar os problemas identificados, a partir da participação das comunidades escolares. Trata-se de uma Pesquisa Aplicada, do tipo Pesquisa-Ação, de caráter qualiquantitativo, que está sendo desenvolvida nas escolas de ensino fundamental, médio e superior da região do Vale do São Francisco. Petrolina, (2012).

**Figura 1: Palestra referente ao tema ambiental (reaproveitando restos de alimentos)**



Fonte: Projeto Escola Verde – PEV/dez/2017

**Figura 2: Alunos retirando o lixo da escola para preparação do solo.**



Fonte: Projeto Escola Verde PEV/dez/2017.

Após, limpeza e a retirada do lixo a prática envolveu compostos feitos com esterco de gado e por minhocas, onde os alunos puderam perceber o tempo de decomposição de cada um destes compostos, para a transformação do adubo, conforme a Figura 5.

**Figura 3: Aula prática: preparando os orgânicos para o processo de compostagem**



Fonte: Projeto Escola Verde PEV/dez/2017

Os resultados do trabalho apontaram para o reconhecimento por parte dos alunos da importância desses compostos para a fertilização do solo, despertando a motivação e sensibilização para a questão socioambiental e ainda deu sustentação para a abordagem de alguns conteúdos nas aulas de Ciências. O produto formado durante as práticas foi utilizado como adubo natural para jardins e hortas nas escolas e tiveram repercussões significativas junto aos alunos e a comunidade em geral para a eficiência desta técnica simples e essencial para contribuir com o meio ambiente Machado *et al.*, (2012).

O segundo projeto foi com Óleo de cozinha, realizados com alunos da 1ª Turma do Curso Técnico Monitoramento e Controle Ambiental, da instituição de ensino SENAC, na cidade de Itajaí, Santa Catarina (2009). Os dados do projeto foram publicados através de endereço eletrônico ([//www.sc.senac.br/2009](http://www.sc.senac.br/2009)). A reutilização do Óleo de Cozinha que tem por finalidade promover a consciência ambiental, executados pelos alunos do Curso Técnico em Monitoramento e Controle Ambiental através do Projeto de reciclagem do óleo de cozinha usado, onde o principal objetivo é dar uma destinação ecologicamente correta fazendo com que, este óleo não chegue a contaminar os rios e mares. Envolvendo todos os alunos e comunidades, que de maneira possam contribuir, doando o óleo de cozinha usado, para que este tenha uma destinação, ecologicamente, correta. Pois, ao jogarmos o óleo usado na pia, além de causar entupimento na rede hidráulica também estamos causando um enorme impacto ao meio ambiente. O projeto tem como objetivo, arrecadar a maior quantidade de óleo usado, para transformar em sabão e seus derivados.

O Projeto Óleo de Cozinha, realizada pelo grupo, primeiro foi feito uma pesquisa sobre o assunto e em seguida a divulgação por todas as salas do centro de estudo SENAC, falando sobre: • o que o óleo causa ao meio ambiente; • A importância da reciclagem; e o que fazer com o óleo arrecadado. Para isso, foi instalado um Tambor ao lado da secretaria do curso SENAC, para ser armazenado o óleo recebido por doação de todos da comunidade da instituição de ensino técnico, figura 6.

**Figura 4: Depósito para coleta do óleo usado**



Fonte: Arquivo público

O local foi escolhido entre outros por ser de mais fácil acesso para qualquer pessoa. Neste local existe bombonas de 60 litros (figura acima) que armazenarão o óleo arrecadado e permanecerão com segurança. Estas bombonas serão recolhidas sempre que estiverem próximas da sua capacidade de armazenamento, assim o óleo parte para ser a matéria-prima da fabricação de detergentes, sabão em barra ou líquido e seus derivados. Este projeto visou, primeiramente comprometer a 1ª Turma do Curso Técnico Monitoramento e Controle Ambiental a colocar em prática o aprendizado que é adquirido em sala de aula. Para que todo o aprendizado seja passado à frente e é isto que estamos conseguindo, a partir da sensibilização que este “problema” causa ao meio ambiente.

Através do processo de divulgação que a proposta alcance mais e mais pessoas e assim mais óleo será arrecadado, e então o objetivo de fabricar sabão é doá-lo a pessoas carentes. E quanto mais óleo arrecadado, menos litros de água serão contaminados.

Segundo as falas, os alunos concluem que; “pode-se dizer que, quando existe o comprometimento e a participação de todos, podemos colocar em prática todo tipo de projeto, principalmente quando o maior objetivo é a preocupação com o meio ambiente”. Hoje, pequenas mudanças de atitude perante o nosso meio ambiente, podem fazer muita diferença no futuro.

Este outro projeto, executado no período de março a maio de 2015, teve a participação da autora, sendo professora de educação fundamental do município de Olinda/PE, foi convidada pela escola Estadual de Rio doce em Olinda, onde prestigiou a culminância do Projeto em educação ambiental voltados para a Sustentabilidade e a Gestão de Resíduos Sólidos orgânicos.

Como a escola fica localizada na frente da feira pública do bairro, foi relatado um projeto onde os estudantes entrevistaram os feirantes sobre os impactos causados pelos resíduos que produzem inclusive o mau cheiro e chorume, além de boas quantidades de garrafas espalhadas pelo chão, que provém dos dias em que a feira acontece. A partir daí surgiu por parte de interesse dos alunos um trabalho interdisciplinar onde eles sugeriram os temas que foram desenvolvidos pelo projeto.

A observação levou em conta o projeto sustentáveis e prática pedagógicas voltadas à horta escolar e a jardinagem com ênfase nos resíduos produzidos na cozinha da escola através do reaproveitamento dos alimentos no processo da compostagem. E ao mesmo tempo utilizando a coleta seletiva e a reciclagem com garrafas pet's para plantar as sementes tanto da horta quanto do jardim. Além disso, as garrafas pet's serviram como decoração no espaço escolar deixando o ambiente mais agradável e bonito.

O projeto foi desenvolvido numa turma do 6º ano do Ensino Fundamental, no turno matutino, com a participação da professora de ciências e a professora de geografia. Como a escola trabalha com inclusão escolar, e a turma de 6º ano possui alunos surdos, o projeto contou ainda com a participação do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que auxilia em todas as aulas realizadas na turma. Todos os 24 estudantes que compõem a turma participaram do projeto. As funcionárias da cozinha participam fornecendo os resíduos solicitados pelos estudantes.

A figura abaixo registra as aulas teóricas e práticas realizadas com os estudantes do projeto.

**Figura 5: Aula prática sobre o estudo do solo da escola**



Fonte: cedida pelos colaboradores do projeto (2015).

Durante as aulas na sala de aula, foram trabalhados e discutidos os conteúdos com os estudantes, temas relativos à adubação do solo e ao cultivo de hortaliças e jardinagem, sendo apresentadas técnicas e recolhidas da cozinha da escola sementes de

tomate e pimentão. Essas sementes foram preparadas durante as aulas para serem utilizadas para a produção da horta escolar. Também foram distribuídos aos estudantes mudas de flores e sementes de coentro, tomate cereja. Alface e cebola, na figura abaixo.

**Figura 6: Aula expositiva; horta e jardinagem/alunos na sala de aula**



Fonte: cedida pelos colaboradores do projeto (2015)

Na sala de aula foram abordados temas na área da coleta seletiva e reciclagem, uma vez que esses materiais tiveram sua importância no projeto. Durante a atividade, explicou-se a importância das plantas, e por que não se pode arrancá-las, como a reutilização das garrafas pet's, contribuindo assim para minimizar a poluição ambiental. A figura 9, mostra o momento que os alunos estão desenvolvendo aula prática com as propostas ambientais do projeto (reciclagem, jardinagem e a horta).

**Figura 7: Aula prática incluindo: Reciclagem, jardinagem e a horta**



Fonte: cedida pelos colaboradores do projeto (2015)

O resultado dessa ação apontou que a participação dos estudantes no projeto em educação ambiental, onde eles foram estimulados a refletir e agir sobre o local, a escola em que estudam e a compreender o seu papel na construção e preservação do Meio Ambiente.

Este ultimo projeto foi de uma Tese de Dotourado defendida em 2018, na UAA- Universidade autônoma de Assunção/Paraguay. Cujo tema foi: Educação Ambiental e suas interações pedagógicas nas Escolas de Educação Básica e Tecnológica na Região Metropolitana do Rio Negro/Solimões – Amazonas - Brasil correspondem com as práticas pedagógicas ambientalmente corretas? Em que o seu objetivo foi Analisar o processo de ensino e aprendizagem no seguimento de Educação Ambiental nas Escolas de Educação Básica e Tecnológica na Região Metropolitana do Rio Negro/Solimões.

Conforme, Oliveira (2018), o projeto visa abranger uma população de Pais e Alunos das Escolas, e a importância do processo de ensino e aprendizagem na educação ambiental para a região Amazônica, e análises de suas interações nas práticas pedagógicas ambientalmente corretas que são voltadas a sustentabilidade na condução do conhecimento e na formação crítica dos alunos nas Escolas de Educação Básica e Tecnológica na Região Metropolitana do Rio Negro/Solimões. Abaixo Figura do IFAM.

Figura 8: **Instalação Estrutura e Localização do IFAM – CMC**



Fonte: Ifam – Site Oficial 2016.

O projeto foi desenvolvido na área de reflorestamento através de viveiros no instituto IFAM. A prática educativa na disciplina de Viveiros Florestais no laboratório e ou visita técnica, influencia no desempenho das atividades que os alunos necessitam para ensino-aprendizagem. O trabalho foi desenvolvido através conhecimento prévio de técnicas para a produção de mudas, através da técnica de semeadura, desde a escolha da semente, a análise morfológica em laboratório, até a construção da estrutura do viveiro e seu monitoramento é fundamental para o sucesso do viveiro.

Figura 09: **Prática Laboratorial de Sementes**



Fonte: Próprio Autor (Laboratório de Microscopia – IFAM - CMC), 2017

Deste modo, Oliveria (2018) padronizou um processo produtivo acurado para a prática da educação ambiental correlacionada com os alunos obtendo um progresso significativo com os mesmos. Portanto, O objetivo é formar técnicos de nível médio na área das Ciências Ambientais capazes de conhecer os recursos naturais, identificar problemas ambientais de um determinado local, auxiliar no planejamento de empreendimentos sustentáveis como também, identificar processos tecnológicos e conhecer a legislação ambiental vigente.

Neste contexto, procura-se justificar a proposição de um projeto de educação que vise gerar uma consciência crítica sobre os fatores naturais, científicos e sociais que compõem a problemática ambiental, desenvolvido de forma interativa e dialógica, caracterizado por trocas de experiências, numa abordagem interdisciplinar, que contribua com a formação da cidadania consciente e crítica.

Deste modo, a contribuição esperada da inclusão de temas de relevância social e ambiental no currículo escolar é propiciar o diálogo entre as disciplinas como estas vem desenvolvendo os projetos ambientais, cada uma mostrando ao educando a sua forma peculiar de ver, compreender e solucionar problemas sociais ambientais contemporâneos.

#### 4.2. OS DESAFIOS DE ENSINAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Um dos maiores desafios da atualidade é a preservação do ambiente terrestre, tão abalado pelo grande aumento da população humana e o mau uso dos recursos naturais. O advento da industrialização propiciou um maior domínio do homem sobre a natureza para gerar mercadorias, e em nome da produtividade permitiu-se o uso predatório dos recursos naturais. Além disso, a valorização “do ter em detrimento do

ser” gerou o consumismo desenfreado transformando em insustentável o modelo de desenvolvimento baseado na destruição dos ecossistemas sem qualquer preocupação em assegurar a convivência democrática, sustentável e com justa distribuição de seus recursos entre todos.

O desmatamento, a destruição da camada de ozônio, acidentes nucleares, desertificação, poluição atmosférica, consumo desenfreado de matérias-primas, de energia e a geração de dejetos são algumas das questões a serem resolvidas por cada uma das nações do mundo, que hoje convivem com a poluição e a miséria, principalmente os países mais pobres. Assim, surge a necessidade de estabelecer limites à ação humana para evitar a sua autodestruição. Faz-se necessário disseminar uma nova relação entre os homens e a natureza que privilegie a qualidade de vida juntamente com um desenvolvimento sustentável capaz de gerar uma sadia qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

Em razão da educação ambiental estar diretamente ligada ao modo de vida das pessoas, como vivem e convivem em sociedade, é necessário que o ambiente onde se vive seja percebido em sua totalidade, suas características e seus problemas, buscando conscientizar o educando de seu papel na sociedade, privilegiando a solidariedade, a partilha e o respeito.

Dentro dos desafios, a educação ambiental se constitui num complexo compromisso com a qual a escola se depara. Por ser um processo longo e contínuo de aprendizado, a tarefa primordial consiste em selecionar, organizar e consolidar valores no educando. O autor Guimarães colabora com seguinte pensamento; ao perceber e debater os problemas ambientais existentes na localidade onde a escola está inserida e envolver além de professores e alunos, mas, toda a comunidade escolar no debate, a escola estará preparando os estudantes para o futuro que deverão compartilhar de forma sustentável.

Com o crescimento populacional e os avanços tecnológicos ocasionou um grande excesso de consumo dos recursos naturais, poluição, violência, ocupação desordenada e tantos outros que passaram a fazer parte de uma triste realidade cotidiana acarretando grande volume de lixo. Gerados em todos os estágios das atividades humanas os resíduos (lixo), em termos tanto de composição, variam em função das práticas de consumo e dos métodos de produção utilizados. Com isso, Hernandez (1998), contribui com a ideia de que surgiu às preocupações com a saúde humana e sobre

o meio ambiente (solo, água, ar e paisagens). A partir de então, os impactos ambientais obtiveram os mais diversos tipos de poluição, dentre eles o lixo.

Desta forma, surge a necessidade de investimentos em Educação Ambiental, principalmente nas escolas se firmando como um espaço essencial onde essa prática deve ser consolidada. O trabalho do educador é de suma importância no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas, nas ações em projetos e oficinas temáticas com o objetivo de desenvolver assuntos relacionados às questões ambientais, não sendo apenas pontuais mas, trabalhando assuntos permanentes utilizando diferentes meios, recursos e materiais didáticos que favoreçam as relações interpessoais e propiciem o desenvolvimento habilidades para que reconheçam e compreendam os problemas ambientais.

A escola tendo o compromisso em trabalhar as questões ambientais devem desenvolver as oficinas apoiadas nas vivências dos alunos e dos fenômenos que ocorrem a sua volta, buscando encaminhá-los com o auxílio dos conceitos científicos pertinentes aos conteúdos relacionados ao campo ambiental. A vivência do educando tanto na escola como na comunidade em que moram “bagagem de conhecimentos trazidos de casa” pelos alunos, como dizia Freire (2007, p. 38), existe a problemática dos resíduos. Assim levando-o a perceber que o problema ambiental esta junto a todos. Na escola, por exemplo, gera um grande número de papel e papelão, oriundos das atividades pedagógicas, já o papelão é descartado dos materiais que as escolas recebem de maneira geral; caixa de embalagens de alimentos, de livros, de moveis etc, materiais necessários a manter a estrutura escolar.

Entretanto, a escola produz também papéis não recicláveis como adesivos, etiquetas, fitas crepe, papel higiênico, papel toalha, guardanapo engordurado, papéis metalizados e parafinados ou plastificados, entre outros. Estes últimos necessitando ser devidamente gerenciados de modo a não causar danos ao ambiente. Não devemos esquecer que os copos plásticos, as garrafas de refrigerante e as embalagens plásticas diversas são resíduos muito comuns no ambiente escolar.

Então pensando em minimizar esses resíduos gerados pela a instituição de ensino, as escolas desenvolvem em suas atividades ações como jardinagem, reaproveitamento dos alimentos transformando em adubos, reciclagem de óleo de cozinha, coletar e separar o lixo e reciclagem que normalmente são de garrafas pet´s e pneus, tendo cuidado com as latinhas e vidros por esses terem tratamentos mais específicos. Tendo grande importância ao tratamento e o reaproveitamento desses

resíduos, vamos falar um pouco desse conceito de reciclagem. Conforme o autor Rodrigues e Cavinatto (2010, p. 67), A reciclagem é: “o processo que visa transformar materiais usados em novos produtos com vista a sua reutilização”. Para o processo da reciclagem é necessário à coleta seletiva onde é feita a separação desse material para posteriormente serem reutilizados pelo homem. Abaixo figura 3, são coletores da coleta seletiva para separação dos materiais.

Figura 10: **Coletores para separação de matérias/coleta seletiva**



Fonte livro: Lixo de onde vem? para onde vai?.2014.

Além dessas cores tem: o **Preto** – que é a **Madeira**; **Laranjas** – **Resíduos Perigosos**; **Branco** – **Resíduos Ambulatoriais** e de serviços de saúde; **Roxo**: **Resíduos Radioativos**; **Marrom** – **Resíduo Orgânico** e o **Cinza** – **Resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação**. Essas cores e símbolos facilitam a distribuição dos materiais, cada tipo de lixo correspondente com sua classificação. Não se sabe qual o critério usado na criação dos padrões das cores, mas, a diferenciação por elas é um sistema usado para a coleta seletiva em todo mundo.

O processo de Reciclagem, reutilização e tratamento de resíduos foi criada em 2010, através da Lei nº 12305 e regulamentada pelo Decreto nº 7404, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A proposta atual do documento é nortear, seguindo esta ordem, os princípios básicos da minimização da geração, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos, Brasil (2010).

A implantação da coleta seletiva e reciclagem do lixo em qualquer espaço e instituição sem dúvida, gerar consciências nos indivíduos e preserva o meio ambiente. Segue no quadro 1 abaixo o tempo de decomposição de material lançados innatura (ao meio ambiente).

Tabela 1: Tempo de decomposição dos resíduos

MATERIAL	TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO
PAPEL	de 3 a 6 meses
PANO	de 6 meses a 1 ano
CHICLETE	5 anos
FILTRO DE CIGARRO	5 anos
MADEIRA PINTADA	13 anos
NYLON	mais de 30 anos
LATA DE ALUMÍNIO	de 80 a 100 anos
METAL	mais de 100 anos
PLÁSTICO	mais de 100 anos
VIDRO	1 milhão de anos
BORRACHA	indeterminado

Fonte: <https://www.google.com.br/quepodeserrecicladonaescola/2017>.

O programa de coleta seletiva e a reciclagem nas escolas cada vez mais vêm sendo trabalhada, esta iniciativa traz grandes benefícios para o ambiente escolar e para os alunos, envolve várias etapas desde a sua investigação sobre o impacto do descarte inadequado até a divulgação das pesquisas realizadas pelos alunos e o resultado do projeto que pode envolver a participação de vários professores. Também outras ações são desenvolvidas na ambiente educativo como a reciclagem do óleo que são transformados em sabão, sendo aproveitado pelos alunos e pelo o uso da própria escola e a compostagem. A compostagem é um método que acontece através da degradação do lixo pelas bactérias que forma o adubo. O adubo além de “segurar” mais água e nutrientes para planta deixa o solo fofo, permitindo a entrada de ar para as plantas. Já os pneus servem para fazer móveis (pufs), e decoração, sendo poucos trabalhados nas escolas, pois, o educador ambiental deve ter habilidades (arte), para fazer a reutilização do material. O descarte do pneu é mais complexo uma vez que precisa de empresas para transforma em materiais utilizados nas construções, em asfalto (estrada), ou outros produtos que faz a reutilização dele.

Vários vídeos nos sites na internet, como projeto escola verde, centros de educação e tantas outras mostram diversos trabalhos de reciclagem. Destaca-se também, o reaproveitamento dos alimentos através da compostagem. Esse material é utilizado na própria escola na construção de horta colhendo os frutos para serem utilizados na merenda dos alunos e de jardim para embelezar a escola tornando um ambiente com o ar mais puro e sadio para todos.

A proposta de coleta seletiva e a reciclagem do lixo nas escolas é uma ação educativa que visa investir numa mudança de mentalidade como um elo para trabalhar a transformação da consciência ambiental. Assim, o papel da escola atual tem levado os

sistemas de ensino a repensar os seus objetivos e buscar a renovação para conseguir formar novas mentalidades e habilidades que ajudem o educando a entender a sociedade local e global, e posicionar-se de forma crítica frente aos problemas sociais que o cercam.

Segundo o autor Tozoni-Reis, (2008), a educação ambiental tende a produzir diálogos permanentes acerca das concepções de ensino e aprendizagem que permitam uma relação saudável entre o homem e a natureza, articulando valores, atitudes, comportamentos e conhecimentos capazes de sugerir técnicas e instrumentos que estimulem o engajamento da comunidade escolar, em prol da manutenção de sistemas ambientais.

O desafio em desenvolver trabalhos ambientais nas instituições educacionais são vários desde capacitação para professores à falta de ferramenta pedagógica, portanto não há dúvida, da importância e necessidade em realizar ações, pois, para reverter essa situação, que grande parte dos desequilíbrios ambientais esta relacionados à conduta humana gerada pelos consumos e conseqüentemente o desperdícios, e pelo uso inadequado dos bens naturais e, felizmente é através das escolas que podemos mudar e atitudes para cuidar do meio ambiente.

## **5. PROJETO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA: TECENDO CONHECIMENTO**

Tendo em vista o aparecimento, nas últimas décadas, de fenômenos diversos provenientes da degradação ambiental encontrado e levando o homem a buscar novas alternativas para processos de produção e consumo menos impactantes, torna-se fundamental apontar algumas considerações sobre a temática e reflexões de sua prática para um desenvolvimento sustentável social.

Num mundo em constantes mudanças, esses fenômenos e transformações ambientais ocorrem a todo instante, tornando-se necessárias novas demandas sociais que impulsionaram as instituições educacionais, como a escola, a redefinir o seu papel. Na perspectiva da Educação Ambiental, podemos dizer que esse movimento começa a despontar muito em função da institucionalização do movimento ambientalista.

A constante denúncia da degradação do meio ambiente pelas instituições ambientais estimula a sociedade a “cobrar” das instituições de ensino a inserção da temática ambiental em seus fundamentos e metodologias. Assim, envolver os alunos em projetos, ações e atividades interessantes onde há participação, pesquisa, envolvimento e integração é a garantia de contribuir com esses alunos para a cidadania ambiental. Pois é a partir daí que o ser humano vai adquirindo sensibilidade e interesse em conservar tudo que utiliza no seu dia a dia, começando pelos copos descartáveis, acúmulo de papéis que podem simplesmente ser mantidos online partindo de um planejamento dos recursos explorados.

Diante dessa perspectiva, Rodrigues e Colesanti (2008) tem um discurso que mesmo em face desse cenário devastador e dada a grande importância da educação ambiental e de ações sustentáveis para a preservação e conservação do planeta, um percurso por sua história e práticas permite verificar que ainda há certa carência metodológica entre seus praticantes e nos projetos que se desenvolvem.

Sendo a educação ambiental um processo participativo, através do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conquista e manutenção do direito ao Meio Ambiente. ecologicamente equilibrado, as questões ambientais requer novas formas de abordagem, integrando as várias áreas do conhecimento com foco primordial na conscientização e sensibilização, principalmente das crianças e dos adolescentes, que ao adquirir novos hábitos serão formados, direcionando a espécie humana a utilização dos recursos naturais de forma sustentável. Diante disso, Oliveira (2009, p. 23), coloca que, “é urgente o desenvolvimento de programas e ações de caráter educativo voltado para uma mudança profunda e progressiva na escala de valores e atitudes dominantes na sociedade atual”.

Esses processos de desenvolver programas e ações trabalhados no campo educacional devem oportunizar e desabrochar práticas positivas e pró-ativas que sinalizam o desabrochar de métodos e de experiências que comprovam, mesmo que em um nível ainda pouco disseminado, a possibilidade de fazer acontecer e tornar real o novo, necessário e irreversível, caminho de mudanças ao educando na sua relação com o meio ambiente. Os trabalhos com questões ambientais é hoje um instrumento eficaz para se criar e aplicar formas sustentáveis de interação da sociedade com a natureza. O desenvolvimento sustentável deve ser aliado às práticas ambientais.

Os conteúdos dos trabalhos educativos como no discurso do autor Freire (2005 p. 33), devem ser abordados de “forma crítica, criativa e reflexiva, mantendo o olhar na realidade em que o educando vive e compartilha esse espaço (...)”, evidenciando a preocupação em transmitir os conhecimentos a partir da discussão dos problemas locais e se tratando do meio ambiente também de forma global, possibilitando ao aluno compreender a realidade da qual faz parte situando-se nela, interpretando e contribuindo para sua transformação. Com isso, os alunos possam ser capazes de perceber as diferenças culturais e ambientais existentes de forma local e global, observando as riquezas que os cercam e valorizando os conhecimentos como todo.

O trabalho do educador é de suma importância no desenvolvimento das ações nas oficinas temáticas com o objetivo de desenvolver assuntos relacionados às questões ambientais, utilizando diferentes meios, recursos e materiais didáticos que favoreçam as relações interpessoais e propiciem o desenvolvimento habilidades e talentos.

Isto significa que a educação ambiental surge para estimular a conscientização ambiental de todo e qualquer indivíduo que conviva com o ambiente natural e dele utilize recursos, essa modalidade de educação visa à aquisição de conhecimentos através das ações e práticas educativas que tem como finalidade mudanças de comportamentos em relação ao ambiente natural em que vive. Esses cenários visam nos conduzir a um grau mais próximo possível daquilo que almejamos como desenvolvimento sustentável.

Vale destacar o *Tratado de Educação ambiental para sociedades sustentáveis*, produzido pelo fórum das Organizações Não-Governamentais (ONGs), enfatiza que o ensino e a aprendizagem ambiental devem pautar-se por um pensamento crítico e inovador, em todo e em quaisquer modalidades, seja esta formal ou informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade, seu caráter individual e coletivo cujo propósito é formar cidadãos conscientes tanto em nível local quanto planetário, respeitando a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

Sendo Assim, os Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global propostos no Tratado enfatiza especificamente: a “Educação como um direito de todos de modo que todos nós somos ao mesmo tempo aprendizes e educadores”. Já o MEC ao incluir as temáticas ambientais no currículo escolar, reforça o compromisso da escola com a construção da cidadania ambientalmente sustentável.

A educação escolar ao assumir a tarefa ambiental educativa, respaldada nas legislações sobre o tema, “incorporou” sua inserção formal de maneira transversal e interdisciplinar, objetivando, com isso, a geração de espaço de formação de uma

sociedade menos impactante em suas ações para com o ambiente. Diante disto, evidencia que as ações e os projetos de fato buscam minimizar os efeitos da fragmentação do conhecimento imposto pela organização curricular da escola fomentando nessa tentativa que a comunidade escolar adquira uma postura crítica em relação aos princípios de uso da natureza pela sociedade. Nesse olhar, os projetos interdisciplinares seriam considerados metodologias relevantes para compreensão da questão ambiental em sua complexidade, apesar de por si só não ofereçam garantia total de transformação social.

### 5.1. A CONTRIBUIÇÃO DA EA NO ÂMBITO ESCOLAR

Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, e a escola, pode contribuir significativamente para esse processo através da formação de sujeitos críticos e reflexivos capazes de atuar na complexa realidade socioambiental, contemplando sua pluralidade de aspectos.

As instituições de ensino compreendem que precisam trabalhar os problemas ambientais e muitas iniciativas tem sido desenvolvida em torno desta questão, incorporando a temática nos sistemas de ensino como tema transversal dos currículos escolares, permeando toda prática educacional. A escola é o espaço onde o educando dará sequência ao seu processo de socialização, no entanto, comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no decorrer da vida escolar. O trabalho com o meio ambiente nas escolas traz a ela a necessidade de estar preparada para desenvolver temas junto aos professores, de acordo com Jacobi (2005), seja adquirindo conhecimentos e informações para efetivar o bom trabalho com os alunos onde estes possam desenvolver o pensamento crítico e reflexivo.

Todo esse processo que a educação ambiental oferece ao espaço educativo está respaldado na base legal da Lei nº 9795/99, de onde veio o reconhecimento da importância da educação ambiental, reconhecida e oficializada como área essencial e permanente em todo processo educacional. Essa lei surgiu embasada no artigo 225, inciso VI da Constituição Federal de 1988. Ferreira (2010) afirma que desde a promulgação da Constituição em 1988, a educação ambiental passou a ser direito de todo cidadão brasileiro, estabelecido no artigo 225, inciso VI, promovido por meio dos sistemas de ensino no âmbito formal ( Brasil ,1988):

[...] todo estudante em seu período de escolaridade tem garantido o direito de receber conhecimentos sobre questões ambientais. É importante lembrar que a Educação Formal consiste naquela desenvolvida nas instituições de ensino, em todos os níveis. Assim, segundo o documento: o Estado tem o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em seguida destaca-se a Lei nº. 9.795/99 dispõe sobre a educação ambiental e cria a Política Nacional de educação ambiental. O artigo 1º desta Lei conceitua a educação ambiental com base em seus aspectos teóricos e práticos bem como de sustentabilidade. Já o artigo 2º remete ao estudo das modalidades desta educação tanto em âmbito formal quanto informal Brasil (1988):

[...] Art. 1º: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. ” Art. 2º “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Para Tamaio (2008) após a aprovação da Lei n. 9.795/99, e oficialização da presença da discussão de questões ambientais em todas as modalidades de ensino, surge uma pluralidade de ações e concepções políticas pedagógicas que foram construindo, fazendo e refazendo o seu objetivo, fundamento e objeto.

No Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/ 2014, contempla diretrizes e a formação para o trabalho e para a cidadania enfatizando valores éticos e morais fundamentando a sociedade e a promoção do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, Moraes (2014). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p.19), uma das questões que propiciou a inserção da temática do meio ambiente como tema transversal como a contribuição, que se falando em educação, essa perspectiva pôde contribuir para “evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, participativo, da corresponsabilidade e da equidade”.

A educação ambiental tende a produzir diálogos permanentes acerca das concepções de ensino e aprendizagem que permitam uma relação saudável entre o homem e a natureza, articulando valores, atitudes, comportamentos e conhecimentos capazes de sugerir técnicas e instrumentos que estimulem o engajamento da comunidade escolar, em prol da manutenção de sistemas ambientais.

A EA busca assegurar através das instituições de ensino que o futuro do planeta esteja equilibrado no que se refere à natureza. Para isso, as Políticas Públicas têm como um de seus princípios “o pluralismo das ideias e concepções pedagógicas” na perspectiva de fundamentar os conceitos, concepções, valores, atitudes, objetivos, formação cidadã. Todas as atividades desenvolvidas na área ambiental através da instituição escolar devem estar respaldada na legislação da EA, efetivando as suas definições de intenções educativas e uma ambientalização dos conteúdos, estratégias e atividades de ensino x aprendizagem.

Portanto, a educação ambiental nas escolas vem contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a saúde e qualidade de vida, com o bem-estar.

## 5.2. PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E O CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO NUMA PERSPECTIVA AMBIENTAL

O exercício da participação em diferentes instâncias desde as atividades dentro da própria escola até os movimentos mais amplos referentes aos problemas da comunidade é fundamental para que os estudantes possam contextualizar o que foi aprendido, Brasil (2010). A articulação de informações, conceitos e conhecimentos dos mais diversos componentes curriculares devem ser trabalhados com as necessidades de que os estudantes compreendam a complexidade e amplitude das questões ambientais.

Segundo Freire (1996) é necessário que vínculos sejam estabelecidos entre a realidade social do aluno e os conteúdos curriculares, a fim de obter resultados mais verdadeiros e proveitosos. É importante que o aluno, desde cedo, observe que ele pode contribuir para a modificação do assunto discutido na classe e, para que essa consciência se instale, é preciso que o estudante compreenda que a matéria dada não está alheia à vida dele principalmente no ambiente que vive e o cerca, pelo contrário, faz parte dela.

Uma formação de qualidade requer, o estabelecimento das relações que envolvem teoria, prática, realidade escolar educacional, de modo que o ensino não se apresente fragmentado e compartimentalizado, também é necessário à criação de condições que proporcionem ao professor uma formação sólida e integral capaz de proporcionar mudanças em sua prática pedagógica, auxiliando-o, portanto, ao tomar consciência e autorregular sua atividade, ao ministrar as aulas, ao avaliar os alunos, ao planejar seu trabalho, isto sida de forma ambientalmente saudável e sustentável.

De acordo com Perrenoud (2003, p. 24), o problema de aprendizagem "baseia-se no postulado simples de que aprender não é primeiramente memorizar, estocar informações, mas reestruturar seu sistema de compreensão de mundo". O autor defende que o professor precisa se colocar no lugar do aluno. Diante dos fatos, ao longo do estudo, sobre a prática pedagógica deve-se estimular que a escola pelo seu projeto político pedagógico, trabalhar conteúdos da Educação Ambiental através de temas transversais (Ética, meio ambiente, saúde), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); para que se alcance a relação de troca ensino aprendizagem em busca da transformação sócio ambiental e da sadia qualidade de vida.

Assim, o currículo, enquanto instrumento da cidadania democrática, contempla conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade (meio ambiente), a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração dos jovens nas relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Nesse sentido, são diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea:

- Aprender a conhecer – Garante o aprender a aprender e constitui o meio para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida.

- Aprender a fazer – O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam.

- Aprender a conviver – Trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.

- Aprender a ser – Pressupõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida.

A proposta curricular, atendendo a Lei nº 9.394/96, estrutura-se sob uma Base Nacional Comum complementada por uma parte diversificada. A Base Nacional Comum apresenta-se em três áreas de conhecimento, no entanto, isso não implica na desconsideração ou no esvaziamento dos conteúdos, mas a seleção e integração dos que são válidos para o desenvolvimento pessoal e para o incremento da participação social.

Quanto a essa organização destaca-se, de acordo com o Art. 26 da LDB, que os estudos de Língua Portuguesa, da Matemática, do conhecimento do mundo físico e natural da realidade social e política, especialmente do Brasil, o ensino da arte de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, e a Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola são elementos obrigatórios. Além disso, essa organicidade torna-se mais evidente quando o Art. 36 da LDB, em seu parágrafo 1º, estabelece as competências que os estudantes devem demonstrar ao final do Ensino Médio:

Art. 36, § 1º. “Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre”:

- I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. Assim como o perfil de saída do estudante do Ensino Médio descrito nas finalidades desse ensino dispostas no Art. 35 da LDB.

A Base Nacional Comum está organizada em três áreas de conhecimento; Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias.

A Parte Diversificada tratada no desenho curricular destina-se a atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura da economia e da clientela (Art. 26 da LDB), a fim de: Possibilitar ao educando a construção do seu próprio currículo; Ampliar conceitos, procedimentos ou temáticas de uma disciplina ou área de conhecimento que não são garantidas no espaço cotidiano disciplinar; Possibilitar o desenvolvimento de projetos de acordo com os interesses dos estudantes e da

comunidade a que pertencem; Favorecer possibilidades para a preparação básica para o trabalho.

Dessa forma, as aprendizagens dos alunos serão significativas à medida que conseguirem estabelecer relações substanciais e não arbitrárias entre os “conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos por eles, num processo de articulação de novos significados” PCN (1998, v1, p.52). Nesse sentido, as práticas pedagógicas, deverão ter como foco a correlação entre os saberes, dentro de um conjunto ativo e participativo da teoria e prática. Porém, não se trata somente de ensinar a natureza, e sim educar “para” e “com” a natureza, para compreender e agir diante dos grandes problemas das relações humanas com o ambiente.

Destacamos aqui a proposta do Projeto Político Pedagógico da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano (GP), em (anexo o PPP) da referida escola, pauta-se nas seguintes premissas do PPP (2016, p. 4), a “escola deve apresentar-se como protagonista de um movimento propositivo de mudança de paradigmas, visto que o processo de aprendizagem ao longo da vida torna-se num dos imensos desafios para o século XXI”.

### 5.3 A PEDAGOGIA DO PROJETO AMBIENTAL NA VISÃO INTERDISCIPLINAR E TRANSDISCIPLINAR

As questões ambientais na escola exigem, dentre outros aspectos, uma reflexão sobre a relação entre educação, escola e sociedade. Para isso, pode-se tomar como ponto de partida a definição de educação proposta por Saviani (2011, p. 38) *apud* Tozoni-Reis, (2008, p. 46) ser o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Isso significa dizer que a educação consiste num processo de formação humana, isto é, processo que permite aos seres humanos ser produzidos e construídos em relação aos valores e atitudes.

Para Souza (2003), o princípio básico capaz de nortear as atividades da educação formal deve ser o de motivar uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos ambientais, trabalhando os mesmos de forma transversal e integrada ao currículo básico em diferentes disciplinas acadêmicas. Dessa maneira, a educação ambiental deve ter como principal instrumento a escola, de modo que o tema Meio Ambiente seja incorporado ao

cotidiano escolar, através das diversas áreas do conhecimento, e não apenas em semanas ou atividades comemorativas.

A educação ambiental assume um papel inter e multidisciplinar já que necessita dialogar de forma ampla, com a comunidade escolar e com os mais diversos profissionais, as relações sociedade-meio-ambiente devem estar articulados, como diz Souza (2003), cada indivíduo a refletir, e procurar meios de intervenção nos problemas e conflitos ambientais. É fundamental que os temas ambientais sejam trabalhados dentro e fora da escola, elaborando e inserindo projetos que envolvam os estudantes.

Neste contexto, procura-se justificar a proposição de um projeto de educação que vise gerar uma consciência crítica sobre os fatores naturais, científicos e sociais que compõem a problemática ambiental, desenvolvido de forma interativa e dialógica, caracterizado por trocas de experiências, numa abordagem interdisciplinar, que contribua com a formação da cidadania consciente e crítica.

Os conteúdos escolares encontram-se organizados por áreas do conhecimento bem sedimentadas, possuindo contornos definidos da abrangência de cada uma delas. O ensino está, portanto, baseado numa forma fragmentada e estanque. A pretensão é modificar esta forma arraigada de ver a educação, tornando-a mais contextualizada, mais próxima da realidade do aluno, sem, contudo, criar novas disciplinas. A inclusão dos temas transversais nos currículos escolares busca fazer esta integração.

Deste modo, a contribuição esperada da inclusão de temas de relevância social e ambiental no currículo escolar é propiciar o diálogo entre as disciplinas como estas vem desenvolvendo os projetos ambientais, cada uma mostrando ao educando a sua forma peculiar de ver, compreender e solucionar problemas sociais ambientais contemporâneos. “A proposta da interdisciplinaridade é estabelecer ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos” (PCN – Ensino Médio. p. 26). Portanto, as ações e projetos desenvolvidos na área ambiental mesmo apresentando sua forma peculiar entre as disciplinas, mas como Dias (1999), traz em suas colocações que o desenvolvimento desses trabalhos possa estar interligado nas diversas disciplinas sendo executados de forma interdisciplinar.

Portanto, trata-se de uma concepção que articula a visão de homem, de mundo e de ciência numa unidade. No aspecto interdisciplinar, pressupõe a integração dos saberes no processo de produção do conhecimento. No âmbito das questões ambientais do mundo contemporâneo, exige uma visão sistêmica, capaz de fazer a leitura e

interpretação das relações existentes entre natureza, sociedade e cultura, bem como propor alternativas de transformação ambiental.

As ações e a construção da Política Pública de educação ambiental do Estado brasileiro tiveram início no ano de 1973, a partir da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA e sua respectiva Divisão de Comunicação e Educação Ambiental, que mais tarde se tornaria o Departamento de Educação Ambiental do MMA (DEA/MMA), um dos órgãos responsáveis pela implementação da política pública de educação ambiental Tamaio (2008).

O tema transversal 'Meio Ambiente' não deve reduzir-se aos temas Ambientais e vida, mas aferir as relações entre estes e os fatores políticos, econômicos, históricos e sociais, possibilitando questionamentos acerca do desenvolvimento sustentado e bem-estar social. De acordo com PCN. Temas Transversais (1998, p. 193), “logo, todas as áreas de ensino devem enriquecer o diálogo visando à transformação de práticas sociais”.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação o conceito, explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la. Tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

Entretanto, grande parte das escolas não assimilou adequadamente esses conceitos. A educação Ambiental se restringe às áreas de Geografia e de Biologia, e aborda tão somente os temas referentes à ecologia contidos nos livros didáticos. Lobato (1999, p.75) afirma que:

A Educação Ambiental vem sendo considerada uma modalidade educacional separada da educação e dominada por uma visão técnica (gestão) e retificada, isto é, reduzida ao conservacionismo ou à reciclagem de materiais (oficina de arte/ecologia). Ainda predomina um

pensamento unidirecional. As metas propostas para o tratamento interdisciplinar dos temas transversais, e em particular ‘O Meio Ambiente’, só poderão ser atingidas após a devida capacitação dos professores, que ainda não obtiveram acesso às metodologias adequadas para trabalhar com as várias áreas do conhecimento ao mesmo tempo, um relevante a seu modo e com sua contribuição, ajudando assim na formação do conceito de cidadão ambiental.

Portanto, Moran (2007), a educação ambiental tem caráter transversal e multidisciplinar, e Freire (2008), conceitua que “vem romper com a educação tradicionalista, cartesiana” e “bancária”. Ainda com Moran, (2007. P. 31), coloca “a educação ambiental deveria ser incluída em diversos campos do saber por tanto sendo transversal”.

A temática ambiental sendo interdisciplinar traz novos saberes e novas posturas relativas à prática pedagógica, exigindo do educador/professor não a mera transmissão dos conteúdos trabalhados no desenvolvimento dos projetos principalmente na área ambiental, e sim que o mesmo seja um facilitador do processo de ensino-aprendizagem e um dos principais agentes desse processo, concomitantemente com os alunos, pois, sem ele não haveria razão de a escola existir. Assim, inserir o educando no processo que parte de informações ao desenvolvimento do senso crítico e raciocínio lógico, envolvendo-o no seu real papel de integrante e dependente do meio ambiente, visando uma modificação de valores tanto no que se refere às questões ambientais, e como explana Tristão (2002), sociais, culturais, econômicas, políticas e éticas, devendo estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

## **MARCO METODOLÓGICO**

### **6.1.O problema da Pesquisa**

Durante um diálogo informal com estudantes e docentes do Ginásio Pernambuco, ponderou-se algumas queixas direcionadas aos projetos de educação ambiental desenvolvidos na referida escola, sendo assim destacadas como: dificuldades em ministrar aulas pela falta de um preparo específico do professor, a falta de compromisso acrescentada de desinteresse nas atividades teóricas dos estudantes, fazendo-se assim, surgir diversos questionamentos relacionados ao processo de formação enquanto aprendentes críticos e reflexivos no âmbito da educação ambiental.

É certo que na sociedade atual diversas questões relacionadas a degradação do meio ambiente têm acontecido e que a escola enquanto parte dessa mesma sociedade, não pode ficar fora dessa discussão. Propostas de melhorias das condições ambientais vem sendo postas no mundo todo, todavia os problemas persistem, levando a escola juntamente com seus estudantes proporem soluções que possam de fato solucionar os problemas ocasionados pelo homem ao meio ambiente. Todavia, muitas dessas propostas vem sendo desenvolvidas no espaço da escola, no entanto, sem muita participação de todo o corpo escolar, fragilizando todo o processo de elaboração e implementação de projetos voltados a questão da educação ambiental. Compreende-se que o estudante se encontra em fase de formação, necessitando da ajuda do professor para construir seu conhecimento, porém essa construção encontra-se ameaçada e dificultosa devido fatores que interferem na edificação de conhecimento

Seguindo esta abordagem, apesar do tema Educação Ambiental pertencer a um discurso bastante debatido, merece ser explorado, mesmo porque a proposta desta pesquisa é analisar os projetos ambientais desenvolvidos na escola de tempo integral, visto que vários estudiosos defendem a ideia da prática pedagógica ativa e prática para a formação consciente e reflexiva do ser em processo de formação, nesse caso, o estudante.

Mediante as dificuldades encontradas pela escola em trabalhar a educação ambiental, é importante salientar que a visão dos professores sobre essa temática tão emergente é fator crucial para que boas ações ao combate aos problemas ambientais se estabeleçam. O fato de que o docente tem que ter como foco central a aprendizagem do estudante e não transmissor de conhecimento, mas mediador desse, vem reforçar as palavras de Freire (2017) no qual cita que: “ ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção” (Freire, 2017,p 47).

Até o presente momento está-se fundamentando os fatos que conduziu -se a elaborar o problema de investigação, considerando as palavras de Campoy (2016, p.47):

O problema é um ponto de partida de toda investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de toda investigação, já que implica vários passos inter-relacionados. O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer situação que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada.

Nessa mesma linha de pensamento, Gil (2010, p,7), descreve o problema de pesquisa científica como um “assunto controverso, ainda não satisfatoriamente respondido em qualquer campo do conhecimento, e que pode ser objeto de pesquisas científicas ou discussões acadêmicas”.

Como consequência, inúmeras são as reclamações dos professores referentes às atitudes dos estudantes em não se preocupar em aprender a viver num mundo com melhor qualidade de vida, insistindo em não se envolver com os problemas ambientais. Por outro lado, percebe-se que o professor até tem predisposição para trabalhar com essa temática, no entanto suas limitações acadêmicas e a própria questão estrutural das escolas os impedem de realizar ações mais significante.

De posse disso, esta pesquisa propõe-se a analisar ações do projeto em educação ambiental desenvolvidas na escola estadual integral do ensino médio no Ginásio Pernambuco do Recife – PE e sondar se essas ações tem contribuído para a formação integral e crítica do estudante do terceiro ano do ensino médio.

## **6.2** Objetivo geral e específicos

### **6.2.1** Objetivo geral

Analisar as ações do projeto de educação ambiental trabalhado na escola integral da rede pública do ensino médio Ginásio Pernambucano

### **6.2.2 Objetivos específicos**

Avaliar as contribuições da escola para o desenvolvimento do projeto em educação ambiental executados pelos professores;

Compreender de que maneira os alunos vivenciaram as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelos professores;

Apresentar os resultados do projeto em educação ambiental alcançados e vivenciados pelos professores da escola.

### **6.3 Definições Metodológicas: Enfoque e Desenho**

A realização desta pesquisa tem a intenção de alcançar os objetivos propostos e para isso se faz necessário fazer-se uma análise sobre as ações do projeto de educação ambiental trabalhado na escola integral da rede pública do ensino médio Ginásio Pernambucano, através da abordagem qualitativa, descritiva, documental, não experimental e transversal. Além do que é possível dispor de resultados específicos, dos quais possibilita-se ter uma visão ampla e interpretativa dos dados, como também se pode evidenciar a subjetividade dos pesquisados, procurando entender e elucidar os fenômenos na sua integralidade em seus contextos reais relacionados ao processo de aprendizagem dos estudantes. Para Campoy (2016, p.231, *apud* Denzín y Lincoln, p.3).

A investigação qualitativa é uma atividade que coloca o pesquisador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo. Eles transformam o mundo em uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações. Nesse nível, a pesquisa qualitativa implica uma abordagem interpretativa, uma abordagem naturalista do mundo. A principal coisa da pesquisa qualitativa é o estudo das coisas em seu ambiente natural, tentando fazer sentido, ou interpretar fenômenos em termos dos significados que as pessoas atribuem a ele.

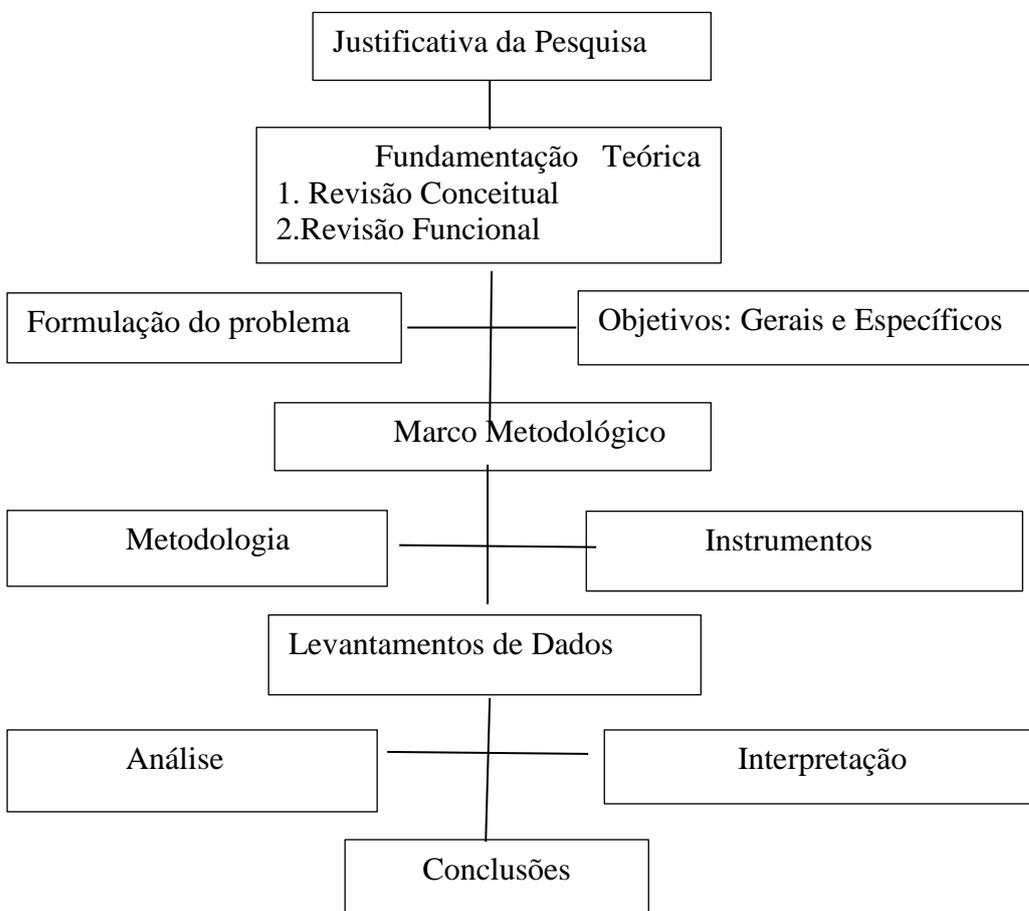
Nesse sentido, entendeu-se que ao se utilizar o método qualitativo, os pesquisados ficam mais espontâneos para poderem expressar seus pensamentos em relação ao tema proposto. Desta forma as respostas serão objetivas competindo ao

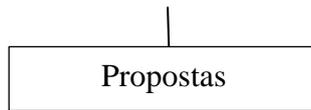
investigador compreender, descrever e interpretar comportamentos e opiniões para dar sentido à pesquisa, lembrando que a proposta da pesquisa qualitativa não é obter resultados computados, mas de permitir que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Ainda para responder os objetivos, esta pesquisa terá um caráter descritivo, que de acordo com Gil (2010, p.27) “ tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou grupo, com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis”.

Corroborando com Gil (2010), Campoy (2016, p.144) salienta que para “obter uma pesquisa descritiva deve ser feita uma descrição cuidadosa dos fenômenos, ordenada e sistêmica para interpretar se as variáveis”. Para isso, Sampieri (2016, p.216), cita que o investigador deve elaborar um plano para coletar os dados da pesquisa e que dentre a “variedade de instrumentos tanto qualitativo quanto quantitativo é possível utilizar os dois tipos em um mesmo estudo”. Nesse contexto foi elaborado um questionário de opiniões contendo perguntas abertas e fechadas e analisadas a luz do discurso.

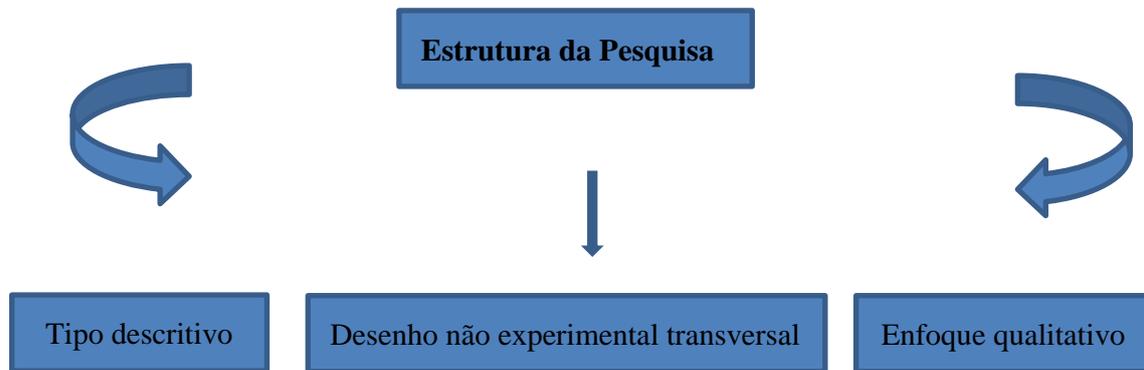
**Quadro nº 01 - Desenho da pesquisa**





Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Quadro n.º 2 : **Tipo e enfoque da pesquisa.**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Em primeiro lugar é importante destacar a posição do pesquisador que tem o papel de “servir como veículo inteligente e ativo entre os conhecimentos acumulados na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa”, Ludke e André, (1986, p. 5). Levando em consideração essa informação fica evidenciado que a construção da metodologia é um processo minucioso e de grande importância para realização e concretização da pesquisa, visto que ela determina o caminho que deve ser seguido. Logo esses procedimentos devem ser sistemáticos e racionais, permitindo uma compreensão lógica do fenômeno a ser estudado e tendo claro o seu objeto de estudo.

A presente pesquisa, sendo um estudo de caso tem um desenho não experimental transversal, embora exista o modelo não experimental longitudinal. Na pesquisa não experimental, Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 223) enfatizam que a investigação “se realiza sem manipular deliberadamente as variáveis, ou seja, trata-se da pesquisa em que não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes”. O que fazemos na investigação não experimental é analisar os fenômenos tais como se produziram no seu contexto natural, para depois analisá-los.

Assim, optou-se pelo modelo da pesquisa; desenho não experimental transversal, tipo descritivo e enfoque qualitativo. O termo modelo significa o “plano ou estratégia concebido para obter a informação que se deseja”. Seu objetivo é descrever

variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em dado momento como afirma os autores Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 226). “ou descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos”.

O modelo aqui aplicado permite que o pesquisador possa traçar um plano de ação, ou seja, um caminho que o leve a coletar as informações que serão necessárias para a pesquisa de forma prática e concreta, permitindo que alcance seus objetivos de estudo e responda às questões de conhecimento proposto. Na visão de Ludke e André (1986, p. 22), para se realizar uma pesquisa é preciso “promover o confronto entre dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. Dessa forma, visando focar o trabalho investigativo e atender aos objetivos da pesquisa, a mesma seguirá o tipo descritivo, com desenho não experimental transversal, com enfoque qualitativo, utilizando como coleta de dados à análise documental e aplicação de questionário. A necessidade de intensificar as visitas de campo é para que o objetivo da pesquisa seja alcançado de maneira satisfatória.

Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) “(...), a pesquisa qualitativa considera a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados que são básicas no processo de pesquisa qualitativa” e completa Aranda (2016, p. 231) “(...), é um momento de descobrimento e redescobrimto, com novas formas de ver, interpretar, argumentar e descrever (...)”. Ainda com o autor Aranda (2016, p. 238): “Na pesquisa qualitativa, todos os métodos têm em comum que eles coletam dados sob a forma de palavras e imagens, que serão analisados por vários métodos que não incluem estatísticas ou qualquer tipo de quantificação.” Por tanto, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Para os estudiosos Prodanav e Freitas (2013, p. 52), como para Gil (2008, p. 47), têm como objetivo primordial a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis... são incluídas neste grupo pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. O pesquisador registra e descreve os fatos através do uso de técnicas padronizadas e coleta de dados como questionário e análise documental.

Por ser uma pesquisa descritiva, Vergara (2003, p. 47), ressalta que “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza”. Para Sampieri, Collado e Lucio, (2006, p. 101), “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes das pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise”. Sampieri, Collado e Lucio, (2006, p. 100) consiste também em “descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno”. A descrição desses acontecimentos e feitos podem realizar através da busca documental de forma analisar o processo ocorrido no ambiente escolar.

Neste sentido, a investigação buscou em analisar através de documentos de forma a apresentar resultados das ações desenvolvidas pelos professores correlação ao projeto em educação ambiental da escola EREM Ginásio Pernambucano (GP) da Aurora Recife/PE, que contribuíram para a formação dos jovens em série final da educação básica como cidadãos sustentável. Todo o processo da pesquisa será analisado e embasado em teóricos, legislações e documentos oficiais que abordam a temática em educação ambiental e sustentabilidade. De acordo com Aranda (2016 p. 303), podem ser utilizados os seguintes documentos; “oficiais que refletem a estrutura, função, valores de uma organização, memórias, revistas, etc.; documentos pessoais, como autobiografias, cartas e diários com relatos; os meios de comunicação; internet com as fontes de dados e buscas específicas”.

Assim, para a análise desses documentos foram selecionados aqueles direcionados ao Projeto desenvolvidos e concluídos na área ambiental. Portanto, projeto; o PPP da escola; Plano de Ação; os relatórios tanto de professor quanto de aluno; imagens e propaganda do projeto e outros que ofereceram como elementos de contribuição para responder os objetivos da pesquisa. Para a efetivação dessa ação os dados foram coletados no mês de dezembro de 2017, e analisados nas semanas de janeiro de 2018.

A Escola inserida neste contexto necessita ser tratada como um instrumento para a construção da racionalidade ambiental, por sua vez a questão ambiental transita pelas diversas áreas do conhecimento provenientes de diferentes ciências e é capaz de construir espaço de saberes multidisciplinares e que poderão contribuir na reconstrução da vida em sociedade.

## 6. 4. Campo de Estudo

A Escola Estadual EREM - Ginásio Pernambucano localizado na área central da cidade do Recife atende as comunidades circunvizinhas, de acordo com as normalizações impostas pelas leis que envolvem a educação de ensino gratuito, garantido a etapa final da educação básica.

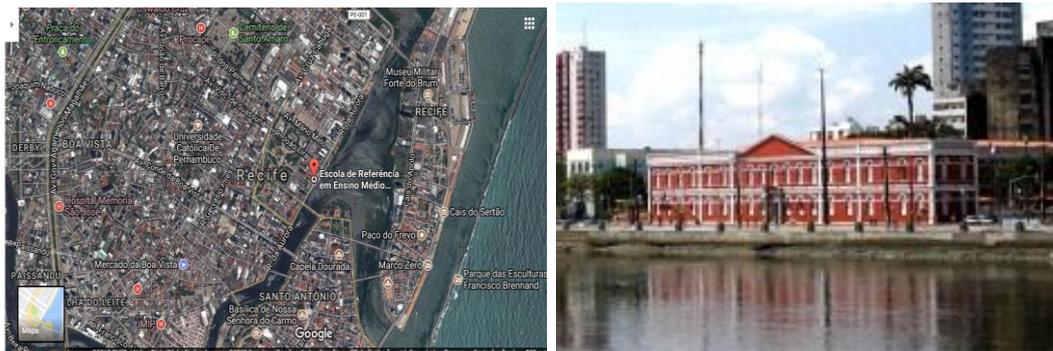
Sendo a escola uma tradicional instituição de ensino médio da cidade do Recife, em 1825, logo após a Confederação do Equador, foi criado, por decreto do presidente provincial José Carlos Mairink da Silva\_Ferrão, com o nome de Liceu Provincial de Pernambuco, também chamado Liceu Pernambucano, funcionando nas dependências do Convento do Carmo.

Em 1844 foi transferido para a Rua Gervásio Pires, para logo depois instalar-se no prédio da Alfândega e, em seguida, para um prédio no mesmo bairro, onde funcionava a *Companhia dos Operários Engajados*. E em 1846 foi para a casa de sessões do júri e, pouco tempo depois, para a Rua da Praia, mudando-se logo a seguir para a Rua do Hospício, onde ficou até 1850. Dois anos depois foi inaugurada a biblioteca pública de Pernambuco. No dia 14 de maio de 1855 mudou de nome, para Ginásio Pernambucano. Em seguida, datada em 9 de dezembro de 1859, recebeu a visita do Imperador Pedro II, que veio ver a construção do seu novo Prédio, na Rua da Aurora.

Até o início da década de 1950, a escola só aceitava alunos do sexo masculinos e os professores também do sexo masculino. As meninas só começaram a frequentar a instituição de ensino em 1955, mas, enturma exclusivamente feminina. Elas frequentavam apenas no turno da tarde e os meninos estudavam pela manhã ou á noite, as turmas mistas só surgiram 1970, segundo pesquisa no jornal Diário de Pernambuco.

E em 1942, mudou novamente a denominação para Colégio Pernambucano e, logo a seguir, para Colégio Estadual de Pernambuco. Por decreto do governador Eraldo Gueiros Leite, de 31 de dezembro de 1974, volta à antiga denominação de **Ginásio Pernambucano**. Atualmente localiza na Rua da Aurora, bairro de Santo Amaro, centro do Recife/PE. Denominando se escola EREM Ginásio Pernambucano da Rua Aurora (GP-Aurora).

Figura 11: **Imagem de localização da escola EREM GP- Aurora**



Fonte: Arquivo público

Ao ser reinaugurado como Centro de Ensino Experimental (CEE), em 2004, um projeto idealizado por um grupo de empresários e educadores e realizado em parceria com o governo do Estado. A fórmula inclui atendimento ao aluno em tempo integral, treinamento e elevação salarial para os professores, premiação por resultados, aperfeiçoamento da gestão, controle social e integração comunitária.

A estrutura física da escola é antigo, sendo tombado e considerado um patrimônio histórico, mantém-se a mesma estrutura, vem sofrendo apenas reparos e manutenções, segundo informação da escola. Sua estrutura oferece: 20 salas de aulas; Sala da direção; 01 banheiro na sala da direção; Secretaria; 02 banheiros (feminino e masculino), da secretaria; 12 banheiros femininos para as alunas; 12 banheiros masculinos para os alunos; Sala de Artes; Sala de Laboratório de informática; Sala de Laboratório de Química e física; Sala de Laboratório de Matemática; Sala dos professores; 02 banheiros dos professores (feminino e masculino); Salão Nobre de Recepção; Auditório; Refeitório; Cozinha; Banheiro da cozinha; Pátio; Salão de Espera; Sala de Coordenação; Sala da Educadora de Apoio e; Sala de Serviço Geral.

Quanto ao aspecto econômico os recursos para manter a escola são oriundos: Da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco; para pagamento de funcionários, manutenção do prédio e de equipamentos e materiais de consumo e pedagógico; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), “proveniente do Ministério da Educação (MEC) para aquisição e manutenção de equipamentos, materiais pedagógicos e de consumo”, Pernambuco (2013); Parcerias institucionais a escola recebe algumas empresas como; as ONGs empresa sem fins lucrativos em apoio aos projetos e ações desenvolvidas na escola e, empresa privada que oferece curso na área de

empreendedorismo para os jovens adolescentes, como experiência para preparar ao mercado de trabalho.

Para o fortalecimento na área educativa, através da Secretaria de Educação e Esportes, em 2008, foram eleitos dez eixos estratégicos a serem acompanhados e monitorados pela Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão e pelo próprio governador. Dentre as metas pré-estabelecidas, encontrava-se o acompanhamento do Programa Educação Integral, criado com a finalidade de reestruturar o Ensino Médio. Esse programa foi instituído em 2008, por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, Pernambuco (2008). O referido Programa priorizou a melhoria da qualidade social da educação, tendo como uma das metas a ampliação de matrículas no Ensino Médio Integral. Contou com o reordenamento da Rede Estadual, criando as Escolas de Referência em Ensino Médio e as Escolas Técnicas Estaduais, exclusivas de Ensino Médio. O Programa investe não apenas em aumentar o tempo pedagógico, mas valoriza a gestão das escolas o professor, a metodologia, o conteúdo, o currículo dessas escolas e a alimentação dos estudantes.

Após “um ano do início do referido Programa, foi criada a Secretaria Executiva de Educação Profissional, com a função específica de cuidar dessas escolas integrais” Pernambuco, (2009). Essa secretaria, dotada de autonomia administrativa e financeira, é responsável pelos Programas de Educação Integral e de Educação Profissional do Estado. Do primeiro Programa, fazem parte das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e, do segundo, as Escolas Técnicas Estaduais (ETE), todas com atendimento em horário integral.

O Programa de Educação Integral propiciou mudanças que demarcam diferenças substanciais na concepção, na definição de responsabilidades, na abrangência, no acesso e nas condições de funcionamento em relação às escolas de um turno. Surgiu, dessa forma, uma nova escola para o Ensino Médio, visando à qualidade social para uma educação que esteja além da construção unilateral dos conhecimentos e da aprendizagem dos conteúdos.

As EREM apresentam matriz curricular voltada para o ensino propedêutico (formação geral) integral fundamenta-se na filosofia da Educação Interdimensional, estudada pelo professor Antônio Carlos Gomes da Costa (2008), que defende a “construção do ser humano na sua inteireza, ou seja, nas suas quatro dimensões: cognitiva, afetiva, espiritual e da corporeidade”. Portanto é fundamental a formação de todos os educadores nessa filosofia para a construção de escolas baseadas nessa

concepção educacional. Tem-se aí, uma educação voltada não apenas para a construção dos conhecimentos cognitivos, mas pautadas por uma filosofia na qual o homem é sujeito da sua história e torna-se capaz de intervir na realidade e no seu contexto social, a fim de transformá-los. Nessa direção, a escola Ginásio Pernambucano atingiu a média de 5,82, no ENEM, ficou entre as 10 melhores escolas públicas de Pernambuco segundo site da secretaria.

A partir dessa concepção de educação, no ano de 2010, foram criadas, no estado de Pernambuco, 160 Escolas de Referência em Ensino Médio, com capacidade para atender 50% da demanda dos estudantes dessa etapa de ensino, para obterem um ensino de qualidade social, que fosse além da aprendizagem dos conteúdos. Cabe aqui lembrar que os estudantes dessa série são submetidos a uma prova de Língua Portuguesa e Matemática, cujo resultado, juntamente com os dados do fluxo escolar, é usado para o cálculo do IDEPE, o índice de desenvolvimento de educação de Pernambuco.

No ano de 2014, o estado passou a “funcionar com 300 escolas de Referência em Ensino Médio, às últimas autorizadas pelo decreto nº 39.039 de 04 de janeiro de 2013”, Pernambuco (2013). Assim, Pernambuco passou a contar com 125 escolas integrais, que oferecem aulas nos dois turnos durante todos os dias da semana, 175 escolas semi-integrais onde os estudantes possuem aulas em horário integral três vezes por semana e 28 Escolas Técnicas Estaduais com ensino médio integrado em jornada integral. Esse total de 328 escolas coloca o estado na vanguarda da educação do ensino médio, garantindo a maior rede de educação integral do país, e conseqüentemente oferece a maior carga-horária de estudos. Atualmente esse número de escolas integrais vem aumentando devido às construções que o governo do Estado está investindo.

No ano de 2017, a Escola de Referência do Ensino Médio – EREM, Ginásio Pernambucano Aurora, foi realizado inicialmente 670 matrículas, todas essas matrículas são feitas através do site “<http://www.educacao.pe.gov.br>”, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e monitorados pela GRE-Recife-Norte. Atualmente são 658 de acordo com a informação da secretaria da escola alguns alunos pediram transferência por não se adequar ao ritmo de permanecer integral na unidade escolar ou por motivo de emprego. Para concorrer a uma vaga o aluno deve ser da rede pública, possui a idade exigida de acordo com programa e ter sido aprovado na série do ano anterior. A escola disponibiliza o limite de vagas ao ser preenchida encerra-se as matrículas, quando o aluno desiste chamam os demais através do cadastro reservar.

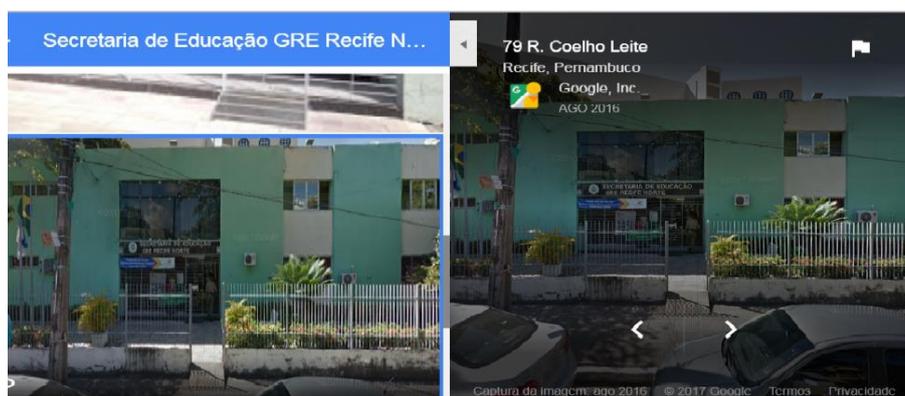


alunos matriculados nas diversas séries e graus de ensino, referindo se a todas as 15 Gerências Administrativas do Estado. Atualmente são mais de 400.000 alunos matriculados na rede pública de educação do Estado de Pernambuco, de acordo com site da Secretaria.

Ainda, segundo o site da Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco, atualmente, conta-se com 16 Gerências Regionais Administrativas do Estado de Pernambuco. Sob a jurisdição da Gerência Recife Norte, estão as principais Unidades de Ensino Profissionalizante do Recife mantida pelo Sistema Estadual, a exemplo de algumas das Escolas como; Técnicas, Instituto de Educação de Pernambuco, Centros Profissionalizantes, Pode-se ainda ressaltar a mais antiga escola Ginásio Pernambucano, escola Instituto de Cegos, Escola Arquipélago Fernando de Noronha. Acrescentado se a esses quantitativos, as Escolas Particulares, Unidades Escolares de 2º grau e Profissionalizantes da Rede Municipal do Recife.

De acordo com a informação do site da Gerência Regional Recife Norte (GRE-Recife-Norte), a GRE, oferece 22 escolas Integrais e três Técnicas. Sendo, dessas 22, estão divididas em 11 Semi-integrais, e 11 Integrais, segundo informação. É importante destacar que uma dessas escolas Integrais está localizada no arquipélago da Ilha de Fernando de Noronha/PE. Portanto, conta com 10 escolas Integrais do ensino médio do Recife. Abaixo a imagem de localização atual da Gerência Regional Recife Norte GRE – Norte.

Figura 13: Imagem atual da GRE-Recife Norte/PE

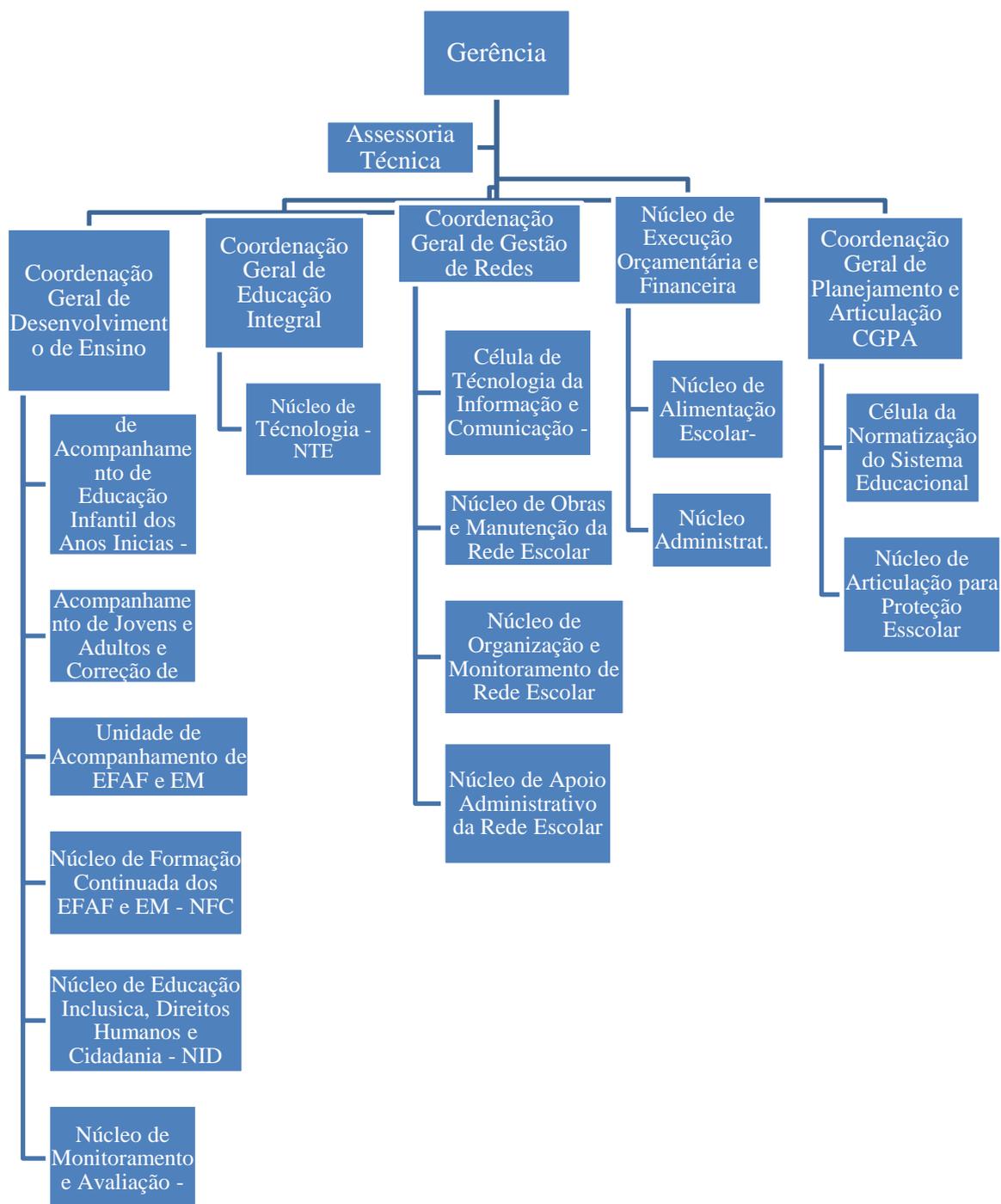


Fonte: Arquivo público

Porém, utilizando de autonomia nas atribuições que a compete a gerência regional coordena 77 escolas ao todo, ocupando o 5º lugar como Gerência que coordena mais escolas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, não apenas em

ensino médio como também fundamental de 5º ao 9º ano; Educação para jovens e adultos; Projeto Travessia, além de atender educação infantil, porém este atendimento é em pequena escala, sendo o serviço oferecido obrigatoriamente pela rede Municipal. Já no “ensino médio se destacam as EREMs, com o Programa Educação Integral, criado com a finalidade de reestruturar o Ensino Médio”, Pernambuco, (2008). Desde a sua implantação até a presente data a Gerência Regional de Educação do Recife Norte, vem desempenhando suas funções gerenciais junto ao Sistema Educacional de Pernambuco, atendendo as três Redes de Ensino; Estadual, Municipal e Particular. Seu efetivo matriculado na Rede Estadual continua crescendo, principalmente as EREMs, que vem sendo construídas e/ou instaladas nos centros urbanos de todo estado a fim de atender a mobilidade dos estudantes, o que comprove a sua capacidade de desenvolvimento educacional GRE-Recife Norte. A gerência Regional Recife Norte, composta por uma Assessoria Jurídica e cinco Coordenações, e suas respectivas células e núcleo setoriais que está estruturada de acordo com o organograma que se apresenta a segue:

**Quadro 4: Organograma da GRE - Recife Norte**



Fonte: figura cedida da própria Gerência Regional, outubro de 2017.

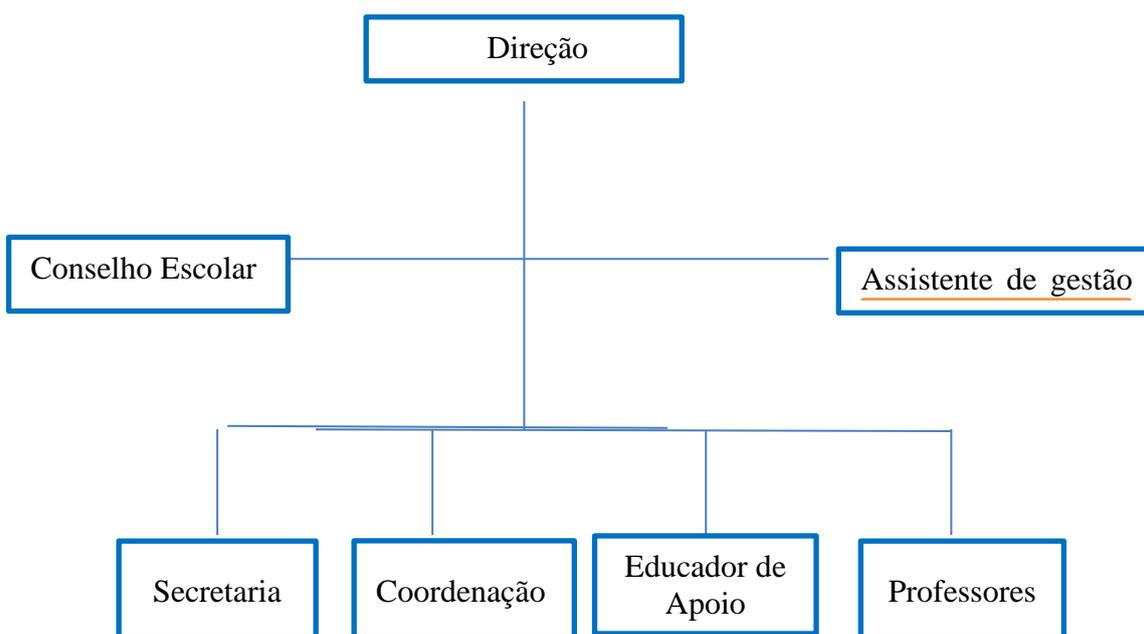
A coordenação geral da Educação Integral, que tem em suas atribuições; articula, planeja, executa e acompanha as escolas Técnicas e Integrais do ensino médio. Esta coordenação é a ligação entre essas escolas e a Gerência Regional Recife Norte (GRE – Recife - Norte). A coordenação além de ser responsável pelo Núcleo de Tecnologia - NTE, de acordo com o organograma, atua junto com as 25 escolas entre as

Técnicas, Semi-integrais e Integrais, no monitoramento das ações no processo de cumprimento das Políticas Públicas para o Ensino Médio.

Portanto, “efetivar as ações enquanto política pública é garantir que esses jovens adolescentes tenha uma formação de qualidade como direito à cidadania, componente essencial de trabalho digno e do desenvolvimento sustentável”, Pernambuco, (2008). Como já foi colocado, o programa priorizou a melhoria da qualidade social a educação, tendo como uma das metas a ampliação de matrículas no Ensino Médio Integral. E que as efetivações vêm ganhando força no cumprimento dessas políticas.

Assim, a Coordenação vem dando apoio a GRE - Recife - Norte, não apenas em ações de maneira geral, mas, como também no reordenamento das escolas contribuindo para melhor ofertar os serviços educacionais, para os alunos da Rede Estadual ensino médio, como o caso da EREM, GP – Aurora.

**Quadro 5: Organograma atual da Gestão escolar**



Fonte: Dados obtidos pela Secretaria da Escola (2017).

### 6.5. População participante

Sendo a investigação do tipo documental e enfoque qualitativo, de acordo Lakatos e Marconi (2003, p. 27) população é;

O conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, sendo considerada também como o conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles.

Já Gonzáles, Fernández e Camargo, (2014, p. 22), Gil (2008, p. 89), e Aranda (2016, p.73), acrescentam que a população é “um conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Para Aranda (2016, p. 73):

A amostragem é uma técnica que é usada para selecionar uma amostra representativa da população estudada. Sua função básica é determinar a parte de uma realidade em estudo (população ou universo) deve ser examinada para fazer inferências (generalizações) sobre essa população. Por sua vez, a amostra é uma parte representativa da população que generaliza os resultados de uma investigação. A amostra deve estabelecer o "critério" da representatividade (por exemplo, uma universidade, uma faculdade, um departamento, etc.).

A Escola de Referência do Ensino Médio Ginásio Pernambucano, EREM GP-Aurora, escolhida para realização da pesquisa de campo com a turma do 3º ano, com 178 alunos matriculados divididos em 4 turmas.

Todavia para o objeto desse estudo 1(uma), a turma do 3“D”, foi selecionada por ter sido a única turma do 3.º ano a passar por todas as etapas do desenvolvimento do projeto chamado “Mundo Verde Sustentável” através da Reciclagem de garrafas Pet’s e pneus, até sua culminância, totalizando 44(quarenta e quatro) alunos .

Também teve-se como participante o professor - coordenador que é geógrafo e especialista na área ambiental e criador do projeto e 1 (uma) professora de química, ambos selecionados, por serem os “únicos” educadores que desenvolvem ações na área ambiental, e conseqüentemente ministram aulas das turmas dos 3º anos.

Quanto à carga horária de trabalho, ao salário e ao processo de ingresso do professor no quadro da escola de Ensino Médio Integral, ficou estabelecida para professores das escolas integrais uma carga horária de 40 horas semanais, com direito à gratificação de 199% do valor do salário base, do valor do salário base, de acordo com a Lei nº 125, de julho 2008 (Pernambuco, 2008) e com legislações posteriores. Nesta carga horaria estão inclusas as aulas atividades onde o professor planeja as aulas e

projetos a serem desenvolvidos, e ainda lançam notas e frequência dos alunos através do Sistema de Informatização Estadual de Pernambuco-SIEPE.

As salas de aulas são identificadas com a letra do alfabeto, de A a F, são alunos com idades entre 15 aos 19 anos. Alguns alunos iniciam aos 15 anos incompletos indo até aos 19 anos completos. As salas identificadas com as letras do alfabeto são pela necessidade de organizar a lista do quantitativo de matrícula e de frequência do aluno presente em cada sala de aula formando as turmas. Porém, as salas também são identificadas por disciplinas comuns ao currículo como: Português, Arte, História, Biologia etc. Esta identificação é devido ao rodizio de salas que os alunos fazem por questão estrutural de espaço ou de instalações para uso de equipamentos eletrônicos.

A escola realizou 658 matrículas em 2017, todas elas são realizadas através do site da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, e monitoradas pela gerencia regional GRE-Recife Norte. Todos os alunos matriculados recebem o Guia para o Estudante (2016), em anexo.

Os alunos fazem as refeições diárias na escola, lanche da manhã, o almoço e o lanche da tarde. Correlação as turmas dos primeiros anos formadas de “A até F”, as turmas de segundos anos de “A até E”; e dos terceiros anos “A até D”, do ensino médio. Segundo informação da escola, os alunos mais novos ficam nas salas das turmas “A” e “B”, os alunos das salas com a letra de identificação “D” a “F”, de acordo com a composição das turmas são alunos mais velhos e o da letra “B”, as turmas dos alunos intermediários.

Os alunos estão divididos em 15 turmas, de acordo com o quadro abaixo.

**Tabela 2 – Divisão por séries e nº alunos da EREM – GP – Aurora.**

<b>Serie</b>	<b>Nº de turmas</b>	<b>Total de alunos</b>
1ª série do Ensino Médio	06	270
2ª série do Ensino Médio	05	210
3ª série do Ensino Médio	04	178
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15</b>	<b>658</b>

**Fonte:** dados obtidos na secretaria da escola 2017.

**Quadro 3: Tamanho da população participante**

<b>População Participante</b>	<b>Quantidade</b>
Professor coordenador	01
Professor de Química	01
Alunos 3 anos D	30
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>23</b>

## **6.6 Técnicas e Instrumentos**

A escolha do instrumento desta pesquisa foi cuidadosa em seguir a afirmativa de Lakato (2009), mantendo o foco no objetivo promovendo um nivelamento com os métodos. Para o autor está, “relacionado com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação”( p.17).

Como técnica de levantamento de dados para esta pesquisa, o instrumento escolhido foi o questionário. De acordo com Aranda (2016, p. 325):

[...] o questionário como técnica de coleta de dados pode ser muito útil para pesquisa qualitativa, mas, para isso é necessário que, na sua elaboração e administração, sejam respeitados alguns requisitos fundamentais (...). Dependendo dos objetivos da pesquisa que são muito importantes para fazer boas perguntas e aplicado com um numero pequeno de assunto para determinar como as perguntas funcionam e para induzir pequenas mudanças ou ajustes, se necessário.

O questionários foi estruturado com perguntas abertas fechadas, foi o instrumento definido para esta pesquisa qualitativa. Elaborado para coletar opiniões dos docentes e dos alunos para responder os objetivos definidos previamente desta pesquisa. Nas palavras de Campoy (2016, p 162), “O questionário é um procedimento considerado clássico nas ciências sociais para a coleta e registro de dados. Sua versatilidade, sua

velocidade na aplicação e o baixo custo, o torna mais usado na investigação”. O uso deste instrumento permitiu obter informações, respeitando o ponto de vista, a ansiedade e expectativas dos professores e alunos no processo de aprendizagem.

### 6.7 Validações dos Instrumentos

Os instrumentos aplicados nesta pesquisa com o intuito de coletar dados foi um “Questionário” (anexo nº \_\_\_\_ com resultado dos expertos ) passaram por um processo de análise por \_\_\_\_ professores doutores , que atuam em universidades Brasileiras e Paraguias, a finalidade desta análise é para deixar o instrumento em um nível de entendimento e de clareza satisfatório para os pesquisados. Seguindo as orientações de Campoy (2016, p.170)” através da validade do conteúdo é submeter o questionário à valorização de pesquisas e expertos (especialistas), que devem avaliar a capacidade deste para avaliar todas as dimensões que queremos medir”.

Tabela 3: **Expertos Validadores**

Nome	Formação	Atividade Docente
Janice Maria de Lima Martins Universidade	Doutora em Educação	Docente de

Os expertos seguiram dois critérios estabelecidos para avaliação, são eles:

1. Coerência, critério que determina se as perguntas estão correlacionadas com os objetivos da pesquisa.
2. Clareza, critério no qual foi sinalizado se as perguntas facilitavam a compreensão por parte dos pesquisados.

Como resultado da avaliação dos expertos tivemos que remover algumas das perguntas do questionário dos docentes, por falta de coerência . Segundo a explicação dos expertos, estas perguntas não apresentavam clareza tão pouco relevância para a pesquisa, no entanto grande parte das perguntas elaboradas manteve-se como planejadas

desde o princípio, pois as mesmas encontravam-se dentro dos padrões determinados para validação dos instrumentos.

## **6.8 Transcursos da Pesquisa**

Esta pesquisa para ser realizada seguiu uma determinada sequência de etapas e regras relevantes para realizar a aplicabilidade das técnicas e dos instrumentos adequados para obter os dados que permitem completar a pesquisa. Minayo (2001) explica que:

A pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. E esse ritmo denominados ciclo de pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (p.25-26).

Após se compreender a finalidade, definir o objeto a ser pesquisado, aprofundar-se na teoria, elaborar os instrumentos e delinear o espaço de campo a ser investigado nessa pesquisa, considera-se a necessidade de apresentar este trabalho para a instituição investigada e aos participantes, isso porque, Minayo (2002, p. 198) aponta que:

A entrada em campo deve prever os detalhes do primeiro impacto da pesquisa. Ou seja, merece preparação o processo de como descrevê-la aos interlocutores, como os investigadores se apresentam, a quem se apresentar e por meio de quem. Merece cuidado especial o estabelecimento dos primeiros contatos, o que deve ocorrer antes das idas ao campo para que se procedam às observações. Frequentemente, os primeiros contatos possibilitam iniciar uma rede de relações, correções iniciais dos instrumentos de coleta de dados.

Esta pesquisa embasado em Minayo, e se deu por através da aplicação de um questionário(instrumento da pesquisa) para os sujeitos da pesquisa: docentes ( apêndice nº ----- ) e alunos ( apêndice nº ----- ) .

## **6.9 Tópicos Éticos**

A preocupação com a ética teve início no mundo desde a Grécia antiga, e permanecem na atualidade com vários teóricos, levando-se a reflexões a respeito da

moral e dos bons costumes dentro da convivência social com a finalidade de criar limites ou regulamentação nas ações humanas. Por isso este estudo teve como princípio, o respeito às pessoas e profissionais que fizeram questão em contribuir para consolidar esta pesquisa. Indo por este viés, o contexto exposto provoca distinto ponto de vista, e para manter o sigilo, a integridade moral e anonimato diante das respostas dos participantes.

### 3.7. Técnicas e Instrumentos da Coleta dos Dados

Para realizar a coleta de dados da investigação, foram utilizadas a técnica da análise documental e questionários com questões semiestruturadas. Para validação dos instrumentos de coleta dos dados, foram construídos dois tipos de questionários (Apêndice A e B), com questões semiestruturadas para a população participante de professores (apêndice A), e alunos (apêndice B), sendo construído de acordo com o tema, a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

Posteriormente foi encaminhado para análise dos doutores que fazem parte do comitê científico para verificação sobre adequação e coerência entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas questões. Caso alguma questão ter suscitado dúvida, foi solicitado que os mesmos assinalassem e descrevesse se possível, as dúvidas que gerou a questão em sua observação.

## 6.10 Técnicas da Análise Documental

A análise documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação. Para Ludke e André, (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Quanto ao procedimento de coleta dos dados esta pesquisa é classificada como documental, tendo por base a coleta das informações. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 62), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita aos documentos, escritos ou não constituindo o que se denomina de fontes primárias”. A pesquisa documental apresenta um conjunto de vantagens. Os documentos são formados por fontes ricas e estáveis de dados, sua manutenção ao longo

do tempo torna-se fonte importante para pesquisas históricas Gil (2002, p. 42). É importante ressaltar ainda que a pesquisa documental é formada de fontes primárias, compreendidas como pesquisas em que os dados ainda não sofreram tratamento analítico. Os documentos analisados da escola foram selecionados aqueles direcionados ao Projeto desenvolvidos e concluídos na área ambiental. Portanto, o projeto; o PPP da escola; Plano de Ação; os relatórios tanto de professor quanto de aluno; imagens, propaganda, publicação nos sites e em jornal, fotos do projeto foram importantes para alcançar os objetivos da pesquisa.

Assim, afirma Aranda (2016, p. 303), podem ser utilizados os seguintes documentos; “oficiais que refletem a estrutura, função, valores de uma organização, memórias, revistas, etc.; documentos pessoais, como autobiografias, cartas e diários com relatos; os meios de comunicação; (...), e outras buscas específicas”.

Ainda de acordo com o autor Aranda (2016 p. 381), fala sobre as fases da investigação documental. O autor coloca que outros autores como Lópes, (2004), e Morales (2008) “estabelecem uma série de passos para desenvolver a investigação documental” que se segue abaixo.

1º. Seleção e delimitação do tópico: nesta fase, os limites são estabelecidos, o problema é proposto, os objetivos que se espera que sejam alcançados e a justificativa seja definida.

2º. Coleta de informações: esta etapa não precisa começar precisamente aqui, porque na realidade a pesquisa e a análise da informação começam desde o momento em que surge o interesse em pesquisa, antes de definir o problema.

3º. Organização dos dados: nesta fase é elabora um esquema conceitual em que os diferentes elementos que fazem parte do objeto da pesquisa são estruturalmente organizados, a fim de mostrar as relações dos elementos entre si e com o todo.

4º. Análise dos dados: os documentos são analisados e os elementos mais importantes são resumidos. Nesta fase, as tarefas de interpretação são realizadas. Procura compreender e explicar a natureza do problema, suas causas, consequências, implicações e operação.

5º. A redação e a apresentação do relatório de pesquisa: esta fase requer uma grande capacidade de análise e reflexão. A redação final implica construir de forma diferente e original a informação que é o resultado de outros.

Portanto, para Aranda (2016, p. 380) afirma que:

A importância da análise documental reside no fato de que, além de construir o quadro de referencial teórico, é necessário conhecer aspectos históricos, contextuais, normativos, organizacionais, de opinião pública, entre outros, relacionados ao tema de pesquisa.

Este momento da pesquisa possibilitou a reflexão ao fazer relação do referencial teórico com a análise documental da escola, onde os teóricos falam das questões ambientais na instituição educacional. Este estudo implicou no olhar mais direcionado nas ações desenvolvidas pelos professores, com relação as suas práticas pedagógicas, sendo vivenciadas pelos alunos, sob o enfoque de diálogo entre as teorias e práticas na temática sócio x educativa x ambiental.

### **6.11. Os Questionários**

Para elaborar o questionário, segundo Gil (1999, p. 128) pode ser definido como: “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Para Aranda (2016 p. 325), “o questionário é utilizado quando a informação proporcionada pela pergunta fechada não é suficiente. Este tipo de questionário envolve tabulação, análises e interpretação. O tempo de aplicação desta técnica é relativamente curto”. O mesmo autor supracitado Aranda (2016, p. 325):

O questionário como técnico de coleta de dados pode ser muito útil para pesquisa qualitativa, mas, para isso é necessário que, na sua elaboração e administração, sejam respeitados alguns requisitos fundamentais (...). Dependendo dos objetivos da pesquisa que são muito importantes para fazer boas perguntas e aplicado com um número pequeno de assunto para determinar como as perguntas funcionam e para induzir pequenas mudanças ou ajustes, se necessário.

Os questionários semiestruturados esta composto com 13 questões para os 44 alunos, abertas e fechadas (Apêndice B), sendo que desse total apenas 30(trinta) alunos responderam ao questionário proposto pois na hora da aplicação 14 (quatorze alunos faltaram) e 17 perguntas para cada um dos dois professores (Apêndice A). Inicialmente, as perguntas podem ser classificadas em perguntas e em perguntas fechadas. As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de

respostas ao informante. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisado. Já as perguntas fechadas trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas, sendo múltipla escolha de acordo com cada questão.

As perguntas poderão ter segundo ensina Gil (1999, p.132), “conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros”. São esses detalhes importantes para a operacionalização da técnica de coleta de dados.

## **6.12. Procedimentos para Coletas dos Dados**

Para realizar a coleta de dados foi feito primeiro o contato com a gestão e o coordenador do projeto, sendo apresentado o propósito e os objetivos da pesquisa, mostrando a importância que os projetos em educação ambiental possuem para sociedade principalmente para os alunos que estão no processo de conhecimento e construção de valores. Nesse encontro também foi explicando o período de duração e detalhando como seria a coleta dos dados, que a mesma seguia as etapas apresentadas anteriormente, sendo realizadas por mim de forma presencial no espaço escolar durante os meses de outubro a dezembro de 2017. E voltar ao campo pesquisa no início de fevereiro de 2018, para finalizar todos esses procedimentos, que de acordo com autor Andrade (2009, p. 115) é “a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”.

Depois disso iniciou-se a coleta de dados realizando concomitantemente a análise documental que solicitei a escola junto à gestão e ao coordenado do projeto todos os documentos, (Plano de ação, relatórios, manchetes de jornais e revistas, publicação nos sites, entre outros), e o mais importante ter acesso ao trabalho que foi desenvolvido na área Reciclagem (garrafa pet's e pneus) do projeto “Mundo Verde Sustentável” onde foram desenvolvidas as ações com os alunos. Nas visitas a escola o projeto tem sido discutido com o coordenado, pois está sendo concluídas as considerações finais dos resultados das ações e em seguida disponibilizará copia do projeto que será anexada á tese. Sempre atenta aos objetivos da tese que são os resultados alcançados pelos professores e de que maneira os alunos do terceiro ano “D” participantes, de todas as etapas do projeto, vivenciaram as práticas desenvolvidas por estes educadores na Escola de Referência Ginásio Pernambucano-EREM-GP-Aurora.

Quanto à aplicação do questionário semiestruturados (Apêndice A e B), foi explicado aos participantes dessa pesquisa os objetivos e a relevância que as informações prestadas terão para a pesquisa e para outros profissionais interessados na área. Então será primeiro entregues os questionários na sala de aula com a turma do 3 ano “D” e ao seu termino serão entregues os questionários aos dois educadores na sala dos professores que respondem para posteriormente ser analisados. Toda esta etapa tem sido programada junto à unidade escolar.

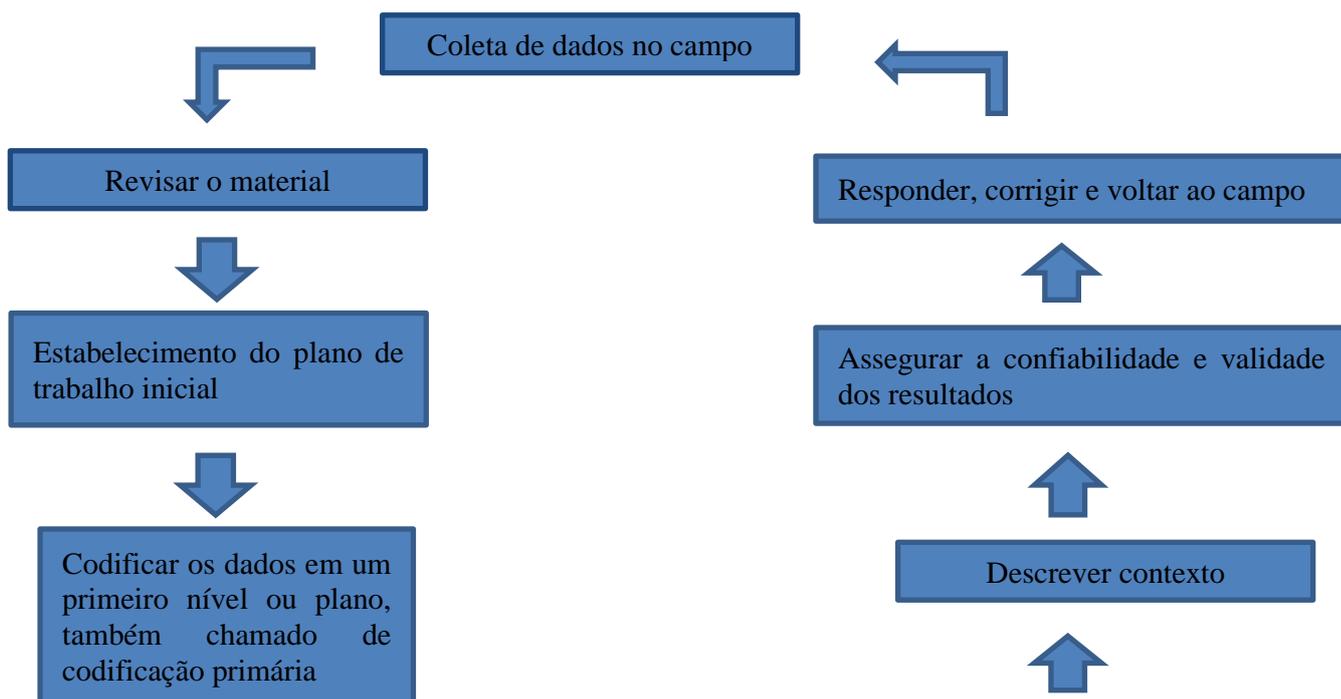
### 6.13. Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados

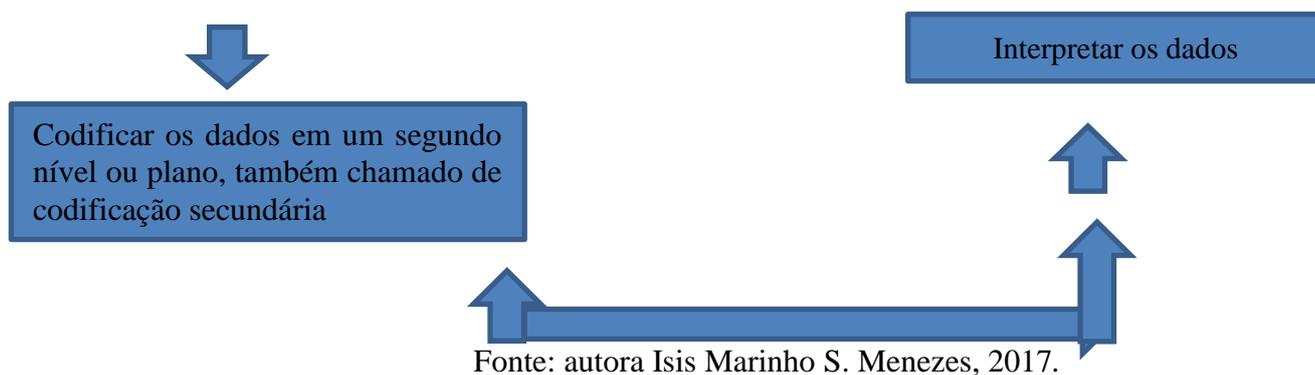
A fim de analisar e interpretar os dados da pesquisa, os mesmos serão manipulados e organizados de forma coerente e sequencial. Segundo Gil (2008, p. 175):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo, a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para que se possa visualizar melhor segue abaixo o esquema para análise das interpretações dos dados.

Quadro 6: Esquema da análise e interpretação dos dados





Para os autores Lakatos e Marconi (2003, p. 167), análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”, [...] enquanto interpretação dos dados é “a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” Lakatos e Marconi, (2003, p. 168). Estando “presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados”, Ludke e André, (1986, p. 45). Mediante o exposto, pode-se concluir que a interpretação e análise expõe o real significado do material coletado em relação ao tema e os seus objetivos propostos.

Desta forma, como a presente pesquisa é qualitativa, para Sampieri, Collado e Lucio, (2006, p. 489), ressalta que “a análise dos dados não está completamente determinada, mas sim prefigurada, coreografada ou esboçada”, ou seja, começa-se a efetuar sob um plano geral, entretanto, seu desenvolvimento vai sofrendo modificações de acordo com os resultados.

E ainda com os autores, Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 491), a análise qualitativa: “não é sinônimo de pura descrição nem de caos ou desordem [...], sem um plano de análise corre-se o risco de obter conclusões fracas e até tendenciosas,... o enfoque qualitativo requer flexibilidade”. E para Ludke e André (1986, p. 45), destaca que: “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa”.

Assim, esta investigação analisará os dados coletados através dos documentos organizados e estruturados, e os questionários, visando identificar a relação entre esses dados coletados mediante essas técnicas e o referencial teórico, buscando a relação entre eles, a fim de comprovar ou negar as hipóteses pleiteadas anteriormente e a realidade do fenômeno em seu contexto.

Com base nas fundamentações acima se optou para análise e interpretação dos dados o procedimento coreográfico ou desenho descrito por Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 492), que compreende oito tópicos:

Revisar o material; estabelecer um plano de trabalho inicial; codificar os dados em um primeiro nível ou plano, também chamado de codificação primária; codificar os dados em um segundo nível ou plano, também chamado de codificação secundária; Interpretar os dados; descrever contexto; assegurar a confiabilidade e validade dos resultados; responder, corrigir e voltar ao campo.

Esses são os passos seguidos para análise e interpretação dos dados da referida pesquisa, como é possível observar no desenho acima e descrito a seguir:

## DADOS E CONCLUSÕES

### 7.1 Interpretação dos dados

Neste capítulo serão expostos e analisados os resultados da investigação: *“Escola e Meio Ambiente: Análise das ações do projeto em Educação Ambiental desenvolvidos na escola estadual integral do ensino médio Ginásio Pernambucano, da Cidade do Recife–PE.”*. Os quais foram todos gerados a partir dos instrumentos de coleta de dados.

Diante do exposto, os dados coletados possibilitaram tecer as reflexões pertinentes e significativas para a conclusão do presente trabalho e discorreremos sobre as considerações integradas referentes ao processo analítico do objeto de investigação. Portanto, a metodologia utilizada, deu suporte para caracterizar e detalhar o objeto de estudo da pesquisa, estando condizente com cada objetivo já referendado, nos quais possibilitarão as interpretações e reflexões sobre o tema. Se tornando relevante destacar como se procedeu à análise desse resultado:

O confronto entre a teoria apresentadas por autores renomados que abordam a temática em educação ambiental em suas pesquisas e estudos, bem como confrontos com a legislação atual brasileira que preconiza sobre a educação ambiental e sustentabilidade no ambiente escolar enfatizando a responsabilidade dos jovens cidadãos “sustentáveis” como uma das formas de contribuir nesse processo e envolver esses jovens em projetos ambientais na instituição educacional;

Analizando os dados desta pesquisa que tem por objetivo geral Analisar as ações dos projetos de educação ambiental trabalhado na escola integral da rede pública do ensino médio Ginásio Pernambucano, em Recife , e para obter as respostas a coleta de dados foi registrada todas as resposta dos questionários buscando esclarecer os 3 (três ) objetivos específicos.

### 7.2. Análise de dados da coleta de dados do Questionário do Docente

Começando com o perfil dos profissionais pesquisados:

Quadro nº 07: Perfil dos profissionais pesquisados

Graduação	Geografia	1
	Química	1
Titulação	Especialista em Gestão Ambiental	1
	Mestrado em Química	1
Tempo de docência	Acima de 10 anos	2
Idade Cronológica	Acima de 36 anos	2

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Respostas das perguntas relacionadas aos objetivos específicos.

**Objetivo específico 1** - Avaliar as contribuições da escola para o desenvolvimento do projeto em educação ambiental executados pelos professores;

**Pergunta 05. Você considera positivo os projetos trabalhados em educação ambiental na escola?**

A educação ambiental é uma ferramenta de orientação para a tomada de consciência dos indivíduos frente aos problemas ambientais, por isto sua prática faz-se importante para solucionar ou mitigar o problema do acúmulo de resíduos sólidos espalhados no meio ambiente. Discutir problemas tais problemas com os estudantes dentro do espaço escolar é estar de frente a inúmeros questionamentos que surgirão numa sociedade desigual e cheia de problemas maléficos que aos poucos vem destruindo o planeta “Terra”. Dentro desse contexto, a escola tem relevante função, que é o de promover ações que minimizem os desgastes causado na atmosfera como um todo. É a escola, que dentro da ótica da formação de sujeitos críticos pode intermediar a reintegração homem-natureza, que vem sendo bastante abalada ao longo dos tempos. É a escola que mediante ações pode despertar nos seus agentes, estratégias que possam melhorar a preservação da vida aqui n terra.

Analisando a resposta dada, pode-se interpretar que o professor acredita ser *muito positivo* os projetos que a escola desenvolve voltados a questão ambiental. Assim compreende-se que é por meio dos projetos que os estudantes podem contribuir através de atitudes, valores, conhecimentos, experimentos e a inserção de métodos entre os professores e estudantes nesse processo de transformação, no cenário de gradativa destruição.

O convívio escolar será é fator determinante para que a aprendizagem de valores, da ética e atitudes se apreenda. Sendo a escola um dos ambientes mais imediatos do estudante, a relação entre esses dois segmentos se dar a partir do próprio cotidiano da vida escolar do. (PCN's2.001). Portanto cuidar do destino do nosso meio ambiente não é responsabilidade apenas de um, mas de todos. Nesse contexto a escola passa a ser um lugar favorável à Educação Ambiental pelo fato de ser grande geradora de resíduos. Então, é importante que trabalhe-se no sentido de envolver nossos alunos, pais, educadores e funcionários para que esta situação modifique, formando novos hábitos.

Partindo do princípio que a educação ambiental é um processo longo e contínuo, deve-se mudar nossos hábitos e atitudes de maneira espontânea. Respondendo a pergunta realizada para o professor, ambos, relataram que considera muito positivo os projetos trabalhados em educação ambiental na escola.

Entende-se que a Educação Ambiental é muito mais do que conscientizar sobre o lixo, a reciclagem e a poluição. É trabalhar situações que possibilitem a comunidade escolar pensar propostas de intervenção na realidade nos cerca. Ela será o elo entre todas as disciplinas que favorecerá a valorização da vida e, conseqüentemente do meio ambiente. Entretanto, na criança é mais fácil desenvolver a sensibilidade, o gosto e o amor pela natureza, já no adulto, algumas vezes, é preciso desenvolver o respeito. Sabemos que o que o meio ambiente não é destruído por falta de conhecimento, mas sim devido ao estágio de desenvolvimento existente no mundo. O trabalho de conscientização da destruição do meio ambiente na escola, será para resgatar a necessidade de conciliar a teoria com a prática no dia a dia, garantindo, o futuro do planeta e da humanidade. “A participação é um compromisso de vida, exigida como direito e procurada, como necessidade” (Dallari, 1999, p.43)

**Pergunta 6. Você sabe se no Projeto Político Pedagógico da escola, são contemplados temas voltados na área ambiental?**

O projeto político pedagógico de qualquer instituição indica os norteadores a que se refere o currículo, competindo à escola gerir a seleção de um conjunto de conhecimentos curriculares que correspondem aos interesses e peculiaridades de seus agentes e ao seu contexto. A oferta desses conhecimentos vai fornecer ao projeto

político pedagógico a autonomia pedagógica de apoio à aprendizagem no qual coloca em evidência o aluno. Entretanto, tratando dos saberes a serem trabalhados no âmbito escolar, é fundamental compreender que os saberes são a união que provém de representações contextualizadas.

O inciso I dos artigos 12, 13, e 14 da LDBEN aponta a necessidade de elaboração da proposta pedagógica para as instituições de ensino, seja da educação básica, seja do ensino universitário. E trata da questão autonomia:

Artigo 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Enquanto projeto, o P.P.P. é um instrumento essencial para a reflexão e reelaboração constante das propostas que norteiam as instituições de ensino. Acerca deste contexto, procurou-se saber se as professoras pesquisadas concordavam com as propostas contidas no projeto político pedagógico de sua escola e se havia alguma ação que contemplava a questão da avaliação.

Analisando os discursos dos professores, compreende-se que a escola tem contemplado no seu Projeto Político Pedagógico, temas voltados a questão ambiental.

A inclusão de temas no PPP da escola sobre problemas ambientais, é fator fundamental para se formar uma escola mais cidadã e responsável por questões que tem dominado o mundo. A elaboração do PPP tem a ver com todo o trabalho que a escola realiza, considerando todo o contexto social na qual ela se insere

### **Pergunta 7. O educador recebe algum incentivo por parte da escola para o desenvolvimento de ações/projetos de natureza ambiental?**

A gestão escolar entre outras responsabilidades, pode-se destacar a exigência de construir, desconstruir e rever os projetos pedagógicos, suas ações e implementações. Sendo o professor parte integrante da escola a ele também atribui-se essa responsabilidade. No entanto tudo isso requer tempo e disposição, pois não é todo professor que se propõe a trabalhar com projetos, umas das causas segundo estudos é justamente a disponibilidade do tempo e a falta de motivação por parte da escola. Para quebrar com esse paradigma caberá a escola estimulá-lo quer seja em momentos de trocas de experiências entre colegas, seja ofertando a em formações

em *locus*, ou até mesmo por meio de premiações. Claro premiações, por meio de divulgações das ações executadas por ele, e também por meio de homenagens, levando – o a sentir –se estimulado. Pois entende-se que o professor já tem uma carga muito grande de afazeres, e para superar as barreiras que as práticas apresentam num contexto em geral emerge a necessidade da escola compreender que a responsabilidade não é apenas do professor, mais de todos, e a colaboração da escola não há dúvida é fundamental para que os professores sintam-se motivados.

Analisando a fala dos professores, pode-se verificar que a escola não tem estimulado os professores a trabalharem com os projetos que a GRE elabora para serem executados na escola. Deste modo, “Fica evidente nesse quadro que estão sendo colocadas responsabilidades e tarefas muito complexas e demasiado número e problemas para o docente solucionar” (Santos, 2001, p.160) sem que estes profissionais tenham vez na tomada de decisão e estimulados para tal. Para isso é de grande valia que as instituições de ensino apoiem os professores dando incentivo para adquirir conhecimento de novas práticas pedagógicas que ajudem a ficarem qualificados.

#### **Pergunta 8. Quais os entraves/dificuldades encontrados ao longo do desenvolvimento do projetos ambientais?**

Trabalhar com questões ambientais envolve pesquisas, planejamentos, experimentações e tempo. Isso porque o conhecimento das aspirações dos estudantes deve ser o foco principal de qualquer projeto, caso contrario, fica a ação pela ação.

No desenvolvimento de um projeto e a aplicação de suas metas e ações requer estudo aprofundado e isso quer dizer tempo para o professor se preparar. Analisando-se a fala dos professores, verifica-se que o principal entrave encontrado no desenvolvimento do projeto foi a *falta de tempo* para poder explorar mais os conhecimentos dos estudantes. Sendo assim, o tempo é elemento fundamental nesse processo, pois permite tanto ao professor como para o estudante expor ideias, concluí-las e refletir sobre o que pode e o que não pode realizar .

A prática reflexiva é um trabalho que, para se tornar regular, exige uma postura e uma identidade particulares. (Perrenoud, 2002 b,43). Trabalhar com aprendizagem envolve um contínuo movimento de reflexão. Para que os professores possam ensinar seus alunos é preciso rever o que a escola tem proporcionado. O conhecimento das

aspirações dos professores contribuirá para influenciar nas vivências de cada um para auxiliar no processo da aprendizagem.

Sendo o professor o sujeito com visão clínica quanto mais ele interagir com o estudante, mais fácil ficará para elaborar as aulas usando técnicas pedagógicas avançadas e criativas. Sendo assim, caberá a escola enquanto receptora dos projetos que o GRE viabiliza, subsidiar o professor com planejamentos, e tempo para se apropriar das questões que norteiam os projetos.

**Pergunta 9. Nas aulas com temas ambientais tem despertado algum interesse nos estudantes pelo lixo que são produzidos nas escolas?**

Inúmeros discursos sobre educação ambiental se entrecruzam, mobilizando vários segmentos sociais, fixando-se diferentes significados, articulando-se em um mesmo ponto: a educação é a solução para todos os problemas que emerge na sociedade. A partir de reinterpretções e reapropriações específicas desse discurso, todos ressaltam a importância de cuidar do planeta, para que esse não venha a se tornar inabitável. Segundo Moran (2011,p.88) “A crise ambiental e sua articulação retroalimentadora com a pobreza, a violência organizada e as migrações compulsivas mostram claramente que o fenômeno capital de nosso tempo, denominado “globalização”, é um fenômeno que contém ingredientes autodestrutivos, mas, ao mesmo tempo, contém também os ingredientes que podem mobilizar a humanidade para a busca de soluções planetárias baseadas na necessidade de uma antropolítica. Já Leff (2001) faz uma alerta quando fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento. Os problemas ocasionando ao meio ambiente são frutos de uma sociedade que maltrata e destrói e que não consegue refletir que destruir o ecossistema é destruir sua própria vida. Desse forma, cabe a escola enquanto fonte formadora de opiniões levar os estudantes a refletirem e criar mecanismos que possam devolver ao meio ambiente aquilo que lhe foi tirado. Dentro dessa ótica analisou-se as respostas dos professores, nas quais falam que ao ministrar as aulas com temas ambientais os estudantes tem despertado interesse pelo lixo que são produzidos nas escolas. Compreende-se que por meio de práticas reflexivas que o professor

executa na escola o estudante já tem a noção de que a população mundial vem aumentando consideravelmente, levando-se a produção de lixo comprometendo a boa qualidade de vida. Leva-se a crê que os estudantes em processo de formação já entendem que o planeta no qual vive, necessita ser cuidado e preservado, por isso cabe também a ele fazer a sua parte para melhorar a qualidade de vida na Terra.

## **10. Há interdisciplinaridade para trabalhar educação ambiental e sustentabilidade na escola?**

Compreender o real sentido da prática interdisciplinar na sala de aula, leva o professor a trabalhar o mesmo conteúdo nas mais diversas disciplinas do currículo escolar. Brasil (1999, p.88) explica melhor o conceito de interdisciplinaridade e cita que este “fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente como os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, [...]”. Assim a função da interdisciplinaridade, é dar sentido e aplicabilidade aos conteúdos, no entanto na maioria das escolas, o ensino ainda continua fragmentado, os conteúdos e as disciplinas são ministrados separadamente sem qualquer conexão entre eles, causando assim, um acúmulo exagerado de informações na cabeça dos estudantes. Todavia a questão da interdisciplinaridade deve ser uma ação permanente no fazer pedagógico de todo professor, tendo em vista a diversidade de possibilidades que todo o conteúdo aplicado trás.. Acredita-se ser muito relevante essa prática , pois, ao trabalhar principalmente com questão que atingem o meio ambiente necessariamente esses temas estão interligados e são indissociáveis para uma educação de qualidade. E esta é a finalidade do professor que exerce autonomia, atitude e competência na execução de sua prática como um todo. Sendo assim os professores disseram que “*sim*”, que a interdisciplinaridade dentro da temática educação ambiental e sustentabilidade

### **7.3. Análise de dados da coleta de dados do Questionário do Estudante**

**Pergunta 1. Quais das ações ou projeto em Educação Ambiental desenvolvidos pela escola, que você já participou?**

<b>Projeto</b>	<b>Quantidade de Participantes</b>
Reciclagem do óleo	23
Reciclagem de latas, vidros, pneus e garrafas Pet's	23
Reciclagem de papel e papelão	21
Compostagem (adubo)	-
Cultivo da horta e jardinagem	1
Coleta e separação do lixo	7
Nenhum dos projetos citados	-

Na instituição escolar, o papel da escola é determinante como fonte geradora e produtora de conhecimento. Ela tem a capacidade de minimizar os problemas acarretados ao meio ambiente que são causados pela prática do homem. Com isso, pode afirmar que a educação ambiental e a sustentabilidade nas escolas constituem-se como formas abrangentes de educação já que se propõe a atingir todos os cidadãos compreendendo o meio ambiente escolar e tudo de uma forma geral, em todas as suas dimensões física, química, biológica, econômica, política e cultural bem como nas diversas áreas do conhecimento.

A educação, enquanto área fortemente sensível às demandas e temáticas sociais vem incorporar a preocupação ambiental em suas vivências cotidianas de modo que o objeto teórico das questões ambientais torne-se de fato práticas educativas. Nas escolas necessita desenvolver atitudes éticas em relação à questão ambiental e propiciar a reflexão para ação, Brasil (2002).

Analisando - se as respostas dos estudantes, pode-se verificar que os projetos: Reciclagem do óleo; Reciclagem de latas, vidros, pneus e garrafas Pet's e o Reciclagem de papel e papelão a participação dos estudantes foi bastante efetiva. Pode-se então entender que, por ser os resíduos mais encontrados no ambiente escolar e também em suas moradias, tenha sido estimulados a participar de forma relevante. Sendo assim, a realização desses projetos vem resignificar os saberes prévios que os jovens já possuem, contribuindo dessa forma para que os mesmos possam refletir sobre o que pode ou não fazer com esses tipos de resíduos.

**Pergunta 2. Você sentiu alguma(s) dificuldade(s) de aprendizagem(s) dos saberes ministrados durante o desenvolvimento do projeto ?**

Resposta	Quantidade
Nenhuma dificuldades	27
Muitas dificuldades	3
Pouca dificuldade	–
Às vezes	–

É papel da escola, na pessoa do professor conforme sugerem os PCN (1998), garantir que os alunos possam estabelecer uma relação harmoniosa com o meio ambiente, assegurando conhecimentos necessários a promoção de atividades que possibilitem o despertar da mudança de atitudes em relação ao meio ambiente. Nessa perspectiva a escola necessita aproximar os conteúdos da Educação Ambiental com o dia-a-dia dos alunos, pois dessa forma, entenderão melhor o seu papel nesta sociedade sustentável.

Toda prática pedagógica tem sua finalidade, que é o de conseguir que os estudantes aprendam da melhor forma possível os conteúdos ministrados pelo professor . No entanto nem sempre isso é possível e depende de inúmeros fatores que entre eles: desatenção, falta de interesse , problemas pessoais pelos quais os estudantes passam , negligencia do professor pela falta de compreensão com a realidade enfrentada, pois, toda turma é diferente de outra, ou seja, não existe homogeneidade entre turmas , tampouco entre estudantes, tem a mesma identidade, individualidade e dificuldades.

**Pergunta 3.As atividades ou ações desenvolvidas por meio dos projetos na escola contribuíram na mudança do seu comportamento com os cuidados ambientais?**

Resposta	Quantidade
Contribuiu	29
Não contribuiu	1
Contribuiu pouco	–
Não tenho conhecimento	–

Na tentativa de responder ao questionamento feito aos estudantes, foi possível perceber por meio da obtenção das respostas que a sua maioria afirmam que *que as atividades ou ações desenvolvidos por meio dos projetos na escola contribuíram para a mudança do seu comportamento com os cuidados ambientais*. Isso significa dizer que o mais importante é aprender como aprender, como construir e refinar novos significados. A esse respeito Barbosa (2006), entende que a escola deve incentivar seus alunos para que esses ampliem seus conhecimentos na relação com os objetos, as pessoas e o meio, tornando a aprendizagem realmente significativa e transforme sua vida. Assim, entende-se que é importante que a escola cumpra sua função e auxilie esses estudantes na tarefa de estabelecer relações entre o que apreenderam com a sua vivência diária. No entanto 01(um) aluno enfatiza que as atividades e ações desenvolvidas no projeto não contribuiu para mudanças com os cuidados com o meio ambiente. Acredita-se que esse fato se dê pelo fato de que para esse, o significado do aprender ainda precisa ser descoberto, ou mesmo pelo mesmo está vivenciando situações adversas que tem impossibilitado o ato de aprender. Contudo vale ressaltar que construção do conhecimento se processa através das interações entre o indivíduo e o objeto, e não somente nas relações interpessoais, mas toda “bagagem” que o mesmo carrega através de suas vivências.

**Pergunta 4. Você considera os professores da escola preparados para trabalhar os temas voltados a questão ambiental?**

O profissional da educação logo percebe as nuances e diferenças entre a teoria e a prática: Saímos da faculdade atualizados no domínio dos conhecimentos de cada área. Aos poucos vamos descobrindo que nossa docência está condicionada pelas estruturas e processos em que ela acontece.

Os modos de viver e trabalhar, de ensinar e aprender determinam o que somos e aprendemos. Sabemos ou vamos aprendendo, que o que fica para a vida, para Arroyo (2000, p.110). “o desenvolvimento humano são os conhecimentos que ensinamos e, sobretudo, as posturas, processos e significados que são postos em ação, formas de aprender, de interessar, sentir, raciocinar, interrogar”.

Todavia, observa-se relativa fragilidade nos cursos de formação iniciada quanto à inserção de conceitos ambientais nos currículos das universidades, uma vez que ainda não se consolidou o enraizamento da dimensão ambiental. Muitas vezes o que há são

pesquisadores isolados e Grupos de Pesquisa envolvidos com o aprofundamento do campo conceitual da educação ambiental. Portanto, se a universidade foi um dos últimos *locus* para difusão deste modo de educação, isso reflete e pode explicar a problemática da inserção da dimensão ambiental nos Projetos Político Pedagógicos das escolas, os limites e fragilidades deste modo de educação na prática escolar, evidenciados em uma série de pesquisas. Ao ser perguntado se os professores estavam preparados para trabalhar com os temas que envolvem a questão ambiental a maioria dos entrevistados responderam que “*Sim*”, entretanto 02 (dois) entrevistados disseram que os professores estavam pouco preparados. Acredita-se que essa concepção dos estudantes se dê porque: o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. (Alves, 2009, p.45).

**Pergunta 5. Qual foi o momento que você mais destaca ou chamou a sua atenção quando estava participando das ações dos projetos ambientais na escola?**

<b>Resposta</b>	<b>Quantidade</b>
Não opinaram	21
Em nenhum momento	1
“Não lembro”	1
“Na semana de biologia”	1
“Na reciclagem do óleo”	1
“Quando fiz um Puf com pneus”	1
“Quando pude ver a quantidade de objetos que podem se transformar em outras coisas.”	2
“Quando fui a uma cidade vizinha ensinar as crianças a reciclar materiais descartáveis.”	1
“Quando fiz uma peça com garrafa Pet”	1

Como se pode ver, um número expressivo de entrevistados não responderam ao questionamento. Creia-se que seja, porque essa prática tem sido uma ação rotineira e que o estudante não teve só um momento de construção, mas vários, por isso não se deteve em repensar seu ato frente ao que ele desenvolvia. Todavia, em meio as respostas, pode-se perceber que para outros, teve-se sim um grande

significado e que para desenvolver competências e habilidades no ambiente escolar, é importante alinhar o ensino às tendências educacionais. O estudante só será capaz de desenvolver suas competências e habilidades se ele for um agente participativo no processo de aprendizagem, criando, testando debatendo ideias sobre o que aprende em situações reais. Enfim, conclui-se que a todo o momento, os sujeitos aprendem . O aprendizado deve acontecer através do professor mediador e dos estudantes, que não são apenas meros aprendizes, e sim, indivíduos com informações e conhecimentos que precisam ser levados em consideração no contexto escolar.

### **Pergunta 6. Você acha importante sua participação e envolvimento no projeto em Educação Ambiental?**

A escola tem papel relevante sobre à melhoria da qualidade de vida das pessoas, isso leva – a ter o compromisso de promover ações educativas e preventivas visando à construção de novos saberes, de hábitos saudáveis e de valores humanitários. A preservação de um ambiente saudável pautado em posturas éticas, e valores comuns faz com que os estudantes sintam-se valorizados e motivados a pensarem positivamente no futuro. Contudo este é um trabalho que deve envolver toda a comunidade escolar, no sentido de construir políticas públicas contínuas e eficazes para o bem estar de todos. Pois para que a educação possa se realizar de forma plena e transformar as mentalidades é necessário a participação e o empenho de todos. Nesta concepção, a função social da escola no mundo atual está muito além da transmissão dos conhecimentos historicamente construídos. No entanto são grandes os desafios enfrentados pela população mundial e nos quais refletem-se diretamente no âmbito educacional, que têm como missão contribuir para a formação plena e integral de todos e de cada um.

A sustentabilidade social no seu sentido mais amplo liga-se diretamente a necessidade da criação de valores e atitudes positivas que guiem as relações do homem, visando à construção de um mundo melhor para todos. Neste sentido a educação ambiental apresenta-se como um processo educativo que estimula a participação coletiva na construção de uma melhor qualidade de vida para todos que habitam no planeta terra.

Ao ser perguntado se os estudantes achavam importante a sua participação e envolvimento no projeto em Educação Ambiental, todos os participantes

pontuaram que achavam “*muito importante.*” Entende-se que os estudantes dentro desse contexto compreender que eles podem ser considerado como um agente dos processos de transformação social, capazes de promover novos conhecimentos relacionados aos problemas ambientais e humanos, vinculando-se a uma visão global e sistêmica do mundo ao redor.

**Pergunta 7. As ações desenvolvidas pelos professores facilitaram o processo de compreensão e aprendizagem nas questões ambientais?**

Resposta	Quantidade de participante
Facilitou muito	9
Facilitou	15
Facilitou um pouco	6
Não facilitou	-

Considerando a importância da temática sobre as questões ambientais e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, os professores deverá oferecer meios efetivos para que cada estudante compreenda os fenômenos naturais, as ações do homem no meio ambiente e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. É fundamental nesse sentido que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, em um ambiente saudável. Analisando as respostas obtidas verificou-se uma pequena parcela cita que **as ações desenvolvidas pelos professores facilitou um pouco no processo de compreensão e aprendizagem nas questões ambientais.** Leva-se a entender que por se tratar de um tema que por natureza perpassa por todas disciplinas do currículo escolar, os conteúdos ambientais contextualizados com a realidade da comunidade, o professor das demais matérias escolares não sintam-se preparados academicamente para trabalhar a questão da interdisciplinaridade levando os estudantes a perceber a correlação dos fatos e a promoção de uma visão holística, do mundo em que vive.

Trabalhar com os temas que envolvem o meio ambiente, necessita de uma aprendizagem contextualizada, na perspectiva de apresentar ao aluno a formação e fundamentação de sua consciência crítica e interdisciplinar (Fagundes e Nilcéia, 2014).

Ainda completa os autores os temas geradores, incorporados à prática docente, permitem que haja o estabelecimento de uma relação entre os conteúdos da disciplina com a realidade do educando, aliando a teoria à prática.

**Pergunta 8. Quais as dificuldades ou limitações você percebeu na escola ao término do projeto em EA?**

Resposta	Quantidade de participante
Não pontuaram	20
Não lembro	1
Nenhuma dificuldades	5
Falta de alguns materiais	2
Sem a preocupação com os lixos	1
Não concluir o projeto	1

Muitas realidades podem ser trabalhadas na sala de aula com atividades de educação ambiental, e o trato interdisciplinar garante com certeza a maior aproximação da realidade que está presente além dos muros da escola. A interligação de conteúdos permite a superação das dificuldades das aprendizagens dos estudantes, cabendo a escola fornecer estratégias que possam minimizar suas limitações. Analisando as respostas obtidas, verificou-se que a maioria dos entrevistados não quiseram pontuar se a escola apresentou dificuldades na realização dos projetos voltados a educação ambiental, no entanto dois(2) estudantes pontuaram dizendo que a falta de materiais foi uma dificuldade encontrada. Em outra resposta dada, um(01) aluno nos fez entender que seria uma dificuldade para ele, a questão de que a escola ainda não tem a preocupação com a separação dos lixos em seu ambiente. Entende-se que este problema faz parte da maioria das escolas públicas, porque depende de uma conscientização maior de todos os que compõem a escola e não somente de turma de alunos. O projeto por ser projeto deve envolver toda a equipe escolar, mesmo prevendo que nem todos participem das aulas práticas, todavia a conscientização deve ser de todos. Afinal essa temática “Meio Ambiente” é dever de todos cuidar dele.

**Pergunta 9. Os conteúdos estudados em sala de aula referentes aos temas ambientais, são colocados em prática pelo professor?**

<b>Resposta</b>	<b>Quantidade</b>
Praticado	16
Às vezes	13
Não praticado	1
Não tenho conhecimento	–

A grande importância do professor colocar em prática no dia a dia os assuntos trabalhados na ótica do projeto ambiental é que a todo instante ele está levando os estudantes a refletirem sobre o meio ambiente. Essa ponte deve ser feita de forma sistemática para poder-se então lembrar atitudes que muitas vezes os estudantes esquecem. Isso porque, segundo Serrano (2003), as iniciativas que as instituições de educação básica estão tendo em relação à Educação Ambiental propõem a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com as principais preocupações ambientais. Tais posicionamentos encontram-se elencados em documentos oficiais que articulam o Ensino Fundamental e Médio, como os Parâmetros, as Orientações e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Cultura. Contudo são atitudes que o professor em sua maioria não trabalha na sala de aula, prejudicando de certa forma, a formação cidadã do estudante em relação aos cuidados com o meio ambiente. Sabe-se que a escola é a fonte onde se forma pessoas conscientes e preparadas para viver em sociedade, entretanto depende muito de quem está sendo esse formador de opinião. Em outras palavras, nem sempre o professor é um professor reflexivo, estimulador e disposto a dar continuidade a projetos que a escola desenvolve, seja por questões políticas, quer seja por falta de preparo ou mesmo por não se interessar em trabalhar de forma coletiva. O que se pretende dizer, em frases curtas é que o professor muitas vezes está na profissão apenas para no final do mês receber o salário. Se as práticas dele são boas, para ele isso não tem importância.

**10. Quais as sugestões você teria a fazer para o(a) professor(a) com relação ao desenvolvimento das ações e práticas ambientais?**

<b>Resposta</b>	<b>Quantidade</b>
Nenhuma	5
Continuar com mais projetos	3
Fazer compostagem e cultivo da horta	1
Organizar a separação do lixo	1
Que os projetos fossem mais abrangentes	1
Não respondeu	16
Plantar mais arvores	2
Ser mais rigorosa	1

Pode-se inferir após a leitura das respostas, que a maioria dos estudantes não tem dado muita importância à questão das melhorias sobre o meio ambiente no espaço da escola, ou que eles não são estimulados a opinar. Pois apesar da escola trabalhar com muitos projetos em sua grande parcela sobre a questão ambiental os alunos negaram-se a dar suas *sugestões para o(a) professor(a) com relação ao desenvolvimento das ações e práticas ambientais*. Por outro lado alguns alunos opinaram, no entanto que o professor deveria *plantar árvores* no espaço da escola, entretanto essa ação requer também poder de decisão, e isso deve estar contido no PPP da escola. Outros alunos relataram que “*não tinha sugestões*” e outro que o professor deveria ser mais “*rigorosa*”. Assim, conclui-se que o professor deverá estar aberta ao diálogo, às transformações de sua prática tradicional, favorecendo uma maior participação dos estudantes na tomada de decisões.

Uma grande parte do lixo produzido na escola não tem sido dado o destino correto. São resíduos que poderiam ser reciclados, transformados em outros produtos o que economizaria matéria prima, em energia e água. O que se vê é que os lixos são descartados, e vão para lixões, aterros sanitários e ficam ali meses, até séculos prejudicando ainda mais o meio ambiente. Esse fato deve-se, principalmente, pela falta de conscientização por parte dos agentes da escola. A separação do lixo reciclável, além de diminuir a carga de resíduo jogada na natureza ainda pode gerar uma renda-extra para a família.

Entende-se que sendo a escola que pretende alcançar um conhecimento significativo e compreensivo, a partir de um processo permanente de reflexão sobre o

meio ambiente deve ofertar recursos e estratégias que leve os estudantes a mudanças de atitudes e comportamentos, numa concepção do ensino-aprendizagem no qual o eixo central seja constituído pelo aprendizado significativo do estudante aluno e não pela acumulação de conteúdos ensinados.

A Educação é um processo permanente e dinâmico, que se realiza ao longo da vida da pessoa e exige competências e responsabilidades sociais em permanente transformação. A responsabilidade da escola com o meio ambiente é fundamental incorporação da Educação Ambiental de forma transversal ou por meio de projetos pedagógicos abertos. Tais projetos devem atingir toda a comunidade com o intuito de um maior conhecimento das realidades socioambientais com o propósito de uma participação efetiva na solução de problemas locais e suas múltiplas interações global, por isso exige um trabalho o coletivo escolar, a fim de integrar esta visão no projeto pedagógico da unidade escolar. Na pergunta realizada aos estudantes, todos os estudantes foram unânime em afirmar que **a escola contribui com as ações propostas nos projetos sobre o meio ambiente**, seja por meio de “avisos, cartazes e passeios”. Analisando essa questão, percebe-se que a escola ainda precisa fazer algo melhor para de fato a questão do ambiente seja propriamente eficaz na escola. Existe uma gama de recursos que a escola poderá trabalhar como forma de conscientização de melhorar a questão da devastação do meio ambiente, entre elas pode-se destacar: palestras, produção de peças, pesquisas em ambientes devastados, premiações para práticas eficazes dos alunos, entre outras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizando a análise de dados desta pesquisa, percebemos que os objetivos e a pergunta que deu origem a este estudo foram respondidos adequadamente. Ponderando todos os fatos apontados nesta pesquisa, motivação, estratégias, mudança metodológica, dificuldades e facilidades de trabalhar na escola com temas voltados ao meio ambiente dispersão enfrentados pelos docentes, deu a oportunidade de realizar uma análise conduzida por um pensamento crítico tendo como base uma pesquisa empírica.

A partir do que foi debatido nesta pesquisa percebemos que os projetos voltados

a questão ambiental no Ginásio Pernambucano pode parcialmente contribuir para mudanças de atitudes e favorecer no processo de ensino e aprendizagem. Contudo apontamos que os projetos desenvolvidos devem ser estendidos e não apenas para os alunos do terceiro ano D, mas aos demais estudantes do referido Ginásio.

Os resultados com os quais nos deparamos condizem com o que acontece na escola pública com estudantes e professores. Deste modo podemos ressaltar que há necessidade de gerar debates e mais estratégias para que a formação crítica e consciente dos estudantes se desenvolva de forma integral.

Conforme mencionado na fundamentação teórica desta pesquisa, entendemos que a Educação é a instituição responsável por gerir conhecimentos com a finalidade de formar cidadãos atuantes e ativos na sociedade de mudanças cada vez mais veloz. Contudo nos tempos atuais as escolas públicas têm buscado um pluralismo na educação, estão aos poucos diversificando o ensino tentando incluir em suas metodologias, projetos que facilitem a identificação de identidades, culturas e valores da própria escola, mas algumas restrições de ordem profissional e estrutural surgem que impossibilita este processo ter um melhor desenvolvimento.

Para incorporar no quadro da docência do Ginásio Pernambuco é feita uma seleção interna, por meio de uma série de requisitos os professores são selecionados.

Concluimos que os docentes participantes dos projetos precisam ainda de formação específica para trabalhar com temas tão emergente no meio ambiente.

Assim, temos que evoluir mais nessa temática, no entanto o ensino ministrado no Ginásio pernambucano não está pautado em aulas exclusivamente expositivas, mais em teóricas também.

Em relação aos estudantes, pudemos perceber dentro do contexto da pesquisa que estão ainda se adaptando ao trabalho com projetos, todavia uma minoria se apresentaram curiosos e estimulados, contudo diante das dificuldades encontradas transpassa insegurança e dúvida quando é forçado a ter compromisso com o seu aprendizado, por acharem que o professor é o ser pensante neste processo.

Os alunos apresentam um nível de conhecimento sobre os problemas que afligem o meio ambiente muito pouco desenvolvido e que precisam ser melhor estimulados a participarem, não por imposição, mas por consciência crítica.

Assim em relação ao **objetivo 01** que foi avaliar as contribuições da escola para o desenvolvimento do projeto em educação ambiental executados pelos professores, concluimos que a escola tem contribuído parcialmente para o bom desenvolvimento

dos projetos que os professores desenvolvem juntos com os estudantes. Estas conclusões tiveram como base a análise interpretativa do instrumento utilizado que foi o questionário e os resultados foram satisfatórios e suficiente para definir que a escola necessita se empenhar mais e estimular os professores a desenvolver projetos que tragam mais significados para os estudantes e para toda a comunidade escolar.

Analisando as conclusões do **objetivo 02** desta pesquisa que foi compreender de que maneira os alunos vivenciaram as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelos professores, concluímos que foram apresentados inúmeras perguntas sem respostas, o que leva-se a concluir que esse fato tenha se dado pelo fato de não serem estimulados a escrever ou mesmo pela falta de interesse desses com a pesquisa. Por outro lado identificamos outros estudantes interessados, opinando e apontando críticas e sugestões como melhoria das ações desenvolvidas na escola por meio dos projetos. As possibilidades mencionadas foram bem mais favoráveis, do que as dificuldades encontradas, onde pode-se interpretar que o meio ambiente ainda tem sido uma questão que precisa ser bem mais trabalhada dentro da ótica dinâmica e criativa.

No que se refere ao **objetivo 03** que foi apresentar os resultados do projeto em educação ambiental alcançados e vivenciados pelos professores da escola. Depois da análise realizada, aponta-se como benéfico a inclusão de projetos pedagógicos sobre o meio ambiente, não somente em uma disciplina específica, mas em toda a grade curricular, levando a uma maior participação de professores e estudantes. Restringir a uma só turma, não facilita a interação dentro da escola e não ajuda a discernir as informações que são primordiais nesse contexto. Apesar dos estudantes terem acesso as informações, trabalhar com projetos de forma isolada, como por exemplo em uma só turma, não condiz com o conceito amplo de projeto, que é o trabalhar de forma uniforme com todos envolvido com o problema, nesse caso, toda a comunidade.

## SUGESTÕES

Considera-se que o resultado desse estudo trará impactos positivos na área ambiental, e a escola como todo percebe que o meio ambiente é o nosso lar. Sem o cuidado adequado com o planeta, chegaremos a um final muito triste da história da

humanidade no mundo. Esta civilização emergente, que pretende responder à crise civilizatória global a partir da construção de novos paradigmas na Ciência, na Sociedade, na Educação, na Ética, entre outros âmbitos, cria-nos o desafio de encontrar novos caminhos para a apropriação e produção dos conhecimentos

para isso, deixa-se para futuros estudos propor ações que favoreçam o processo de ensino aprendizagem dos alunos considerando mudanças de atitudes quanto aos projetos trabalhados em educação ambiental e sustentabilidade. Sugerindo vivência nas práticas pedagógicas, novas formas de abordagem, integrando as várias áreas do conhecimento de forma inter e multidisciplinar para que os professores possam incrementar suas aulas com foco primordial na conscientização e sensibilização, onde o educando possa adquirir novos hábitos.

recomenda-se, para futuros estudos que a Instituição de Ensino Superior intermedeie no processo de esclarecimento junto aos docentes a necessidade de mudança de postura no ato da ensinagem buscando prática pedagógica diferenciada .

Ainda podemos recomendar um curso de extensão tendo como foco a metodologia Híbrida para dar embasamento aos docentes dos instrumentos e aplicativos que esta metodologia oferece para programar aulas diferenciadas, visto que a IES já tem em sua estrutura sala apropriada com todos os requintes para devida função.

Promover momentos periódicos mensais com abordagem na educação digital e metodologia híbrida, realizando reflexão e permuta de conhecimento entre os docentes, não apenas da área de saúde, mas de todas as áreas de graduação da IES, com o intuito de motivar os docentes a fazer experiências com aulas híbridas e com isso eles próprios investigar as reações e resultados desta conduta.

dentro da sala de aula com assuntos e questionamentos surestes projetos para a gestão pública é que são bem mais fáceis de serem geridos, pois são atrativos para a

cooperação entre a área pública, privada e a sociedade. Hoje em dia, as empresas buscam desenvolver projetos para cumprir sua função social e promover seu marketing pessoal, contribuindo para um menor gasto público, através de um escambo de favores. Há também uma redução nos gastos com relação à parte dos executores, com a parceria da sociedade local, que sente prazer em ajudar sua comunidade com o trabalho voluntário.

03.

Considero preliminar uma vez que este trabalho está inconcluso, pois é parte de uma pesquisa de pós-doutoramento visando desenvolver um estudo de análise e comparação entre os princípios de educação integral e os respectivos desdobramentos nas práticas e vivências de duas escolas da rede pública estadual, sendo uma no Estado de São Paulo, Brasil, e outra em Portugal, ambas da modalidade Ensino Integral em tempo integral. Para tecer considerações acerca do trabalho realizado, ratifico e retomo que o objetivo nesta etapa era apresentar como os Princípios do Ensino Integral implementados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que são: Os quatro Pilares da Educação, o Protagonismo Juvenil, a Pedagogia da Presença e a Educação Interdimensional, contribuíram para fundamentar a formação cidadã. por meio do olhar interdisciplinar, procedermos à análise e percebemos que os Princípios do Ensino Integral apresentam-se nos documentos e nas vivências de jovens e adolescentes, nas seguintes ações pedagógicas: Currículo Oficial, Acolhimento, Clubes Juvenis, Disciplinas Eletivas, Líder de Turma, Projeto de Vida, entre outros. Ao ler os documentos e presenciar algumas vivências protagonistas nas ações pedagógicas destacadas, percebemos um feixe de relações coloridas e possibilidades de autonomia, autoconhecimento, práticas e vivências protagonistas, de viver e conviver em sociedade. Por tudo, a crença nas novas gerações, o olhar de “reinício” de uma nova geração renova a expectativa de transformação da tensão local e global e a urgente necessidade

de desenvolvimento de uma consciência de cidadania mundial mesclando o vínculo da vida em sua totalidade, transforma-se na esperança de uma consciência de cidadania global. Finalmente, concluímos a consagração da possibilidade da formação do cidadão autônomo, solidário e competente, consciente dos deveres e direitos, que em primeira instância, é a função social da escola.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Aguiar, M. Â. da S., Scheibe, L. (2010). Formação e valorização. Desafios para o PNE 2011/2020. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 4, n. 6, p. 77-90, jan./jun.

Alves F.(2009). *Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio*. Rio de Janeiro, WAK EDITORA.

- Andrade, M. M.(2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8 ed. São Paulo: Atlas.
- Aranda, T. J. C. (2016). *Metodología de la Investigación científica: Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Ed. Marben.
- Arretche, M. (2002). Relações sociais federativas nas políticas sociais. *Educ. Soc., Campinas*, v. 23, n. 80, p. 25-48, set.
- Arroyo, M. G. (2000). *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Editora. Vozes. Petrópolis – Rio de Janeiro.
- Barbosa, L. M. S.(2006). *Psicopedagogia: um diálogo entre a psicopedagogia e a educação*. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro,. 224 p.
- Brasil (2010). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes da Educação nacional. Disponível: <http://www.soleis.adv.br/diretrizesbaseseducacao.htm> Acesso em 01/10/2017.
- \_\_\_\_\_, Brasília (2016). *Base Nacional Comum Curricular*. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. Abril.
- \_\_\_\_\_,(1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein.9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein.9394.pdf)>. Acesso em: set. de 2017.
- Brasília, (2007). *Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em: out. 2017
- Brasil, (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes da

educação nacional. Disponível em <  
[http://www.soleis.adv.br/diredrisesbaseseducacao .htm](http://www.soleis.adv.br/diredrisesbaseseducacao.htm)> Acessado em novembro  
de 2017.

\_\_\_\_\_,(2013). Manual Escolas Sustentáveis. Resolução CD/FNDE n.18, de 21 de maio  
2013.Disp.[http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual\\_Escolas\\_Sustentaveis\\_v%2005.07.2013.pdf](http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf) Acesso em dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_,(2012). Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 30 de outubro de  
2012. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e Lei dá outras providências.  
Brasília: Senado Federal, 2012.

\_\_\_\_\_,(1990). Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe  
sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília:  
Casa Civil, 1990. Imprensa Oficial.

\_\_\_\_\_,(2014). Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.  
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília:  
Casa Civil. 2014.

\_\_\_\_\_,(2009). Presidência da República. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009.  
Altera o inciso II do art. 4o e o inciso VI do art. 10 da Lei no 9.394, de 20 de  
dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino  
médio público. Brasília: Casa Civil, 2009.

\_\_\_\_\_,(2006). Presidência da República. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2006. Altera  
dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as  
diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e  
integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de  
jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Casa Civil,  
2006.

\_\_\_\_\_,(2001). Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001.

\_\_\_\_\_,(1996). Presidência da república. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

\_\_\_\_\_,(2009). Presidência da República. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

\_\_\_\_\_,(2010). Ministério da Educação. Parecer CNE /CEB nº 7, de 7 de abril de 2010. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília: CNE/CEB, 2010.

\_\_\_\_\_,(2013). Ministério da Educação. *Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_,(2013). Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_,(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_,(1999). Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. [on-line] disponível na Internet <http://www.soleis.adv.br/educacaoambiental.htm>. Acessado em 28/11/2017.

\_\_\_\_\_,(2010). Lei Nº 12.305, de 04.08.2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em:

<http://www.sinpapel.com.br/downloads/LeiResiduosSolidos-12-305De08-2010-PNRS.pdf>. Acesso em dez. de 2017.

\_\_\_\_\_,(1972). Ministério do Meio Ambiente. Declaração de Estocolmo. Disponível em [http://www.feam.br/Feam\\_Interativa/educaçãambiental/educacao/document/Declaração sobre o Ambiente Humano Estocolmo.doc](http://www.feam.br/Feam_Interativa/educaçãambiental/educacao/document/Declaração sobre o Ambiente Humano Estocolmo.doc) >Acesso em 12/12/2001.

\_\_\_\_\_,(1992). Ministério da Educação. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, disponível na Internet via < <http://www.mec.gov.br/sef/ambiental/tratad05.shtm> > Acesso em 10/10/2001.

\_\_\_\_\_,(1999). Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC/SEF, 1999.

\_\_\_\_\_,(1998). Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_,(2008). Ministério da Educação, Brasil, 2008. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>. Acesso em set de 2017.

\_\_\_\_\_,(1997). Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: Cavalcanti, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p. 384-390.

\_\_\_\_\_,(2000). Políticas sociais e ampliação da cidadania. FGV Editora. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_,(2010). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FNDE/ MEC, 2010. Disponível em: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br). Acesso em dez. de 2017.

Cavaliere, A. M. (2009). Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em aberto, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009, Brasília.

- Cartea, P. A. M. (2005). Educación ambiental en tiempos de catástrofe: la respuesta educativa al naufragio del Prestige. *Educ. Pesqui.*, Ago 2005, vol.31, no.2, p.265-283.
- Carvalho, I. C. de M. (2008). A Educação Ambiental no Brasil in: Educação Ambiental no Brasil, Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008, Salto para o Futuro.
- Carvalho, I. (2012). A Invenção ecológica. Editora da UFRGS, Porto Alegre: Jacobi, P. Cidade e meio ambiente. Anna blume. São Paulo.
- Crisostomo, A. L. M. (2009). Plano de desenvolvimento da escola PDE: o que mudou nas Escolas públicas estaduais de Teresina? Texto disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento,2004/GT.5/gt5\\_11\\_2004.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento,2004/GT.5/gt5_11_2004.pdf). Acesso em nov. de 2017.
- Costa, A. C. G. da (2000). Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática. 1. ed. Salvador: Fundação Odebrecht.
- Costa, A. C. G. da. (2008). Educação. (Coleção e valores). Editora: Canção Nova. São Paulo.
- Cury, C. R. J. (2011). A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago.
- CPRH (2001). Agenda - Comum de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco. CPRH, p.35. 2001. Recife/PE.
- Dias, G. F. (2004). Educação Ambiental; Princípios e Práticas. ed. 9º Ed. Gaia. São Paulo.
- Dias, G. F. (1999). Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. Co- edição Global/Gaia. São Paulo.

Dallari, Dalmo de Abreu(1999). O que é participação política. São Paulo: Brasiliense.

Dutra. P. F. de V. (2014). Educação Integral no estado de Pernambuco para o ensino médio: uma política pública para o ensino médio. Ed. UFPE. Recife. N. 0. P. 25 a 94.

Economia do Recife. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_do\\_Recife](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Recife), Google, 2017>. Acesso out. 2017.

Escola de Referência Ginásio Pernambucano. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br>>. Acesso em: set. 2017.

Fagundes, Elizabeth Macedo; Pinheiro, Nilcéia, Aparecida Maciel. (2014). Considerações acerca do ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. REVISTA PRÁXIS | ano VI | nº 12 | Dezembro de 2014. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/praxis/ojs/index.php/praxis/article/view/64> Acessado em 25 março de .2018.

Ferreira, A.B.de H. (2001). *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Século XXI.5ª ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Freire P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Editora: vozes Petrópolis, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 31ª ed. São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 42.ª edição.

\_\_\_\_\_. (2006). *A educação na cidade*. 7ª edição. Editora Cortez.

Gadotti, M. (2009). *Educação Integral no Brasil: inovações em processo*. Editora Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. São Paulo.

Gerência regional Recife Norte. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br>>. Acesso em: out. 2017.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.  
Gonzáles, J. A. T., Fernández, A. H., Camargo, C. de B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Editora Marben. Assunción, Paraguay.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Ginásio Pernambucano informação e conhecimento. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio\\_Pernambucano#Hist.C3.B3ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_Pernambucano#Hist.C3.B3ria)>. Acesso em: outubro de 2017.

Guerra, A. F. S., Orsi, R. F. M. (2008). Tendências, abordagens e caminhos trilhados no processo de formação continuada em Educação Ambiental. *Rev. Eletrônica, Mestrado Educação Ambiental*. v. especial, dezembro, Furg, 2008. p. 28 – 45.

Guimarães, M. (2004). *Educação Ambiental: no consenso um embate!* Papirus. São Paulo.

Gonzáles, J. A. T., Fernández, A. H., Camargo, C. de B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Editora Marben Assunción, Paraguay.

Hernandez, L. C. (1998). Educação ambiental uma questão de cidadania e de Sustentabilidade <https://www.webtrabalho.com/educacao-ambiental-uma-questao-de-cidadania.-e-de-sustentabilidade-social/37787#ixzz545VSstZo>. Acesso em dez. 2017.

História do Ginásio Pernambucano. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio\\_Pernambucano#Hist.C3.B3ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_Pernambucano#Hist.C3.B3ria). Acesso em: set. 2017.

IBGE (2016). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Síntese do estado de Pernambuco*. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pe>>. Acesso em: set. de 2016.

- IDEB, (2013). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do ensino médio de Pernambuco. Disponível em: <http://www.ideb.inep.gov.br/>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.
- INEP, (2016). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/educacenso/>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.
- Jacobi, P. et al. (orgs.). (1998). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. SMA. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2003). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Scielo, São Paulo, v. 118, n. p.189-205, mar. 2003. Dispo.<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- \_\_\_\_\_. (2004). Educação e meio ambiente – transformando as práticas. Revista Brasileira de Educação Ambiental, julh. 2004. Brasília, n. 0, p. 28-35.
- \_\_\_\_\_. (2005). Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa. n. 31, Ano 2, p. 233-250. 2005. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias. v. 11, n. 1, p. 145-163, 2012.
- Kauark, F., Manhães, F. C., Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Leão, A. L. C., Silva, L. M. A. (1995). Fazendo Educação Ambiental. Recife/PE: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente-CPRH. Site: [cprhacs@fisepe.pe.gov.br](mailto:cprhacs@fisepe.pe.gov.br).
- Leff, E. (2002). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Editora: Vozes. Petrópolis.

- \_\_\_\_\_,E. (2003). A complexidade ambiental. Traduzido por Eliete Wolff. Editora: Cortez. São Paulo.
- Lima, I. B. de (2009). A exigibilidade judicial do direito fundamental à educação na Constituição de 1988. Disponível em:<[http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF\\_Livre/13](http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/13)>.
- Lobato, W. (1999). Educação e meio ambiente: o desafio da incorporação da dimensão ambiental e prática docente. In: Encontro Nacional de Ensino de Geografia, 5, 1999, Belo Horizonte. Anais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Loureiro, C. F. B. (2004) Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental. Editora: Cortez, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. C. F. B. (2004). Educar, participar e transformar em educação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Brasília, p. 13-20, 2004. Disponível em: <[http://assets.wwf.org.br/downloads/revbea\\_n\\_zero.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/revbea_n_zero.pdf)>. Acesso em nov. de 2017.
- Ludke, M.; André, M. E. D.(1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Lakatos, E. M, Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas.
- Machado, L.R.de S.(2012). *A educação e os desafios das novas Tecnologias*. In: Ferreti, C.J.,Zibas, D.M.L.,Madeira, F.R.,Franco,M.L.P.B. Novas tecnologias, trabalho e educação, um debate multidisciplinar. 13ª ed.Petropolis, RJ : Ed. Vozes.
- Mendes, (2004). A. D. (org). *Amazônia, terra e civilização, uma trajetória de 60 anos*. 2. ed. Belém: Banco da Amazônia.
- Moran, J. M. (2007). *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus.

Morais, C. (2014). *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, jan./mar. 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>.

Morin, E. et al. (2003) .*Educar na era planetária*. São Paulo: Cortez.

Mota, S. M. C. (2006). *Escola de tempo integral: da concepção à prática*. VI seminário da Redestrado – regulação educacional e trabalho docente, 6 e 7 de setembro de 2006. Biblioteca virtual. <<http://www.ppgp.caedufjf>>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

Nogueira, J.V.D., N.N.D., Nogueira, C.F.C. (2015). Percepção de educadores do município de Manaíra (PB) sobre a importância do debate da problemática dos resíduos sólidos e o uso da prática de encenação teatral como instrumento didático para a educação ambiental no ensino básico. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v.10, n.1, p.291-300.

Nóvoa, A. (1992). *Concepções e Práticas de Formação Continuada de Professores*. In: *Formação Continuada de Professores, Realidades e Perspectivas*. Universidade de Aveiro.

\_\_\_\_\_. (2011). *Tendências atuais na formação de professores: o modelo universitário e outras possibilidades de formação*. Conferência. São Paulo/SP.

Oliveira, A.V. (2018). *A Educação Ambiental nas Escolas de Educação Básica e Tecnológica na Região Metropolitana do Rio Negro/Solimões - Amazonas- Brasil: Análise e Perspectivas*. Assunção. Tese Doutorado. UAA, p.50-79.

Oliveira, M. S. J. (2009). Meio ambiente e educação ambiental na percepção de professores de ensino fundamental e médio. *BioFar Revista de Biologia e Farmácia*. v.3, n.1, pp. 88-104. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a03v20n1.pdf>. Acesso em: Mar de 2017.

- Prada. L. E. A., Freitas, T. C., Freitas, C. A. (2010). Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. *Rev. Diálogo Educ.*, v. 10, n. 30, p. 367-387. Curitiba.
- Pelicioni, M. C. F. (2001). Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. *Saúde sociedade*, v.7, n.2, pp.19-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03>> Acesso em: Mar de 2017.
- Pernambuco, (2013). Secretaria de Educação do Estado. *Relatório anual de indicadores educacionais*. Recife - Pernambuco, 2013.
- \_\_\_\_\_,(2011). Secretaria de Educação. Portaria nº 7122 de 18 de outubro de 2011. Institui o Fórum Estadual de Educação de Pernambuco- FEE/PE. Recife, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 19 de out. de 2011.
- \_\_\_\_\_,(2002). Lei nº 12.286, de 28 de novembro de 2002. Altera o Plano Estadual de Educação, e dá outras providências. Secretaria do Estado de Pernambuco.
- \_\_\_\_\_,(2002). Lei nº 12.252, de 08 de julho de 2002. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Secretaria do Estado de Pernambuco.
- \_\_\_\_\_,(2007). Assembleia Legislativa. Lei nº 13.273, de 05 de julho de 2007. Estabelece normas voltadas para a Lei de Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco.
- \_\_\_\_\_,(2008). Assembleia Legislativa, Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_,(2013). Secretaria de Educação. Versão final da Lei 15.533, DOE. Plano Estadual de Educação. Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
- \_\_\_\_\_,(2005). O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Brasília, MMA/DEA, 3ed., 2005, 5 p. Disponível em:

[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/pronea\\_3.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea_3.pdf) Acesso em dez. de 2017.

\_\_\_\_\_,(2009). Ministério da Educação Portaria n. 971, de 9 de outubro de 2009. Programa Integral para o Ensino Médio – MEC. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php/>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_,(2010). Ministério da Educação Portaria Interdimensional n. 17/2007, e pelo Decreto 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Programa mais Educação-PME. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged/>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.

Perrenoud, P. (2003). Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!. Cad. Pesqui., no.119, p.09-27.

\_\_\_\_\_. (2002). Aprender a negociar a mudança em educação. Novas estratégias de inovação. Porto : ASA Editores.

Penteado, H. D. (1998). Pedagogia da comunidade: teorias e praticas. Editora: Cortes. São Paulo.

Pinto, J. M. de R. (2007). A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. *Educ. Soc.*, Campinas, v.. 28, n. 100, Especial, p. 877-897, out. 2007.

Pompeu, G. V. M. (2005). Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial. ABC Editora, p. 220. São Paulo.

PNUDB (2016).Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. *Ranking IDH Global 2014*. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global/>>.Acesso em: 15 de outubro de 2017.

- Prodanov, C.C., Freitas, E.C. de (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - Brasil: Feevale.
- Projeto óleo de cozinha SENAC/Santa Catarina. Disponível em [http://www.sc.senac.br/talento/projetospremiados/2009/tec\\_3.pdf](http://www.sc.senac.br/talento/projetospremiados/2009/tec_3.pdf). Acesso em 18 de dezembro de 2017.
- Reigota, M. (2009). *O que é educação ambiental*. 2ª ed. Brasiliense, São Paulo.
- Regime de Atendimento nas Escolas de Referência disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>. Acesso em out. de 2017.
- Reynaldo, F. (2007). *Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- Rodrigues, C. G. de S., Colesanti, M. T. de M. (2008). Educação Ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. *Sociedade & Natureza*, 20 (1): 51-66, jun. 2008. Uberlândia, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a03v20n1.pdf>. Acesso em dez. de 2017.
- \_\_\_\_\_,(2000). *Rede de relações: os sentidos da educação ambiental na formação de professores*. São Paulo, 2000. Tese (Dout.), Feusp.
- Rodrigues, F. L., Cavinatto, V. M. (2014). *Lixo de onde vem?. Para onde Vai?. Coleção desafios – 3. ed., p.86 a 92*. Editora: moderna, São Paulo.
- Sampieri, R. H. Collado, C. H., Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução: Murad, F. C. Kassner, M. Ladeira, S.C.D.3ª edição. São Paulo. McGraw-Hill.
- Santos, H.M.N.; Borges, A.A.S.; Cândida, A.C.; Fehr, M (2007). Educação ambiental e resíduos sólidos em Araguari/MG – Brasil. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 2, n. 3, p. 136-152, 2010. Disponível em: [http://www.bdtu.ufu.br/tde\\_arquivos/10/TDE-2007-05-25T061903Z-575/Publico/HMNSantosDISS1PRT.pdf](http://www.bdtu.ufu.br/tde_arquivos/10/TDE-2007-05-25T061903Z-575/Publico/HMNSantosDISS1PRT.pdf) Acesso em 10 de dez. de 2017.

- Sandholtz, J. H. et. Al. (1997). Ensinando com tecnologia: criando salas de aula centradas nos alunos. Artes Médicas. Porto Alegre.
- Saviani, D. (2011). O trabalho como princípio educativo, In: Ferreti, C.J., Zibas, D. M.L., Madureira, F. R., Franco, M. Laura P.B. Nova Tecnologia Trabalho e Educação. Um debate multidisciplinar. 13 edição. Editora vozes-organizadores: Petropolis.
- SEE (2008). Secretaria do Estado de Pernambuco – SEE. Síntese do desenvolvimento das escolas integrais de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br>>. Acesso em: out. de 2017.
- Souza, R. F. (2003). Uma experiência em Educação Ambiental: Formação de valores sócio ambientais. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2003. Disponível em:[http://www.nima.pucRio.br/sobre\\_nima/projetos/caxias/material\\_de\\_apoio/Planos%20de%20aula/Apostila%20do%20Prof.%20Roosevelt.pdf](http://www.nima.pucRio.br/sobre_nima/projetos/caxias/material_de_apoio/Planos%20de%20aula/Apostila%20do%20Prof.%20Roosevelt.pdf). Acesso em set de 2017.
- Sorrentino, M. (1998). De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: Jacobi, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. p. 27-32. Sma.1998. São Paulo.
- Schneider, J. E. (2001). Procedimentos para elaboração de um Projeto Transdisciplinar utilizando o Laboratório de Informática. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em engenharia de Produção. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta>>. Acessado em 01/10/2017.
- Tamaio, I. A. (2008). Política Nacional de educação ambiental. Brasil. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Salto para o futuro: educação ambiental no Brasil. DF: TV Escola, p. 21-29. (Boletim, 1, v. 18, março de 2008). Brasília.
- Tabela Tempo de decomposição dos resíduos. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=o+que+pode+ser+reciclado+na+escola>> Acessado em dezembro de 2017.
- Tozoni-Reis, M. F. de C. (2008). A inserção da Educação Ambiental na escola. in.: Educação Ambiental no Brasil, Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008, Salto para o Futuro. TV ESCOLA. Ministério da Educação, Brasil, 2008. Disponível em:

<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf> Acesso em 8 de dezembro de 2017.

Tardif, M. (2000). *Saberes docentes e formação profissional*. Tradução de Francisco Pereira. Editora: Vozes. Petrópolis.

Travassos, E. G. (2004). *A prática da EA nas escolas. : Mediação*. Porto Alegre.

Tristão, M. (2002). *As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento*. In: Rusheinsky, A. (org.). *Educação ambiental: abordagens múltiplas*. Artmed, 2002. p. 169-173. Porto Alegre.

Turismo em Pernambuco. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/conheca/turismo/>>. Acesso em out. de 2017.

UNESCO, (2010). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório da unesco para a comissão internacional sobre a educação para o século xxi. Brasília. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

Veiga, A., E. Amorim., M. Blanco (2005). *Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no ensino médio e fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão / Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INP, 2005. 23 p.: il. II. Título. III. Ministério da Educação: Brasil. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Um+retrato+da+presença+da+educação+ambiental+no+ensino+medio+fundamental+brasil>. Acesso em 10 de dezembro 2017.*

Vieira, S. L. (2007). *Educação nas constituições brasileiras*. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

Vergara, S. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

## ANEXO

### ANEXO 1 – Constância da UAA, entregue a direção da escola, *locus* da pesquisa.



UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE  
ASUNCIÓN

Asunción, 26 de enero de 2018

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que **ISIS MARINHO SIQUEIRA MENEZES**, es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y de la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien en el presente año 2018, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: "ESCOLA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NA ESCOLA ESTADUAL INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCO DO RECIFE – PE - BRASIL."

A fin de recolectar los datos como parte de la elaboración de la Tesis, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución ESCOLA ESTADUAL INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCO DO RECIFE – PE, se le conceda a la alumna **ISIS MARINHO SIQUEIRA MENEZES**, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

José Antonio Torres  
Presidente del Comité Científico  
Universidad Autónoma de Asunción

Realizado, 09.03.18  
1988  
Danielle de Freitas Bezerra Fernandes  
Assistente de Direção  
Matrícula: 177.388-0

ANEXO 2 - Cópia do Projeto Político Pedagógico da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano/GP.



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL  
ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO GINÁSIO  
PERNAMBUCANO**



**PROPOSTA PEDAGÓGICA**

RECIFE,  
2016



“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

(Paulo Freire)



## SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	04
2. OBJETIVOS.....	05
3. PRIORIDADES, ESTRATÉGIAS E RESULTADOS ESPERADOS.....	05
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	06
5. CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO.....	24
6. CRONOGRAMA, CALENDÁRIO E HORÁRIO.....	26
7. CRITÉRIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES.....	27
8. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	28
9. PESSOAL DOCENTE E APOIO TÉCNICO.....	29



## 1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Em um tempo expressivamente curto, o conhecimento acumulado pela humanidade vem sendo notadamente ampliado. Tal situação implica em mudanças que, necessariamente, devem ser encaradas pelas políticas educacionais, a fim de prover condições para que as pessoas tenham ao seus alcances meios que contemplem a possibilidade concreta de acesso a esses conhecimentos – bases das competências do presente e do futuro.

Em consonância com essa realidade, os projetos educacionais também deverão destacar referências que alimentem as pessoas com conhecimentos significativos, pertinentes e relevantes, e que as mobilizem para o desenvolvimento dos projetos coletivos e individuais.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental adotar uma atitude de constante atualização e aplicação de conhecimentos para acompanhar um mundo que se faz em permanentes e rápidas mudanças. Assim, a escola deve apresentar-se como protagonista de um movimento propositivo de mudança de paradigmas, visto que o processo de aprendizagem ao longo da vida torna-se num dos imensos desafios para o século XXI.

Um projeto de escolarização que atende a essas mudanças deve priorizar a formação humana, destacando valores pautados nas dimensões:

- Ética, na busca da autonomia moral;
- Estética, no resgate de vivências e experiências ligadas à arte e à beleza;
- Produtiva, na criação de riquezas morais e materiais.

Tal perspectiva projeta-se para a ampliação de um sentimento de mundo complexo e criativo. Assim, a Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano foi criada em 2003, como Centro de Ensino Experimental, como escola pública e gratuita, com a missão de atuar como núcleo animador de um vasto movimento de ampliação e qualificação do Ensino Médio pernambucano e brasileiro, objetivando desenvolver ações inovadoras em termos de conteúdo, método e gestão, a fim de formar jovens autônomos, solidários e produtivos, como sugere o Art. 2º da Lei 9394/96: “A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Enfim, um jovem com capacidade de desenvolver uma visão do seu próprio futuro e transformá-lo em realidade.

Portanto, enquanto Escola de Referência, sua proposta pauta-se nas seguintes premissas:

- Protagonismo Juvenil – o jovem como ator principal em todas as ações da escola;
- Co-responsabilidade – todos (agentes internos e externos) conjugam esforços na efetivação do projeto escolar;
- Atitude Produtiva – espírito de servir para produzir resultados; humildade necessária para trabalhar em equipe; consciência da importância da comunicação e da confiança;
- Conhecimento a serviço da formação humana – formação numa visão integradora, contemplando o saber, o saber-fazer e o saber-ser;
- Replicabilidade – garantir a viabilidade dos achados, possibilitando a replicação da experiência, consideradas as especificidades de cada situação.

Além disso, sua prática pedagógica inspira-se nos princípios filosóficos de igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; promoção do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; gratuidade do ensino, com isenção de taxas e contribuições de toda e qualquer natureza; gestão democrática e colegiada; valorização do profissional da educação; garantia de uma educação básica de qualidade.

## 2. OBJETIVOS

- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Preparar e orientar para a integração do educando ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção do nosso tempo.
- Desenvolver competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.
- Formar jovens autônomos, solidários, participativos, estabelecendo relações significativas com seu meio, qualificados para o trabalho e pleno exercício da cidadania.
- Motivar educadores a se comprometerem com sua formação permanente, estabelecendo relacionamentos de qualidade com toda a comunidade escolar e seu entorno.
- Promover a participação dos pais conscientizados e instrumentalizados no cotidiano de seus filhos e no desenvolvimento da Escola, tornando-se agentes multiplicadores na comunidade.
- Produzir conhecimentos e incorporá-los em materiais formativos para educadores e educandos.
- Transformar-se num espaço atrativo, de convergência e de diálogo das diferenças.

### **3. PRIORIDADES, ESTRATÉGIAS E RESULTADOS ESPERADOS**

A Escola de Referência Ginásio Pernambucano, considerando a realidade pernambucana e brasileira da educação e as expectativas da comunidade de que o jovem adquira as competências do APRENDER A CONHECER, APRENDER A FAZER, APRENDER A CONVIVER E APRENDER A SER, destaca ações prioritárias na integração dos quatro pilares do conhecimento propostos pelo Relatório Jacques Delors – Educação: um tesouro a descobrir: a formação dos jovens; a formação continuada dos educadores; o gerenciamento das pessoas e dos custos.

Para tal, apresenta as principais estratégias de ação, considerando a realidade na qual a escola se situa em relação ao corpo docente formado por professores da Rede Estadual e estudantes oriundos da rede pública estadual e da municipal:

1. Jornada escolar em tempo integral (7h30min às 17h) com metodologias adequadas e inovadoras.
2. Acompanhamento psicológico e socioeducativo dos jovens.
3. Práticas e vivências de desenvolvimento do Protagonismo Juvenil e construção do projeto de vida.
4. Desenvolvimento de atividades interdisciplinares.
5. Formação continuada dos educadores com suporte teórico-metodológico.
6. Gestão compartilhada em articulação com os pais.
7. Tecnologia empresarial socioeducacional para desenvolvimento e acompanhamento do plano de ação e dos programas de ação.
8. Criação e implantação do Conselho de Pais.

Assim, esperam-se resultados como:

- pais (comunidade) satisfeitos com o crescimento dos estudantes;
- desenvolvimento dos estudantes na capacidade do APRENDER A CONHECER E A FAZER, demonstrando resultado satisfatório nas avaliações institucionais;
- construção de projetos de vida pelos estudantes e capacidade de articular-se, desenvolvendo o protagonismo juvenil;
- o acompanhamento da proposta das Escolas de Referência e a replicabilidade em outras escolas.

### **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Oferece a Educação Básica em Ensino Médio com duração de três anos, 1.800 horas anuais e 200 dias letivos, buscando promover condições para a socialização e participação do estudante em uma sociedade em mudança; desenvolver no estudante a criatividade, o gosto pela investigação e pela descoberta, o espírito crítico, a capacidade de escolha, a expressão individual e coletiva e o exercício pleno de sua cidadania; proporcionar condições para a construção do conhecimento, utilização de métodos de investigação e de instrumentos de reflexão e produção; oportunizar a execução de projetos individuais e coletivos a fim de favorecer o desenvolvimento social de cada jovem.

Assim, o currículo, enquanto instrumento da cidadania democrática, contempla conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração dos jovens nas relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Nesse sentido, são diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea:

- Aprender a conhecer – Garante o aprender a aprender e constitui o meio para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida.
- Aprender a fazer – O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam.
- Aprender a conviver – Trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.
- Aprender a ser – Pressupõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida.

A proposta curricular, atendendo a Lei nº 9.394/96, estrutura-se sob uma Base Nacional Comum complementada por uma parte diversificada. A Base Nacional Comum apresenta-se em três áreas de conhecimento, no entanto, isso não implica na desconsideração ou no esvaziamento dos conteúdos, mas a seleção e integração dos que são válidos para o desenvolvimento pessoal e para o incremento da participação social.

Quanto a essa organização destacamos de acordo com o Art. 26 da LDB, que os estudos de Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, o ensino da arte de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, e a Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola são elementos obrigatórios. Além disso, essa organicidade torna-se mais evidente quando o Art. 36 da LDB, em seu parágrafo 1º, estabelece as competências que os estudantes devem demonstrar ao final do Ensino Médio:

Art. 36, § 1º. “Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre”:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.” Assim como o perfil de saída do estudante do Ensino Médio descrito nas finalidades desse ensino dispostas no Art. 35 da LDB.

A Base Nacional Comum está organizada em três áreas de conhecimento;

- Linguagens, Códigos e suas tecnologias;
- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias;
- Ciências Humanas e suas tecnologias.

Os componentes curriculares referentes a cada área e respectivas cargas horárias encontram-se dispostos na Matriz Curricular, contemplando dias letivos e a parte diversificada.

A Parte Diversificada tratada no desenho curricular destina-se a atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura da economia e da clientela (Art. 26 da LDB), a fim de:

- Possibilitar ao educando a construção do seu próprio currículo;
- Ampliar conceitos, procedimentos ou temáticas de uma disciplina ou área de conhecimento que não são garantidas no espaço cotidiano disciplinar;
- Possibilitar o desenvolvimento de projetos de acordo com os interesses dos estudantes e da comunidade a que pertencem;
- Favorecer possibilidades para a preparação básica para o trabalho.

Nessa perspectiva, foram implementados componentes curriculares, através de temáticas interdisciplinares, com tempo pedagógico de 2h/a semanais, com o objetivo de aprofundamento dos estudos ou enriquecimento curricular, além de apontar para a interdisciplinaridade como instrumento de uma abordagem relacional, em que se propõe que, por meio da prática escolar, sejam estabelecidas interconexões e passagens entre os conhecimentos através das relações de complementaridade, convergência ou divergência, através de temáticas sugeridas pelos estudantes de acordo com os seus interesses, passíveis de mudanças, das quais destacamos:

1. Arte, Luz e Ação: Artes Cênicas - arte e transformação social.
2. Educação Patrimonial.
3. Astronomia.
4. Educação Sexual e Vida.
5. Mundo Verde
6. Artes Cênicas
7. Robótica.
8. A dança e o teatro como formas de expressão
9. Jornal
10. practical english: express yourselves freely.

Além disso, consideramos também o desenvolvimento do trabalho da TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional) junto aos estudantes, tendo como meta a apropriação de conceitos e elementos relativos à formação humana e à elaboração do projeto de vida, contribuindo para construção de sua autonomia, através do protagonismo juvenil, e também de vivências com a instituição de grupos afins.

As atividades experimentais também fazem parte da prática pedagógica com a finalidade de aplicação e vivência dos conhecimentos na realidade, estabelecendo a relação teoria / prática, de forma articulada às disciplinas envolvidas em ambientes específicos: laboratórios de Línguas Estrangeiras, de Informática e de Ciências. De forma integrada ao projeto pedagógico institucional propõem-se oferecer práticas inovadoras e possibilidades diversificadas de ensino através de recursos tecnológicos, desenvolvendo as seguintes atividades:

1. Laboratório de Ciências: elaboração, aplicação e avaliação de experimentos diversos nas áreas de Biologia, Química e Física, bem como de seus respectivos manuais e materiais didáticos.

2. Laboratório de Línguas Estrangeiras: desenvolvimento de tecnologias e metodologias para o ensino e aprendizagem de idiomas.

3. Laboratório de Informática: desenvolvimento de metodologia de ensino e aprendizagem para possibilitar o acesso à linguagem informatizada e aos múltiplos recursos que esta tecnologia específica oferece.

O Museu de História Natural Louis Jacques Brunet também reconhecido enquanto espaço pedagógico visa subsidiar a prática pedagógica docente e o fomento à pesquisa e investigação junto aos estudantes através do seu acervo museológico composto pelas seguintes áreas:

1. Arqueologia (Pré-História e História)

2. Botânica (Angiosperma, Gimnosperma, Biofitas, Pteridófitas)

3. Zoologia (Moluscos, Aves, Anfíbios, Mamíferos, Corais, Entomologia)

4. Geologia (Petrografia, Mineralogia, Paleontologia)

Além das atividades disciplinares, da parte diversificada e dos laboratórios, os estudantes realizam suas atividades de pesquisa e estudo na própria Escola com a orientação e acompanhamento dos professores, utilizando-se de espaços como as próprias salas de aula, a biblioteca, o laboratório de informática e os pátios propícios para o estudo e trabalho em grupos.

É importante destacar também que, através de parcerias Institucionais, a Escola oportuniza aos estudantes a participação em projetos de formação relacionados à vida acadêmica ou à formação para o mercado de trabalho durante as quartas-feiras, com cargas horárias destinadas a projetos de formação, como:

1. Projeto PASCH - Aulas de Alemão – Curso Básico

Parceria: Consulado Alemão; Goethe Institut; ICE; CCBA.

Programa: “Schulen: Partner der Zukunft”.

Participantes: 50 estudantes

2. Miniempresas – Empreendedorismo Juvenil

Parceria: Junior Achievement

Participantes: 60 estudantes

3. Projeto ganhe o Mundo

Parceria: Secretaria de Educação de Pernambuco

Participantes: 3 turmas (2 de inglês e 1 de espanhol)

4. Clube de Líderes

Parceria: Comitê da Geórgia e estudantes egressos

Participantes: 30 estudantes

As salas de aula caracterizam-se como espaços pedagógicos disciplinares – SALAS AMBIENTE, ou seja, o espaço escolar está organizado não por turmas A, B ou C, mas por disciplinas (Sala de Química, Sala de Geografia), considerando as peculiaridades de cada disciplina em relação ao material didático e de pesquisa; pretende-se favorecer a presença dos elementos significativos das disciplinas nesses espaços.

Os conhecimentos curriculares encontram-se dispostos por série, estruturados em programas de conteúdos, contemplando as competências e habilidades previstas para as disciplinas. É importante ressaltar que os planejamentos das atividades, competências, valores e objetivos a serem desenvolvidos em sala de aula encontram-se descritos nos Planos de Curso (anexo), documento elaborado pelos professores de cada disciplina/área, com o objetivo de orientar todo o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do processo pedagógico.

## **5. CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO**

O processo formativo é o princípio básico do sistema de avaliação das aprendizagens da Escola de Referência Ginásio Pernambucano, considerando elementos como a continuidade e cumulatividade; prevalência qualitativa; transparência; auto-avaliação; regulação das aprendizagens e obrigatoriedade do período de recuperação, de acordo com a instrução normativa da SEE (Secretaria de Educação do Estado) anexa a este documento.

Assim, uma nova posição em relação à avaliação implica refletir sobre os objetivos que se pretende atingir com cada etapa e com todo o percurso da aprendizagem – o que necessariamente envolverá acompanhar o processo de ensino e provavelmente realizar ajustes ou mudanças ao longo dele. Finalmente, implica observar também os resultados a que se chegou ao final do percurso. Há, ainda, que superar a visão que circunscreve a avaliação a um ou alguns momentos isolados, considerando-a parte efetiva do processo de ensino e aprendizagem.

Como se situa historicamente entre dois pólos intrinsecamente opostos – a valorização da excelência e a exposição do desconhecimento ou, ainda, a aprovação e a reprovação – depreende-se daí a enorme polêmica gerada em torno da avaliação. Vale ressaltar que avaliar também significa classificar, hierarquizar, privilegiar formas de conhecer o mundo e de nele estar. Sempre será muito difícil, portanto, estabelecer um consenso capaz de harmonizar a visão mais tradicional de avaliação normativa e as novas formas que se pretende conferir ao processo, privilegiando a **avaliação formativa**.

Na década de 1960, despontaram os princípios da visão mais recente da avaliação, com Bloom, que defendia uma **pedagogia do domínio**, segundo a qual “todo mundo pode aprender”. Sendo assim, a avaliação deveria tornar-se o instrumento privilegiado de uma regulação contínua das intervenções e das situações didáticas. Firmavam-se então as bases iniciais da avaliação formativa, que deve subsidiar uma organização do ensino que permita individualizar o conteúdo, o ritmo e as modalidades de aprendizagem em função de objetivos bem definidos. Não se tratava de criar hierarquias, mas de “delimitar as aquisições e os modos de raciocínio de **cada Estudante**, o suficiente para auxiliá-lo a progredir no sentido dos objetivos”. (Perrenoud, 1999, p. 14).

A avaliação formativa introduz uma ruptura, uma vez que desloca a regulação das aprendizagens de modo a individualizá-las para cada ESTUDANTE. Esta avaliação pressupõe um diagnóstico, instrumentos apropriados, observação *in loco*, intervenções diferenciadas. Especialmente quanto à avaliação, a formação docente não favorece que se dê prioridade aos processos individuais de aprendizagem e, conseqüentemente, a acompanhá-los com intervenções diferenciadas.

Isso demanda uma adesão dos educadores e das instituições a uma visão mais igualitarista da escola e ao princípio da educabilidade. Exige que se estabeleçam estratégias pedagógicas capazes de vencer o fracasso escolar e as desigualdades – o que não dispensa os professores de conferir notas aos ESTUDANTES, redigir apreciações sobre seus desempenhos, observar suas aquisições, decidir sobre orientação e apoio intra ou extraescolares.

A avaliação formativa exige uma qualificação crescente dos professores em seus domínios específicos de conhecimento, bem como no domínio didático. O período de transição em que vivemos nos obriga muitas vezes a nos colocar entre a avaliação normativa tradicional e avaliação formativa que se deseja implantar. É de se esperar que num futuro não tão distante as hierarquias de excelência tenham menos importância que as competências e habilidades a serem adquiridas por nossos educandos em situações contextualizadas.

A favor da avaliação formativa pesam argumentos segundo os quais

[...] a avaliação tradicional, não satisfeita em criar fracasso, empobrece as aprendizagens e induz, nos professores, didáticas conservadoras e, nos estudantes, estratégias utilitaristas. [...] [O professor], outrora dispensador de aulas e lições, [...] se torna o criador de situações de aprendizagem “portadoras de sentido e de regulação”. (Perrenoud, 1999, p. 18).

A avaliação formativa pressupõe a inclusão; cabe, portanto, ao professor de administrar e gerenciar a heterogeneidade de suas classes. O único e principal objetivo da avaliação formativa é o de ajudar o ESTUDANTE a aprender e a progredir rumo aos objetivos propostos. Situações de aprendizagem são também situações de avaliação e de auto-avaliação. O modo como o estudante constrói e gerencia sua própria aprendizagem deve ser objeto de observação e apreciação por parte do professor, o que implica exercer a regulação do trabalho do ESTUDANTE e prover apoio no contexto da atividade em curso, encaminhar o ESTUDANTE a outro grupo de trabalho e atividades de outro tipo, sempre que for necessário, e monitorar os percursos individuais de formação.

Assim, serão oferecidas oportunidades avaliativas contínua e permanentemente, através de instrumentos diversos (exercícios, seminários, relatórios, produções individuais, provas, simulados,

outros), bem como atividades de recuperação das aprendizagens, atendendo à instrução normativa da SEE que prevê a realização de atividades que compõem a nota 1 e uma atividade avaliativa que compõe a Nota 2. Essas duas notas comporão a média do bimestre.

Os resultados das aprendizagens serão acompanhados durante o processo pelos educadores junto aos estudantes e nos Conselhos de Classe que se realizam quatro vezes durante o ano com características distintas: o primeiro, com caráter diagnóstico; o segundo, de acompanhamento; o terceiro, de avaliação do primeiro semestre e de encaminhamento para o segundo; o quarto e último, de avaliação final do ano letivo. À coordenação pedagógica cabe avaliar junto ao corpo docente o aproveitamento dos jovens, oferecendo o apoio pedagógico, o psicológico e o social, informando às famílias os resultados, para que sejam garantidos o monitoramento e a intervenção de tais instâncias no processo de ensino/aprendizagem.

Ao final de cada semestre são emitidos boletins que descrevem o processo de aquisição das aprendizagens articulado aos conteúdos trabalhados, através do registro de notas, bem como a frequência dos estudantes. A classificação se dará ao final do segundo semestre por progressão plena ou parcial; progressão plena, quando o estudante apresentar êxito no processo de aquisição das aprendizagens exigidas pela série em curso e apresentar 75% de frequência anual; e parcial, quando não conseguir o índice de aproveitamento esperado pelo Centro para a série em até duas disciplinas curriculares.

## **6. CRONOGRAMA, CALENDÁRIOS E HORÁRIOS**

Diversas atividades devem ser desenvolvidas durante o ano letivo, previamente planejadas de acordo com o calendário escolar, sejam internas ou externas, com o objetivo de inovar a prática pedagógica, incentivar a pesquisa e o gosto pela investigação, pela leitura, reconhecer as tradições folclóricas e culturais como riqueza e patrimônio de um povo, das quais destacamos:

- excursões pedagógicas; vivência de datas comemorativas (Carnaval, São João, Natal outras); culminância das atividades vivenciadas em cada semestre; feira de livros; amostra cultural, artística e científica; Feira de Ciências.
- participação em eventos como Ciência Jovem e SBPC Jovem; palestras em Universidades e outros órgãos.

Além disso, deverão ser promovidos momentos de enriquecimento cultural e de formação humana pela Escola, nos momentos destinados à vivência do protagonismo juvenil, principalmente no que se refere à orientação profissional. Vale salientar que há uma previsão no calendário escolar para a realização de tais eventos, no entanto, as datas são passíveis de alterações.

A Escola funciona em horário integral no período de 7h30min às 17h, com intervalos com duração de 20min para os lanches no período da manhã e no período da tarde, além do intervalo para o almoço de 1h20min, considerando que todos os estudantes realizam suas refeições no espaço do refeitório da própria Escola.

O calendário é elaborado todos os anos juntamente com o corpo docente, considerando o planejamento das disciplinas, a proposta pedagógica da escola, a agenda dos eventos científicos e culturais da região, os eventos promovidos pela SEE e pelo Programa Integral, bem como pelo calendário oficial da Rede.

## **7. CRITÉRIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES**

O ingresso de estudantes na Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano obedece ao artigo 206, da Constituição Federal, que garante o princípio da universalidade e igualdade para acesso e permanência a todos. No entanto, de acordo com a lei nº. 8069/90 no artigo 53, inciso V (Estatuto da Criança e Adolescente), destaca-se que o acesso à Escola pública e gratuita deve ser garantido pela proximidade à residência dos estudantes.

A matrícula está condicionada a:

I. Ter concluído o Ensino Fundamental;

II. Ter sido promovido para série subsequente;

III. Aceitação e disponibilidade de horário integral, expresso pelo ESTUDANTE de maior ou pelo seu responsável quando de menor. Ela é efetuada na Secretaria da Escola, nos períodos e horários estabelecidos pela SEE e divulgados através do Diário Oficial do Estado, e será efetivada conforme o número de vagas estabelecido e em atendimento à listagem enviada pela GRE/Programa Integral. Os documentos necessários para matrícula são:

I. Certidão de nascimento;

II. Histórico escolar;

III. Comprovação de residência;

IV. Requerimento de matrícula assinado pelos pais ou responsável.

A transferência do ESTUDANTE poderá ocorrer durante todo o ano letivo, mediante solicitação dos pais ou responsável pelo ESTUDANTE. A frequência mínima exigida para efeito de aprovação do educando é de, no mínimo, 75% do total de horas letivas conforme estabelece a legislação vigente. A verificação de frequência não é feita por disciplina ou conteúdo, mas sobre o total das aulas na série, ficando o controle a cargo da Escola. Não há recuperação para a insuficiência de frequência, de acordo com o estabelecido pela Instrução 01/97 do CEE/PE.

A classificação do ESTUDANTE do Ensino Médio ocorre por progressão plena e por progressão parcial. Classifica-se por progressão plena o ESTUDANTE que conclui com êxito a série cursada, constrói ao final do ano letivo ou após o período de recuperação, as competências exigidas para série em curso, e apresenta frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas anuais.

O ESTUDANTE progride à série seguinte na forma de progressão parcial, quando não consegue ao final do ano letivo e após a recuperação, construir as competências exigidas para série, em até dois componentes curriculares, cursados durante o ano letivo. Para a progressão parcial são observadas as seguintes normas:

I. Os estudantes em Progressão Parcial de determinada disciplina deverão cursar esta disciplina da série subsequente, ao tempo em que serão submetidos a novas oportunidades de ensino, a fim de realizarem a aprendizagem requerida para a série anterior;

II. A Escola deverá organizar obrigatoriamente oportunidades de ensino, no mínimo, 03 (três), que poderão ser oferecidas por professor da série em curso pelo estudante, da série em que o estudante está em progressão parcial, ou por diferentes formatos de Pedagogia Compartilhada;

III. A Escola deve organizar as oportunidades de ensino, observar os desempenhos dos estudantes em Progressão Parcial para registrar nas fichas de acompanhamento e registro de aprendizagem do Diário de Classe.

A Escola deverá informar ao estudante com antecedência os assuntos que constarão no teste a ser aplicado, bem como a data de realização do exame. Um ESTUDANTE em progressão parcial têm seus estudos em aprovação validados, mediante construção das competências que não foram construídas na série anterior. Pode ser reclassificado no Ensino Médio o ESTUDANTE que, no início do ano letivo, apresentar nível de aproveitamento equivalente ou superior ao exigido para conclusão da série em curso, comprovada através de exame especial realizado pela Escola, sempre levando em consideração a correlação idade-série.

Os registros dos resultados das aprendizagens ocorrem nos diários de classe e são divulgados para a família e estudantes através de boletins, consubstanciados pelas notas obtidas ao longo das atividades desenvolvidas em cada bimestre/unidade.

## **8. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS**

A Escola contará com o instrumento de registro e escrituração, no que se refere à documentação escolar, aos assentamentos individuais dos estudantes, professores, funcionários e ocorrências que requerem registros.

Os Documentos Escolares necessários ao registro e escrituração são:

- I. Ficha de matrícula;
- II. Ficha individual do ESTUDANTE;
- III. Histórico escolar;
- IV. Diário de classe;
- V. Atas de registro de resultados finais;

A escrituração e o arquivamento dos documentos têm por objetivo assegurar, em qualquer época, a verificação da identidade do estudante; regularidade dos estudos do estudante; autenticidade da sua vida escolar.

A escrituração escolar da classificação e reclassificação do estudante far-se-á através dos seguintes documentos:

- I. do livro de ata, para homologação de resultados do ESTUDANTE, obtido no exame especial;
- II. da ficha individual do ESTUDANTE;
- III. da ata especial de resultados finais.

A realização da banca examinadora especial, bem como, os resultados dos exames obtidos pelo estudante deverão ser registrados no livro de ata. A ata da banca examinadora especial a que se refere o artigo anterior, deverá ser lavrada pelo secretário da Escola, assinada pelo Gestor, pelos professores integrantes da banca examinadora especial, pelo estudante quando maior, ou por responsável quando menor.

Os resultados dos exames obtidos pelo estudante deverão ser registrados no espaço destinado à observação na ficha individual do estudante. A secretaria da Escola expedirá uma ata especial dos resultados finais referentes ao exame para fins de classificação e reclassificação dos estudantes.

A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano faz o registro da vida escolar dos estudantes através dos seguintes documentos, como: Diário de Classe; Ficha de Acompanhamento Individual; Histórico Escolar; Súmulas dos Conselhos de Classe.

Os seguintes documentos são expedidos pela Instituição por solicitação das famílias ou dos estudantes:

- I. Histórico Escolar;
- II. Declaração de Conclusão de Série ou curso;
- III. Declaração de matrícula na série e curso oferecido;
- IV. Certificado de conclusão.

O Certificado de Conclusão trará em seu verso, a estrutura de organização curricular, com cargas horárias correspondentes e os resultados das avaliações das aprendizagens, através das médias das atividades bimestrais.

## **9. PESSOAL DOCENTE E APOIO TÉCNICO**

GESTORA: Valmira Maria

Apoio da Gestão: Danielle e Mérita

SECRETÁRIO: Reginaldo Clécio.

EDUCADORA DE APOIO: Emília Tereza

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: Alcioneide Oliveira.

BIBLIOTECA: Socorro Lopes e Graça Bentzen.

COORDENADOR DO CENTRO DE INFOMÁTICA: Amílcar Lins.

COORDENADOR DO MUSEU: Severino Silva.

**CORPO DOCENTE: 29 PROFESSORES, DISTRIBUÍDOS NAS SEGUINTE DISCIPLINAS:**

### **ÁREA DE LINGUAGENS E CÓDIGOS**

LÍNGUA PORTUGUESA – 5 professores (1 mestre e 4 especialistas)

LÍNGUA INGLESA – 2 professores especialistas

ESPAÑHOL – 2\* professores especialistas que também lecionam língua portuguesa

EDUCAÇÃO FÍSICA – 2 professores especialistas

ARTES – 1 professor especialista

### **ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS**

HISTÓRIA – 2 professores ( 1 contratado e 1 especialista)

GEOGRAFIA – 2 professores especialistas

SOCIOLOGIA – 1 professor especialista

FILOSOFIA – 1 professor especialista

### **ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA**

BIOLOGIA – 3 professores (1 mestre e 2 especialistas)

QUÍMICA – 3 professores (1 contratado e 2 especialistas)

FÍSICA – 3 professores ( 1 contratado e 2 especialistas)

MATEMÁTICA – 4 professores especialistas

**ANEXO 3 – Regimento da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano GP-Aurora**



***ESCOLA DE REFERÊNCIA EM  
ENSINO MÉDIO GINÁSIO  
PERNAMBUCANO***

**REGIMENTO SUBSTITUTIVO  
2016**

Rua da Aurora, 703 – Santo Amaro  
CEP: 50050-000  
Recife – Pernambuco  
Telefones: (05581) 3181-4776, (05581) 3181-4777/78.



**REGIMENTO SUBSTITUTIVO  
DA  
ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCANO**

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.** - O Regimento contempla a estruturação didático-pedagógica, organizacional, administrativa e de convivência social da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano (Aurora) e tem por objetivo normatizar todas as ações desenvolvidas no âmbito do Ensino Médio, tendo sido elaborado com a participação de pais, professores e da equipe gestora, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9394/96, Parecer CNE/CEB N° 15/98 , a Resolução CNE/CEB N° 03/98, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Magistério e do Funcionário Público. O presente Regimento, elaborado mediante a Legislação Vigente, contempla princípios educacionais, organização de ensino, gestão escolar e princípios de convivência social da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano.

**Parágrafo Único.** O documento de que trata o *caput* define, em consonância com a Proposta Pedagógica, os princípios e diretrizes da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano, as orientações relativas à Educação Básica em nível de Ensino Médio, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB N° 9394/96 e Parecer CNE/CEB N° 15/98 , a Resolução CNE/CEB N° 03/98, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Magistério e do Funcionário Público.

**TÍTULO II  
DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO  
CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANTENEDOR**

**Art. 2** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano é pública, gratuita e de natureza propositiva, destinada à Educação Básica em nível de Ensino Médio. A Escola funciona em regime integral, das 7h30min às 17h, atendendo a estudantes de ambos os sexos. Está localizada na rua da Aurora, 703, Bairro de Santo Amaro, em Recife, com o telefone (81) 3181-4776, (81) 3181-4777, (81) 3181-4778.

**Parágrafo Único.** A referida Escola, criada pelo Decreto n° 25.596, de 01/07/2003, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/07/2003, possui cadastro escolar n° E-000.140, inscrita no CNPJ N° 10.572.071/0035-61, registro no MEC de n° 26172712.

**CAPÍTULO II  
DAS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO**

**Art. 3** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano oferece Educação Básica em nível de Ensino Médio destinada a desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, atendendo ao disposto do Art.22, da Seção I, do Capítulo II da Lei 9394/96.

**TÍTULO III  
DOS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA  
CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS**

**Art. 4** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano tem sua prática inspirada nos seguintes princípios filosóficos fundamentados na Lei n 9394/96 LDB e na Lei Complementar 125/2008:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a cultura, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. Valorização do profissional da educação;
- VI. Gestão democrática e colegiada na forma da Lei e da Legislação do Sistema de Ensino de Pernambuco;
- VII. Garantia de uma educação de qualidade;
- VIII. Gratuidade do ensino, com isenção de taxas e contribuições de toda e qualquer natureza;
- IX. Atualização permanente dos currículos;
- X. Autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

## ***CAPÍTULO II***

### ***DOS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS***

**Art. 5** - As práticas pedagógicas da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano são norteadas pelos seguintes princípios pedagógicos:

- I. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- II. Consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- III. Aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. Preparação básica para o trabalho e para a cidadania do educando;
- V. Compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, em todas as disciplinas.

**Art. 6** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano, respeitadas as normas comuns e a LDB 9394/96, tem a incumbência de:

- I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica, plano de ação e programas de ação;
- II. Assegurar o cumprimento da carga horária do Ensino Médio;
- III. Velar pelo cumprimento do programa de ação de cada docente;
- IV. Prover meios para melhorar o nível de desempenho do estudante no decorrer de cada semestre;
- V. Articular-se com vários segmentos da sociedade, criando processos de integração;
- VI. Informar aos pais e responsáveis pelos estudantes a Proposta Pedagógica da Escola.

## **TÍTULO IV**

### **DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

#### **CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA**

**Art. 7** – A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano adotará a concepção pedagógica da educação interdisciplinar e suas tecnologias, que estrutura ações sociais, educativas e tecnológicas voltadas para promover o desenvolvimento integral do educando, abrangendo os quatro pilares da Educação:

- I. o aprender a ser;
- II. o aprender a conviver;
- III. o aprender a conhecer;
- IV. o aprender a fazer.

#### **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

**Art. 8** – A Escola deve contemplar na sua organização curricular áreas de conhecimento da Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, contextualizada e interdisciplinar, com cargas horárias e estratégias diferenciadas de atendimento aos estudantes do Ensino Médio, conforme art. 26 e 27 da LDB 9394/96, os

PCN, Parecer CNE – CEB nº 15/98 e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, conforme Matriz Curricular anexa à Proposta Pedagógica e a este documento.

### **CAPÍTULO III DOS PROGRAMAS**

**Art. 9** – Compete ao corpo docente elaborar programas que envolvam a abordagem de conceitos, fatos e princípios que levem o educando à construção ativa de suas capacidades cognitivas e intelectuais para operar com símbolos, signos, idéias e imagens, possibilitando representar a realidade e transformá-la, tomando como base as orientações contidas nas DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) e nos PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio), vivenciados de acordo com a realidade da Escola, adequando-se à sua região.

**Parágrafo único.** Os Programas das diversas disciplinas podem sofrer alterações conforme as conveniências didático-pedagógicas e as peculiaridades de cada uma, sempre atendendo a legislação em vigor.

### **CAPÍTULO IV DO PERÍODO LETIVO**

**Art. 10** - O período letivo do Ensino Médio terá a duração de 200 dias letivos e uma carga horária de 800 h/a, por série, de acordo com a Matriz Curricular específica anexa a este regimento.

**Art. 11** - O Calendário Escolar, elaborado em consonância com as normas da Secretaria de Educação do Estado e o Programa de Educação Integral, anualmente, constituir-se-á do Cronograma de todas as atividades que se desenvolverão na Escola durante o ano letivo.

**Parágrafo único.** O calendário será elaborado pelo Gestor junto ao Corpo Docente da Escola, atendendo aos seguintes requisitos:

- I. Período de organização das turmas, turnos e horários de funcionamento;
- II. Fixação de datas para planejamento geral da Escola com todos os professores;
- III. Determinação de datas referentes ao início e término do ano letivo;
- IV. Datas previstas para comemorações cívicas e culturais.

**Art. 12** - O período de férias para discentes e docentes será de trinta dias a serem gozados no mês de janeiro; no mês de julho, apenas recesso escolar para os estudantes.

### **CAPÍTULO V DA MATRÍCULA**

**Art. 13** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano assegura igualdade de oportunidades de acesso a todos os estudantes que procurarem a mesma, garantindo-lhes permanência com qualidade, no processo de escolaridade no Ensino Médio.

§ 1º. O processo de inscrição dar-se-á de acordo com instrução normativa referente à matrícula para as Escolas da Rede Pública Estadual.

§ 2º. O processo de matrícula ocorrerá na secretaria da Escola com assessoramento técnico administrativo da Gestora, quer seja matrícula inicial, renovada ou por transferência, conforme Instrução Normativa vigente.

**Art. 14** - A matrícula dos estudantes está condicionada à:

- I. Conclusão do Ensino Fundamental;
- II. Aceitação ou disponibilidade de horário integral, expresso pelo estudante maior de idade ou pelo responsável quando menor.

**Art. 15** - No ato da matrícula inicial ou por transferência, será solicitada a seguinte documentação:

- I. Certidão de nascimento (xerox);
- II. Histórico escolar e ou documento comprobatório de conclusão do Ensino Fundamental;
- III. Requerimento de matrícula preenchido (formulário disponibilizado pela escola);
- IV. Ficha de saúde preenchida (formulário disponibilizado pela escola);
- V. Questionário socioeconômico preenchido (formulário disponibilizado pela escola);
- VI. Comprovante de residência com o CEP;
- VII. 02 (duas) fotos 3 x 4.

**Art. 16** - A matrícula por transferência dos estudantes concluintes do Ensino Fundamental procedentes do estrangeiro será efetuada na 1ª série do Ensino Médio, de acordo com a Legislação específica vigente.

### **CAPÍTULO VI DA FREQUÊNCIA**

**Art. 17** - A apuração da assiduidade far-se-á do início ao final do período letivo, observando se o mínimo de 75% da carga horária vivenciada em cada série do Ensino Médio.

### **CAPÍTULO VII DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**Art. 18** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano adota a sistemática de avaliação da aprendizagem prevista, conforme determina a Instrução Normativa 04/2008.

**Art. 19**- O estudante será avaliado mediante instrumentos variados, tais como:

- I. Elaboração e desenvolvimento de Projetos;
- II. Conjunto de atividades planejado pelo professor da turma e realizado pelos estudantes durante o bimestre;
- III. Duas atividades planejadas pelo professor da turma e realizadas individualmente, ao longo do bimestre, pelos estudantes com foco nos conteúdos definidos para o bimestre;
- IV. Uma atividade planejada no horário da aula-atividade pelos professores da disciplina e série e realizada individualmente por todos os estudantes da série por disciplina, contemplando os conteúdos mínimos definidos pela Secretaria de Educação.

### **CAPÍTULO VIII DO SISTEMA DE PROMOÇÃO DO ESTUDANTE**

**Art. 20** – Será promovido na série o estudante que:

- I. Obter frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação em cada série do Ensino Médio, conforme legislação vigente;
- II. Obter média 6,0 (seis) por componente curricular, a qual será calculada pelo processo de média aritmética das notas atribuídas pelo professor ao estudante, em cada unidade didática bimestral

**Parágrafo único:** Os procedimentos pedagógicos referentes à avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos (as) estudantes, a serem adotadas são:

- a) os desempenhos que o (a) estudante deverá desenvolver na (s) série (s), ano (s) do Ensino Médio serão prescritos pela Escola por unidades didáticas bimestrais;
- b) a Escola deverá, na construção das aprendizagens, considerar as orientações curriculares estabelecidas pela Secretaria de Educação e previstas na Proposta Pedagógica;
- c) os critérios avaliativos devem ser estabelecidos a partir dos conteúdos definidos pela Secretaria de Educação e vivenciados em situações didáticas planejadas pelos professores.

### **CAPÍTULO IX DA CLASSIFICAÇÃO**

**ART.21** - A classificação do estudante do Ensino Médio Integral ocorre:

- I.- por progressão plena;
- II.- por progressão parcial;
- III.-por comprovação de competência em exame especial.

#### **SEÇÃO I DA CLASSIFICAÇÃO POR PROGRESSÃO PLENA**

**Art. 22** – O Sistema de Avaliação da Aprendizagem compreende a progressão plena do (a) estudante quando o mesmo (a) atingir, ao término do ano letivo ou após período de recuperação final, média igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares da série e frequência mínima de 75% do total das horas letivas.

#### **SEÇÃO II DA CLASSIFICAÇÃO POR PROGRESSÃO PARCIAL**

**Art. 23** – Do direito à progressão parcial:

- I - a progressão parcial do (a) estudante dar-se-á quando o (a) mesmo (a) após período de recuperação final, não obtiver êxito em até dois componentes curriculares da série cursada;

II – a progressão parcial será admitida no Ensino Médio da 1ª a 2ª série, e ou 3ª série do Ensino Médio.

§ 1º. Ao término do ano letivo, a escola deverá assegurar para o (a) estudante do Ensino Médio da 3ª série que não obtiver êxito em até 02 (dois) componentes curriculares, nova oportunidade de reensino e avaliação.

§ 2º. No regime de progressão parcial as novas oportunidades de ensino e aprendizagens deverão ser planejadas pelos (as) professores (as) divulgadas em tempo hábil e oferecidas obrigatoriamente pela Escola.

§ 3º. Poderá cursar a 1º série do Ensino Médio, apenas o (a) estudante aprovado em todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental.

§ 4º. O (a) estudante, em regime de progressão parcial, deverá obter em cada componente curricular a nota mínima 6,0 (seis) para aprovação.

§ 5º. Os estudantes com reprovação na última série do Ensino Médio, aprovados no vestibular, terão assegurada a avaliação especial realizada pela Escola.

**Art. 24 -** Das oportunidades de ensino:

- I. os estudantes em Progressão Parcial deverão cursar a (s) disciplina (s) na série subsequente, ao tempo em que serão submetidos a novas oportunidades de ensino, a fim de realizarem a aprendizagem requerida para a série anterior;
- II. a Escola deverá organizar obrigatoriamente, no mínimo, 03 (três) oportunidades de reensino e verificação da aprendizagem no ano letivo subsequente, que poderão ser oferecidas por professor da série em curso ou por diferentes formatos de Pedagogia Compartilhada;
- III. a Escola deve organizar as oportunidades de ensino, observar os desempenhos dos estudantes em Progressão Parcial para registrar nas fichas de acompanhamento e registro de aprendizagem do Diário de Classe;
- IV. as aulas ministradas ao estudante em Progressão Parcial serão registradas, para fins de comprovação da oferta de oportunidades de ensino.

### **Seção III**

#### **DA CLASSIFICAÇÃO POR COMPROVAÇÃO DE COMPETÊNCIA EM EXAME ESPECIAL**

**Art. 25 –** Será classificado na série, o estudante que impossibilitado de comprovar documentação de sua escolaridade, apresentar resultados satisfatórios obtidos em exame especial realizado na Escola.

§ 1º. O exame a que se refere o item anterior deverá ser realizado até 02 (dois) meses após o início do período letivo, através de banca examinadora especial, instituída pela Escola para elaboração, aplicação e correção das provas sobre os conteúdos dos programas de ensino correspondentes às disciplinas da série que o estudante requer a matrícula.

§ 2º. Os resultados obtidos pelo estudante no exame especial a que se refere o item I deverão corresponder aos índices de aproveitamento definidos pela Instrução Normativa nº 04/08 vigente.

§ 3º. A Escola deverá informar ao estudante, como no mínimo trinta dias de antecedência, os conteúdos de ensino que serão examinados, bem como a data de realização do exame especial.

#### **CAPÍTULO X DA RECLASSIFICAÇÃO**

**Art. 26 -** A reclassificação ocorrerá no Ensino Médio, até 02 (dois) meses do início do ano letivo, quando:

- I – o (a) estudante apresentar, no início do ano letivo, nível de aproveitamento equivalente ou superior ao exigido para conclusão da série, através de exame especial realizado pela Escola;
- II – o (a) estudante desistente cumprir mais de 50% do programa de ensino da última série cursado, obtiver índice de aproveitamento, definido pela escola, em todas as disciplinas e comprovar 75% da frequência mínima das horas letivas ministradas até a data da desistência;
- III – o (a) estudante apresentar interrupção do fluxo escolar em período igual ou superior a um ano;
- IV – o (a) estudante reprovado (a) por frequência obtiver índice de aproveitamento satisfatório, conforme definido neste Regimento, em todos os componentes da série cursada.

**Parágrafo único.** A reclassificação do estudante a que se refere o *caput* ficará condicionada à realização de exame, através de banca examinadora especial, instituída pela escola, composta de professores das disciplinas que serão examinadas e à comprovação de resultados satisfatórios em todas as disciplinas

curriculares, revelando competências para a conclusão da série em curso ou anteriores a que o estudante requerer sua matrícula, devendo ser observada a correlação idade-série.

## **CAPÍTULO XI DAS FORMAS DE REGISTRO DOS RESULTADOS DA APRENDIZAGEM**

### **Seção I**

#### **Da Escrituração Escolar Regular**

**Art. 27** – A Escola procede à escrituração da vida escolar do estudante através dos seguintes documentos:

- I. Ficha de matrícula;
- II. Ficha individual do estudante;
- III. Histórico escolar;
- IV. Diário de classe;
- V. Atas de registro de resultados finais.

**Art. 28** – A escrituração e o arquivamento dos documentos têm por objetivo assegurar, em qualquer época a verificação da:

- I. Identidade do estudante;
- II. Regularidade dos estudos do estudante;
- III. Autenticidade da sua vida escolar.

### **SEÇÃO II DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR PARA CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO**

**Art. 29** – A Escrituração escolar da classificação ou reclassificação do estudante far-se-á através dos seguintes documentos:

- I – ficha individual do estudante;
- II – ata especial de resultados finais.

§ 1º. A realização da banca examinadora especial e os resultados do exame obtidos pelo estudante deverão ser registrados no Livro de Atas.

§ 2º. A ata da banca examinadora especial a que se refere o item anterior, deverá ser lavrada pelo Secretário da escola, assinada pelo Diretor, pelos professores integrantes da banca examinadora especial, pelo estudante quando maior ou por responsável quando menor e homologada pelo Conselho de Professores.

§ 3º. Os resultados do exame obtidos pelos estudantes deverão ser registrados no espaço destinado à observação na Ficha Individual dos estudantes.

§ 4º. A Secretaria da escola deverá expedir uma Ata Especial dos Resultados Finais referentes aos exames para fins de classificação e reclassificação de estudantes.

## **CAPÍTULO XII DAS FORMAS DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE VIDA ESCOLAR**

**Art. 30** - A Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano expedirá o Certificado de Conclusão do Ensino Médio, de acordo com a sua organização curricular e sua proposta pedagógica, através de expedição de resultados oficiais de documentos como:

- I. Histórico escolar;
- II. Declaração de conclusão da série ou curso;
- III. Declaração de matrícula na série e curso oferecido;
- IV. Boletins e certificados, de modo a garantir a regularidade e autenticidade da vida escolar do estudante conforme preceitua a legislação.

**Art. 31** – A Escola concederá transferência do estudante durante todo o ano letivo.

## **CAPÍTULO XIII DOS SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO**

**Art. 32** – A Escola funciona com os seguintes serviços de apoio pedagógico: I. Biblioteca;

- II. Laboratórios de Química, Física, Biologia e Matemática, Línguas e Informática;
- III. Museu de História e Ciência Natural;
- IV. Salas Temáticas.

### **SEÇÃO I DA BIBLIOTECA**

**Art. 33** – A Biblioteca Olívio Montenegro funciona em sala própria, com instalações, acervo, horário e condições para o bom atendimento do estudante da Escola e para a comunidade.

**Art. 34** – O serviço da Biblioteca é de responsabilidade de um funcionário qualificado a quem compete a organização, o controle e a conservação dos livros e publicações de interesse escolar.

**Art. 35** – A Biblioteca tem como objetivos:

- I. Proporcionar um ambiente favorável à formação do hábito da leitura;
- II. Servir como instrumento de informação e de difusão cultural do meio escolar e da comunidade;
- III. Desenvolver nos leitores o senso de responsabilidade na atualização do material bibliográfico;
- IV. Estimular o interesse pela leitura, objetivando uma melhoria do nível intelectual, através da aquisição de novos conhecimentos;
- V. Possibilitar a ordenação do raciocínio do estudante, através da leitura diversificada e paralela ao livro didático.

**Art. 36** – São atribuições do coordenador da Biblioteca:

- I. Ensinar os usuários a servirem-se da biblioteca, encaminhando-os a localizar os livros por eles solicitados ou que atendam aos assuntos de seus interesses;
- II. Receber, conferir e selecionar o material bibliográfico doado, permutado ou adquirido;
- III. Registrar o acervo, pela ordem de entrada, no livro de tombamento;
- IV. Catalogar todo o material existente;
- V. dar baixa nas publicações, através do livro de tomo;
- VI. Organizar coleções bibliográficas e catálogos para a adequação da seleção das publicações a serem adquiridas;
- VII. Solicitar publicações às entidades responsáveis pelas mesmas;
- VIII. Manter atualizadas as coleções bibliográficas;
- IX. Agradecer as doações, através de ofícios ou cartões;
- X. Atender com presteza às solicitações do pessoal da Escola e da Comunidade;
- XI. Suprir a carência cultural da comunidade, estendendo o acesso aos seus membros;
- XII. Realizar a circulação e o empréstimo do material orientando os usuários a fim que não seja prejudicado o funcionamento da biblioteca;
- XIII. Incentivar no estudante a idéia de investigação e descoberta, direcionando o seu trabalho;
- XIV. Despertar no leitor o senso de responsabilidade em relação ao material que retira da biblioteca;
- XV. Dispor os livros nas estantes, de modo a despertar o interesse dos estudantes e outros usuários para a leitura dos mesmos;
- XVI. Providenciar para que o material bibliográfico danificado seja recuperado;
- XVII. Procurar sempre obter, com a ajuda da comunidade e através de fontes diversas, livros que possam atender ao interesse de sua clientela.

## **SEÇÃO II DOS LABORATÓRIOS**

**Art. 37** – Os laboratórios estão instalados em espaços distintos e adequados para o desenvolvimento de práticas junto aos estudantes nas áreas de Química, Física, Biologia, Matemática, Informática e Línguas, contando com profissionais (laboratoristas) qualificados para apoio às atividades.

**Art. 38** - Os laboratórios desenvolverão as seguintes atividades:

- I. Laboratório de Ciências: elaboração, aplicação e avaliação de experimentos diversos nas áreas de Biologia, Matemática, Química e Física, bem como de seus respectivos manuais e materiais didáticos;
- II. Laboratório de Línguas Estrangeiras: desenvolvimento de tecnologias e metodologias para o ensino e aprendizagem de idiomas;
- III. Laboratório de Informática: desenvolvimento de metodologia de ensino e aprendizagem para possibilitar o acesso à linguagem informatizada e aos múltiplos recursos que esta tecnologia específica oferece.

**Parágrafo único.** Os Laboratórios da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano são para uso prioritário da comunidade interna e deverão ser viabilizados enquanto potentes espaço pedagógico.

**Art. 39** – São atribuições do laboratorista:

- I. Ensinar os usuários a servirem-se do laboratório, atendendo às normas de segurança previstas;
- II. Receber, conferir e armazenar o material doado, permutado ou adquirido;
- III. Registrar o acervo de todo o material permanente;
- IV. Solicitar material quando necessário;
- V. Atender com presteza às solicitações do pessoal da Escola e da Comunidade;
- VI. Manter a limpeza e organização de todas as peças, equipamentos e material dos laboratórios.

### **Seção III Do Museu de História Natural**

**Art. 40** - O Museu de História Natural Louis Jacques Brunet da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano é um órgão que visa subsidiar a prática pedagógica docente e o fomento à pesquisa e investigação junto aos estudantes através do seu acervo museológico, sob o acompanhamento de um coordenador próprio.

**Art. 41** - O acervo do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet é composto pelas seguintes áreas:

- I. Arqueologia;
- II. Botânica;
- III. Zoologia;
- IV. Geologia.

**Art. 42** - O Museu de História Natural Louis Jacques Brunet também atenderá a população de outras entidades estudantis, de acordo com sua agenda de visitas.

**Art. 43** – São atribuições do coordenador do Museu:

- I. Elaborar exposições de cunho pedagógico para o uso do espaço como sala de aula;
- I. Ajudar os estudantes nas pesquisas pedagógicas referentes ao acervo do Museu;
- II. Participar das reuniões do Fórum de Museus de Pernambuco e Coordenação do Evento Circuito Cultural;
- III. Participar de exposições vinculadas às outras instituições do Brasil, visto que o Museu está cadastrado no Cadastro Nacional de Museus do DEM/IPHAN;
- IV. Participar das reuniões da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento organizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia;
- V. Manter a conservação das peças em bom estado;
- VI. Verificar as condições ambientais dos espaços;
- VII. Preparar grupo de estudantes voluntários (JAP – Jovens em Ação pelo Patrimônio), que ajudam na monitoria das visitas;
- VIII. Ministras palestras e cursos de Conservação e Preservação;
- IX. Articular parcerias externas como apoio para atividades do Museu.

### **SEÇÃO IV DAS SALAS TEMÁTICAS**

**Art. 44** – As salas de aula da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano configuram-se enquanto salas temáticas ambientadas, de acordo com as especificidades das áreas de conhecimento e devem ser utilizadas para proporcionar aos estudantes uma maior oferta em termos de recursos didáticos.

**Parágrafo único.** As salas temáticas são ambientadas com equipamentos eletrônicos e recursos audiovisuais que estarão sob a responsabilidade dos professores das respectivas disciplinas.

## **TÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA CONCEPÇÃO E FORMA DE GESTÃO**

**Art. 45** – A Escola tem uma Gestão co-responsável, colegiada, participativa, cooperativa e transparente, com procedimentos que garantem a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos

processos decisórios pedagógicos, contribuindo para a autonomia da Escola, assegurando o pluralismo de idéias, de concepções e práticas pedagógicas.

**Parágrafo único.** A gestão se pautará por ações focadas na plena efetivação de seu Plano de Ação, através da construção responsável, sistemática e democrática de sua missão institucional.

## **SEÇÃO I DA CONCEPÇÃO E DOS PRINCÍPIOS GESTIONÁRIOS**

**Art. 46** – A Escola define as normas de Gestão democrática de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração da Proposta Pedagógica da Escola e do Projeto Político Pedagógico;
- II – participação da comunidade escolar com outros órgãos colegiados.

## **SEÇÃO II DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO**

**Art. 47** – A administração da Escola tem sua legitimidade através da seleção realizada pela Secretaria de Educação e pelo Programa de Educação Integral, ato de nomeação pelo Governador do Estado.

## **CAPÍTULO II DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

**Art. 48**– A Escola dispõe dos seguintes órgãos colegiados:

- I. Conselho Escolar
- II. Conselho de Classe;
- III. Conselho de Pais e Mestres;
- IV. Conselho de Líderes.

## **SEÇÃO I DO CONSELHO ESCOLAR**

**Art. 49** – O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, constituído por representantes da comunidade escolar interna e externa, que tem como atribuições o acompanhamento da Proposta Pedagógica desenvolvida na escola e colaborar na assistência e formação do estudante por meio da aproximação entre pais, alunos e educadores, promovendo a integração entre o poder público/comunidade/escola/família, não sendo remunerados seus dirigentes e/ou conselheiros.

**Art. 50** - O Conselho Escolar será formado por:

- I. Diretoria  
Presidente;  
Vice-presidente;  
Secretário;  
Tesoureiro.
- II. Conselho Deliberativo  
Presidente;  
Secretário;  
Conselheiros.
- III. Conselho Fiscal  
Membros Efetivos;  
Membros Suplentes.

**Art.51** – A convocação para as reuniões ordinárias do Conselho Escolar será realizada bimestralmente, e marcada com antecedência a fim de assegurar o comparecimento de seus membros.

**Art.52** – O Conselho Escolar tem por finalidade efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, construindo-se como órgão auxiliar da direção do estabelecimento de ensino, buscando alternativas para efetivar projetos que visem garantir o cumprimento de sua função é a oferta de um ensino de qualidade.

&1º - O Conselho escolar deverá articular suas ações com os profissionais da educação preservando a especificidade de cada área de atuação de modo a:

- a) Apreciar, avaliar e solucionar problemas no âmbito escolar, bem como o Plano de Ação da Diretoria;
- b) Deliberar sobre a aplicação e movimentação de recursos, bem como aprovar a sua aplicação;
- c) Elaborar e executar a programação anual e o Plano de Aplicação de Recursos;
- d) Revisar os balancetes de receitas e despesas;
- e) Promover sindicância para apurar ocorrências de irregularidades no âmbito de sua competência;
- f) Investigar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem/avaliação e progressão;
- g) Promover reuniões com a comunidade escolar para troca de experiências, buscando soluções para melhoria da vida escolar do estudante;
- h) Determinar a perda de mandato dos membros.

&2º - A atuação do Conselho Escolar visará sempre o estudante, estando fundamentada nas finalidades da educação definidas neste regimento.

&3º - O Conselho Escolar terá regulamento próprio onde serão explicitados sua organização, funcionamento e atribuições dos seus membros.

**Art.53** – O Gestor(a) é o membro natural do Conselho Escolar.

## **SEÇÃO II DO CONSELHO DE CLASSE**

**Art. 54** - O Conselho de Classe é a instância colegiada representativa e privilegiada para a reflexão sobre o trabalho pedagógico e é responsável pelo acompanhamento e reflexão, intermediando a relação entre os sujeitos avaliados.

**Art. 55-** O Conselho de Classe é integrado pelos Professores, estudantes representantes das turmas, apoio psicopedagógico e presidido pela Coordenação Pedagógica.

**Art. 56** - O representante de turma apresentará a pauta encaminhada e deliberada dentre os seus pares em processo mediado pela Coordenação Pedagógica e seus apoios.

**Art. 57** - Para cada turma de estudantes, corresponderá a existência de Conselhos de Classe, de acordo com a periodicidade e natureza previstas.

**Art. 58** – As reuniões do Conselho de Classe, em número de quatro, ocorrerão ordinariamente de acordo com a agenda escolar divulgada no início do ano letivo e, extraordinariamente, sempre que convocada pela Coordenação Pedagógica ou pelos seus Conselheiros e serão da seguinte natureza:

- I. a primeira terá caráter diagnóstico e de planejamento, e deverá caracterizar e organizar as necessidades de aprendizagem e de ensino, bem como os procedimentos para as devidas intervenções;
- II. a segunda e a terceira terão caráter de acompanhamento e deverão reconhecer e situar os avanços e limites na aquisição das aprendizagens, identificando novas possibilidades de intervenção a serem assumidas pelos Conselheiros;
- III. a quarta, considerando os resultados apresentados pelos estudantes, definirá previamente as estratégias coletivas e individuais para o acompanhamento dos estudantes que tiveram progressão parcial.

## **SEÇÃO III DO CONSELHO DE PAIS E MESTRES**

**Art. 59** – O Conselho de Pais e Mestres é constituído por professores e pais de estudantes, sob a presidência de um representante dos pais.

**Art. 60** - As reuniões são na escola, bimestralmente, em horário previamente decidido pelos professores e pela Direção.

**Art. 61** - A convocação para reuniões é feita com antecedência, através de circular, constando os assuntos a serem tratados, data e hora.

**Art. 62** – O Conselho de Pais e Mestres pode ser convocada em qualquer época para fins especiais.

**Art. 63** - São objetivos do Conselho de Pais e Mestres:

- I. Promover maior entrosamento entre a Escola, a família e a comunidade;

- II. Incentivar os pais a colaborarem com os professores na ação educativa que visa à formação de seus filhos.

## **CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA**

**Art. 69** – A estrutura administrativo-pedagógica constitui-se de:

- I. Gestão;
- II. Secretaria;
- III. Equipe de apoio à prática educativa e administrativa;
- IV. Coordenação pedagógica;
- V. Professores.

### **SEÇÃO I DA GESTÃO**

**Art. 70** - A função do Gestor deve ser entendida como a coordenação e integração dos trabalhos realizados na escola e da execução das deliberações coletivas do Conselho de Gestão.

**Parágrafo único.** O cargo de Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano será exercido por profissional habilitado para a função, nomeado através de Ato do Governador do Estado de Pernambuco, na forma da legislação em vigor.

**Art. 72** - São atribuições do Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano:

- I. Participar da elaboração do Plano de Ação e acompanhar a sua execução e avaliação conjuntamente com a Coordenação Pedagógica;
- II. Participar da elaboração, acompanhar a execução e avaliação de todos os projetos da escola;
- III. Organizar com o Coordenador Pedagógico as reuniões pedagógicas;
- IV. Garantir a organização e atualização do acervo, recortes de leis, decretos, portarias, comunicados e outros, bem como a sua ampla divulgação à comunidade escolar;
- V. Diligenciar para que o prédio escolar e os bens patrimoniais da escola sejam mantidos e preservados:
  - a) coordenando e orientando todos os servidores da escola sobre o uso dos equipamentos e materiais de consumo;
  - b) coordenando e orientando a equipe escolar quanto à manutenção e conservação dos bens patrimoniais da escola, atualizando o seu inventário, anualmente ou quando solicitado pela Gerência do Programa e instâncias cabíveis da Secretaria de Educação;
  - c) adotando com o Conselho Gestor medidas que estimulem a comunidade a se coresponsabilizar pela preservação do prédio e dos equipamentos escolares, informando aos órgãos competentes as necessidades de reparos, reformas e ampliações;
  - VI. Coordenar e acompanhar as atividades administrativas, relativas a:
    - a) folhas de frequência;
    - b) fluxo de documentos da vida escolar;
    - c) fluxo de documentos da vida funcional;
    - d) fornecimento de dados, informações e outros indicadores aos órgãos centrais, respondendo por sua fidedignidade e atualização;
    - e) comunicação às autoridades competentes e ao Conselho de Escola dos casos de doença contagiosa e irregularidades graves ocorridas na escola;
  - VII. Garantir a circulação e o acesso de toda a informação de interesse da comunidade e ao conjunto de servidores e educandos da Escola;
  - VIII. Coordenar o processo de escolha e distribuição de classes, aulas e turnos;
  - IX. Organizar o horário de trabalho da Equipe Escolar, de acordo com as normas previstas neste Regimento e legislação pertinente, ouvidos os interessados;
  - X. Decidir, junto à Coordenação Pedagógica, sobre recursos interpostos pelos estudantes ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar, ouvido (s) o (s) professor (es) envolvido (s);
  - XI. Administrar e representar a Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano;
  - XII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e Regimento da Escola;
  - XIII. Zelar para que o grau de qualificação do corpo docente da Escola seja o mais elevado possível dentro de suas respectivas áreas de conhecimento;

- XIV. Supervisionar a observância do regimento escolar e a execução dos Programas de Ação, verificando a assiduidade dos docentes e pessoais técnico-administrativo lotados na Escola;
- XV. Aprovar as escalas de férias do pessoal docente e demais servidores e encaminhá-las à Gerência do Programa de Educação Integral;
- XVI. Apresentar mensalmente ao Departamento de Pessoal o boletim de frequência dos servidores lotados na Escola;
- XVII. Administrar a aplicação dos recursos orçamentários atribuídos à Escola, provenientes da Secretaria de Educação, através do Programa de Educação Integral;
- XVIII. Elaborar ao final do ano letivo, o Relatório de Atividades da Escola, encaminhando-o em seguida à aprovação do Conselho Gestor;
- XIX. Assinar e expedir certificados de Ensino Médio, expedidos pela Escola, na forma prevista na lei;
- XX. Instituir comissões para o estudo de questões ou execuções de tarefas específicas;
- XXI. Expedir circulares necessárias à execução das atividades que se desenvolvem no âmbito da sua competência;
- XXII. Delegar atribuições, quando julgar conveniente, à Coordenação Pedagógica, com vistas à maior eficiência dos serviços;
- XXIII. Prestar informações de interesse administrativo que forem solicitadas, dentro dos prazos fixados;
- XXIV. Desempenhar atribuições que sejam conferidas pelo Conselho Gestor e pelo Programa de Educação Integral.

**Art. 73** - A substituição do Gestor, nos seus eventuais impedimentos legais por período igual ou inferior a 30 (trinta) dias, será feita automaticamente por qualquer educador da escola, indicado pelo Secretário de Educação, desde que devidamente habilitado, na forma da legislação em vigor, ouvido o Programa de Educação Integral.

**Parágrafo único.** Nos impedimentos legais, por período superior a 30 (trinta) dias, o Conselho Gestor e o Programa de Educação Integral elegerão o Gestor Substituto, obedecidas às exigências legais.

## **SEÇÃO II DA SECRETARIA**

**Art. 74** – Os profissionais que atuam na Secretaria da Escola são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares e devem garantir o fluxo de documentos e informações facilitadores e necessários ao processo pedagógico e administrativo.

**Parágrafo único.** A função de Secretário da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano será exercido por profissional habilitado para a função, selecionado pelo Programa de Educação Integral e contará com apoio de assistente administrativo para desenvolvimento das atividades.

**Art. 75** - São atribuições do Secretário:

- I. Programar, com seus auxiliares, as atividades da Secretaria, responsabilizando-se pela sua execução;
- II. Coordenar, organizar e responder pelo expediente geral da Secretaria:
  - a) computando e classificando dados referentes à organização da escola;
  - b) apontando a frequência dos funcionários, dando-lhes ciência da mesma;
  - c) atendendo ao público, na área de sua competência;
  - d) comunicando à Equipe Técnico-pedagógica os casos de estudantes que necessitam regularizar sua vida escolar, seja quanto à falta de documentação, lacunas curriculares, necessidade de adaptação e outros aspectos pertinentes, observados os prazos estabelecidos pela legislação em vigor;
  - e) mantendo atualizados os registros de aproveitamento e frequência dos estudantes;
- III. Responder pela escrituração e documentação;
- IV. Organizar a divisão de tarefas, junto com os funcionários sob sua coordenação, e proceder a sua implementação;
- V. Fornecer, nas datas estabelecidas pelo cronograma anual da escola, dados e informações da organização da escola necessários à elaboração e revisão da Proposta Pedagógica;
- VI. Manter atualizado o registro da demanda escolar não atendida;
- VII. Proceder à organização e efetivação da matrícula.

**Art. 76** – São atribuições do Assistente Administrativo (secretaria):

- I. Executar as tarefas administrativas relativas à sua função, em especial:
- a) realizando os serviços gerais de digitação;
  - b) recebendo, classificando, expedindo, protocolando, distribuindo e arquivando documentos em geral;
  - c) preenchendo fichas e formulários que integram o prontuário dos estudantes e dos profissionais da escola;
  - d) atendendo ao público em geral, prestando informações e transmitindo avisos e recados;
  - e) mantendo atualizado o registro da demanda escolar não atendida;
- II. Executar demais atribuições que lhes forem delegadas pelo Gestor ou pelo Coordenador, respeitada a legislação vigente.

### **SEÇÃO III DA EQUIPE DE APOIO À PRÁTICA EDUCATIVA**

**Art. 77** - As atividades da Equipe de Apoio à Prática Educativa se constituem no suporte necessário ao processo educativo.

**Art. 78** - A Equipe de Apoio à Prática Educativa compõe-se dos seguintes profissionais: Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro, Chefe do Núcleo Sociopedagógico, Assistente de Pátio, e Auxiliares de Serviços Gerais (Vigilantes e Serventes de Limpeza).

§ 1º - Os profissionais da Equipe de Apoio à Prática Educativa participarão das Reuniões Pedagógicas, sempre que se fizer necessário.

§ 2º - Aos profissionais da Equipe de Apoio à Prática Educativa serão assegurados cursos e outras modalidades de formação.

**Art. 79** - São atribuições do Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro:

- I. Realizar levantamento das necessidades físicas e materiais da escola;
- II. Realizar comprar e serviços, bem como elaborar e apresentar a prestação de contas ao Programa de Educação Integral;
- III. Executar atividades, após discussão e aprovação pelo Conselho Gestor e definidas na Proposta Pedagógica.

**Parágrafo Único.** Ao Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro cabe coordenar, administrar os recursos provenientes da Secretaria de Educação junto às instituições bancárias.

### **SEÇÃO II DA SECRETARIA**

**Art. 74** – Os profissionais que atuam na Secretaria da Escola são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares e devem garantir o fluxo de documentos e informações facilitadores e necessários ao processo pedagógico e administrativo.

**Parágrafo único.** A função de Secretário da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano será exercido por profissional habilitado para a função, selecionado pelo Programa de Educação Integral e contará com apoio de assistente administrativo para desenvolvimento das atividades.

**Art. 75** - São atribuições do Secretário:

- I. Programar, com seus auxiliares, as atividades da Secretaria, responsabilizando-se pela sua execução;
- II. Coordenar, organizar e responder pelo expediente geral da Secretaria:
  - a) computando e classificando dados referentes à organização da escola;
  - b) apontando a frequência dos funcionários, dando-lhes ciência da mesma;
  - c) atendendo ao público, na área de sua competência;
  - d) comunicando à Equipe Técnico-pedagógica os casos de estudantes que necessitam regularizar sua vida escolar, seja quanto à falta de documentação, lacunas curriculares, necessidade de adaptação e outros aspectos pertinentes, observados os prazos estabelecidos pela legislação em vigor;
  - e) mantendo atualizados os registros de aproveitamento e frequência dos estudantes;
- III. Responder pela escrituração e documentação;
- IV. Organizar a divisão de tarefas, junto com os funcionários sob sua coordenação, e proceder a sua implementação;
- V. Fornecer, nas datas estabelecidas pelo cronograma anual da escola, dados e informações da organização da escola necessários à elaboração e revisão da Proposta Pedagógica;

- VI. Manter atualizado o registro da demanda escolar não atendida;
- VII. Proceder à organização e efetivação da matrícula.

**Art. 76** – São atribuições do Assistente Administrativo (secretaria):

I. Executar as tarefas administrativas relativas à sua função, em especial:

- a) realizando os serviços gerais de digitação;
- b) recebendo, classificando, expedindo, protocolando, distribuindo e arquivando documentos em geral;
- c) preenchendo fichas e formulários que integram o prontuário dos estudantes e dos profissionais da escola;
- d) atendendo ao público em geral, prestando informações e transmitindo avisos e recados;
- e) mantendo atualizado o registro da demanda escolar não atendida;

II. Executar demais atribuições que lhes forem delegadas pelo Gestor ou pelo Coordenador, respeitada a legislação vigente.

### SEÇÃO III DA EQUIPE DE APOIO À PRÁTICA EDUCATIVA

**Art. 77** - As atividades da Equipe de Apoio à Prática Educativa se constituem no suporte necessário ao processo educativo.

**Art. 78** - A Equipe de Apoio à Prática Educativa compõe-se dos seguintes profissionais: Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro, Chefe do Núcleo Sociopedagógico, Assistente de Pátio, e Auxiliares de Serviços Gerais (Vigilantes e Serventes de Limpeza).

§ 1º - Os profissionais da Equipe de Apoio à Prática Educativa participarão das Reuniões Pedagógicas, sempre que se fizer necessário.

§ 2º - Aos profissionais da Equipe de Apoio à Prática Educativa serão assegurados cursos e outras modalidades de formação.

**Art. 79** - São atribuições do Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro:

- I. Realizar levantamento das necessidades físicas e materiais da escola;
- II. Realizar comprar e serviços, bem como elaborar e apresentar a prestação de contas ao Programa de Educação Integral;
- III. Executar atividades, após discussão e aprovação pelo Conselho Gestor e definidas na Proposta Pedagógica.

**Parágrafo Único.** Ao Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro cabe coordenar, administrar os recursos provenientes da Secretaria de Educação junto às instituições bancárias.

### SEÇÃO IV DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Art. 84** - A Coordenação Pedagógica é uma instância integradora e articuladora das ações pedagógicas e didáticas na escola, sendo um agente de reflexão e intervenção no processo de ensino-aprendizagem de acordo com as diretrizes do Plano de Ação e Proposta Pedagógica da Escola.

§ 1º. A Coordenação Pedagógica é exercida por professor selecionado pelo processo instituído pelo Programa de Educação Integral para a função de Educador de Apoio com assessoria de psicólogo escolar e assistente social.

§ 2º. A assessoria psicológica e social destina-se a assistir o educando, individualmente ou em grupo, visando ao desenvolvimento integral do mesmo desenvolvida em colaboração com os professores, familiares / responsáveis, pela ordenação e integração dos elementos que exercem influência na formação do educando em seu processo de ensino-aprendizagem.

**Art. 85** - São atribuições do Educador de Apoio:

- I. Participar da construção, implementação e avaliação da Proposta Pedagógica da Escola;
- II. Coordenar, sistematizar e acompanhar o cumprimento, avaliação e atualização dos instrumentos normativos de planejamento gerencial e pedagógico da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano;
- III. Acompanhar, avaliar e orientar a prática docente;
- IV. Contribuir com a ação docente, em relação aos processos de ensino-aprendizagem, propondo subsídios pedagógicos, com vistas à melhoria das aprendizagens dos professores e estudantes;
- V. Propor, acompanhar e avaliar estratégias internas e externas de intercâmbio de experiências e interdisciplinaridade;

- VI. Identificar as demandas e promover a formação continuada dos docentes nas áreas do currículo escolar;
- VII. Subsidiar, continuamente, a direção da escola em relação à efetivação do currículo escolar e das aprendizagens dos estudantes;
- VIII. Estimular a implantação de programas que visem ao desenvolvimento do protagonismo juvenil;
- IX. Acompanhar, avaliar e propor estratégias de melhoria da utilização e funcionamento da biblioteca e dos laboratórios;
- X. Promover a integração da família com a Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano;
- XI. Subsidiar as famílias/responsáveis pelos estudantes, em relação ao desempenho escolar.

**Art. 86** - Compete ao (a) Psicólogo Escolar:

- I. Elaborar o planejamento de atividades do Serviço, de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola;
- II. Acompanhar o desempenho e o comportamento escolar do educando;
- III. Participar e acompanhar o processo de avaliação do educando junto ao corpo docente;
- IV. Participação dos Conselhos de Classe e encaminhamentos junto aos estudantes e às famílias em relação ao desempenho do estudante;
- V. Assessorar a Coordenação Pedagógica na realização das atividades de formação ao educando, participando das reuniões pedagógicas;
- VI. Orientar e assistir o educando no encaminhamento de sua opção profissional, auxiliando-o em sua tomada de decisão;
- VII. Participar de reuniões da Gestão, da Coordenação Pedagógica e do Corpo Docente para avaliação e planejamento do trabalho a ser executado.

## **SEÇÃO V DOS PROFESSORES**

**Art. 88** - A docência será exercida por professores do quadro da Secretaria de Educação, devidamente habilitados e selecionados, a partir de processo definido e executado pelo Programa de Educação Integral.

**Art. 89** - São atribuições do docente:

- I. Participar do processo de elaboração do Plano de Ação, da Proposta Pedagógica, dos Programas das Disciplinas e do calendário escolar;
- II. Planejar, executar, avaliar e registrar os objetivos e as atividades do processo educativo, numa perspectiva coletiva e integradora;
- III. Planejar e executar estudos contínuos e estratégias teórico-metodológicas, de tal forma que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem e maior tempo de reflexão aos estudantes;
- IV. Discutir com os estudantes e com os pais ou responsáveis avanços e dificuldades apresentadas no processo de aprendizagem;
- V. Identificar, em conjunto com a Coordenação Pedagógica, as situações de necessidades de atendimento diferenciado para o devido encaminhamento dos estudantes;
- VI. Manter atualizados os Diários de Classe e registrar continuamente as ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;
- VII. Participar das reuniões de Conselho de Classe;
- VIII. Encaminhar à Coordenação da Escola planilha com as médias bimestrais, bem como os dados de apuração de assiduidade referentes aos estudantes de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar;
- IX. Comunicar à Gestão da Escola e/ou à Coordenação Pedagógica os casos de suspeita ou constatação de doenças infecto-contagiosas;
- X. Participar da organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação das reuniões pedagógicas;
- XI. Propor, discutir, apreciar e coordenar projetos para sua ação pedagógica;
- XII. Elaborar material de apoio didático, provas, simulados e outros;
- XIII. Sugerir títulos de livros para acervo da biblioteca;
- XIV. Buscar, numa perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento podendo propor e/ou coordenar ações e grupos de formação.

**Art. 90** - Cabe aos Professores Orientadores de Laboratório participar da elaboração do material didático específico para a execução das práticas, bem como organizar e zelar pelo bom funcionamento das ações pré-estabelecidas junto ao Laboratorista.

**Art. 91** - São deveres dos professores:

- I. Elaborar seu planejamento didático dentro das premissas do Plano de Ação da Escola em consonância com o seu Programa de Ação;
- II. Realizar sua tarefa educativa de forma prática, criativa, estimulante e dinâmica;
- III. Utilizar métodos e técnicas eficientes e diversificados de acordo com o grau de ensino e orientação didático-pedagógica adotada pela Escola;
- IV. Requisitar o material e o espaço didático necessários às suas atividades, previamente planejadas e considerando as possibilidades e limites de atuação da Escola;
- V. Ser assíduo e pontual às aulas e demais atividades educativas e institucionais para as quais for designado;
- VI. Cumprir integralmente os programas e cargas horárias das disciplinas ou práticas sob sua responsabilidade;
- VII. Avaliar o rendimento escolar dos estudantes, apresentando os resultados nos prazos fixados;
- VIII. Participar dos Conselhos de Classe, reuniões de pais e mestres e demais atividades programadas pela Escola;
- IX. Tratar com urbanidade os demais professores, bem como todos os servidores, estudantes e eventuais visitantes da Escola;
- X. Respeitar e acatar as instruções da Coordenação Pedagógica e da Gestão;
- XI. Cumprir e fazer cumprir as determinações deste Regimento.

**Art. 92** - É vedado aos professores:

- I. Utilizar-se do cargo ou função exercida para difundir ideologia político-partidária, bem como fazer propaganda ou proselitismo político-partidário, no recinto da Escola;
- II. Contrariar normas constantes do código de ética profissional;
- III. Usar de meios imperiosos ou violentos no desempenho de suas atividades funcionais;
- IV. Promover reuniões, excursões ou programas assemelhados, com os estudantes da Escola, sem concordância da Gestão.

## **SEÇÃO I DOS DIREITOS E DEVERES DO ESTUDANTE**

**Art. 94** – Os princípios de convivência social devem contribuir para a formação integral do estudante, através das relações estabelecidas no espaço escolar pautadas na educação para valores, desenvolvendo a autonomia, a solidariedade e a cidadania.

**Parágrafo único:** O corpo discente da Escola é constituído por todos os estudantes do Ensino Médio regularmente matriculados.

**Art. 95** - Os direitos dos estudantes derivam substancialmente dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição da República, bem como dos que fixam o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor:

- I. Ter asseguradas as condições para a sua aprendizagem, além do acesso aos recursos materiais e didáticos da escola;
- II. Receber o material didático escolar prescrito para a sua série (livros didáticos), bem como o fardamento escolar;
- III. Receber todas as aulas das disciplinas curriculares, segundo os respectivos programas e cargas horárias, ministradas em nível de qualidade compatível com a natureza e objetivos da proposta pedagógica da escola;
- IV. Usufruir das demais programações, facilidades e benefícios de caráter educativo, cultural, social, religioso ou recreativo, que a escola proporcionar;
- V. ter o seu desempenho escolar avaliado de acordo com as normas da escola e ser comunicado dos resultados obtidos;
- VI. Ter um representante, democraticamente eleito, para sua turma;
- VII. Apresentar sugestões e reclamações a quem de direito, conforme a natureza e gravidade do problema encontrado;
- VIII. Ser tratado com urbanidade e respeito pelos colegas, professores e servidores da instituição.

## DOS DEVERES DOS ESTUDANTES

**Art. 96** - Os deveres do estudante se consubstanciam em função dos objetivos das atividades educacionais e da preservação dos direitos do conjunto da comunidade escolar. São deveres dos estudantes:

- I. Conhecer e cumprir este Regimento;
- II. Contribuir em sua esfera de atuação com a elaboração, realização e avaliação do projeto educacional da escola, expresso na Proposta Pedagógica;
- III. Respeitar as autoridades escolares e acatar as determinações delas emanadas;
- IV. Tratar com respeito e urbanidade os colegas, professores, servidores, voluntários, estagiários e eventuais visitantes;
- V. Cumprir com assiduidade e pontualidade as obrigações escolares, seja no que se refere ao comparecimento às aulas e demais atividades programadas, como na execução das tarefas e estudos determinados pelos professores, empenhando-se no sucesso de sua execução;
- VI. Apresentar-se na escola devidamente uniformizado e portando o material escolar necessário ao cumprimento de suas atividades escolares;
- VII. Manter, nas salas de aula e demais dependências da escola, conduta educada e disciplinada;
- VIII. Cooperar e zelar para a boa conservação e integridade das instalações, dos equipamentos e material escolar, concorrendo também para as boas condições de asseio das dependências da escola.

**Art. 97**- É vetado ao Estudante:

- I. Agredir física ou moralmente os colegas, professores, servidores, voluntários, estagiários e eventuais visitantes que na Escola se encontrem;
- II. Entrar nas salas de aula ou demais espaços pedagógicos ou dela sair, após o início e antes do término das aulas, sem permissão do professor, bem como retirar-se da escola no horário escolar, sem permissão da Coordenação Pedagógica;
- III. Ocupar-se durante as aulas de qualquer outro trabalho ou atividade não pertinente às mesmas;
- IV. Utilizar-se de livros, material escolar ou qualquer objeto dos colegas, sem permissão do mesmo;
- V. Perturbar o funcionamento e a ordem nas salas de aula, laboratórios, Biblioteca, refeitório, corredores e demais dependências da escola;
- VI. Sujar, pichar ou causar outros danos às instalações, equipamentos e materiais da Escola, colegas, professores, servidores, voluntários ou estagiários;
- VII. Entrar na Sala de Professores, Secretaria, Coordenação Pedagógica ou qualquer outra dependência reservada às atividades e serviços da Instituição, sem a devida autorização;
- VIII. Organizar ou participar de jogos de azar, rifas, bingos, coletas ou subscrições, no recinto da escola, sem autorização da Gestão;
- IX. Portar ou utilizar, no recinto da escola, qualquer espécie de material impresso ou gravado que atente contra a moral e costumes,
- X. portar ou utilizar drogas entorpecentes ou psicotrópicos e armas de qualquer natureza, inclusive objetos cortantes e/ou perfurantes que representem perigo para a saúde, segurança e integridade física de si próprio ou de outros;
- XI. Fazer propaganda ou proselitismo político-partidário nas instalações do Centro;
- XII. Usar aparelho celular ou eletroeletrônicos (rádio, MP3, etc), ou acessórios diversos que venham a descaracterizar o ambiente escolar (bonés, chapéus, toucas, etc);
- XIII. Promover manifestações coletivas ou delas participar no interior da escola, salvo quando autorizado pela Gestão.

**Parágrafo único:** A não observância do constante neste artigo deverá ser tratada de forma associada a uma ação formativa e pedagógica, de acordo com as normas e objetivos da Escola estabelecidos neste Regimento.

**Art. 100** - Ao docente, à equipe pedagógica e à direção é vedado:

- I. Tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;
- II. Ministar, sob qualquer pretexto, aulas particulares e atendimento especializado remunerado a alunos do estabelecimento de ensino;

- III. Discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;
  - IV. Expor colegas de trabalho, alunos ou qualquer membro da comunidade à situações constrangedoras;
  - V. Retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;
  - VI. Ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;
  - VII. Receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino, durante o período de trabalho, sem a prévia autorização do órgão competente;
  - VIII. Ausentar-se da escola, sem prévia autorização do órgão competente;
  - IX. Transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
  - X. Utilizar-se em sala de aula de aparelhos celulares, recebendo e fazendo chamadas telefônicas;
  - XI. Divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho de Pais e Mestres;
  - XIII. Comparecer à escola embriagado ou com indicativos de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- I. fumar nas salas de aula ou em qualquer outro ambiente da Escola.

**Parágrafo único.** Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

## **TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 101** - Este Regimento sofrerá modificações parciais ou totais em seu conteúdo, sempre que exigir o movimento social e a Legislação vigente, desde que aprovado pelo órgão competente.

**Parágrafo único.** A alteração exigida em qualquer dos artigos deste Regimento, em atendimento às novas disposições legais e aspectos administrativos e didático-pedagógicos, será proposta pela Gestão, ouvido o Conselho Escolar e encaminhado ao órgão competente para aprovação.

**Art. 102** - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Equipe Gestora, em consonância com a Legislação Vigente.

**Art. 103** - Na impossibilidade de ser mantido o funcionamento

Recife, novembro de 2016.

---

Valmira Maria de A. C. Cruz  
Gestora



## ANEXO 5 - Guia de Orientação para o Estudante da Escola Integral EREM Ginásio Pernambucano GP-AURORA



### Guia de Orientação para o Estudante

Caro (a) educando (a)

Num mundo de múltiplos desafios, a escola tem como papel fundamental a criação de caminhos que possibilitem ao aluno uma formação autônoma, ética e solidária através de uma aprendizagem significativa, na qual ele (a) seja responsável pela construção de significados sociais a coisas e pessoas, por meio do protagonismo juvenil que buscamos desenvolver na **Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano (EREM-GP)**. A escola é lugar de aquisição de conhecimento técnico-científico, de crescimento pessoal, de construção de projeto de vida, de criação de laços de amizade que podem perdurar por anos na vida dos indivíduos.

**FREQUÊNCIA:** A falta às atividades escolares só será justificada através de comunicado da família ou atestado médico. Caso seja por período prolongado, a justificativa será tratada conforme legislação vigente. Logo, caso haja falta, a apresentação de atestado médico à Coordenação Pedagógica é obrigatória.

**CUMPRIMENTO DO HORÁRIO:** O horário integral é inegociável, devendo ser respeitado conforme declaração da família no ato da matrícula quanto ao desejo e à

disponibilidade do jovem em assumir o compromisso de participar do Programa. Por isso, não devem ser programadas atividades que interfiram no horário estabelecido. Assim, o estudante deve chegar pelo menos 10 minutos antes do início da 1ª aula (7h20min). Após este horário, não será permitida a entrada em sala, sem justificativa. Após as 7h40min., o aluno só entrará na escola até às 8h. A partir das 8h01min só entrará com atestado médico ou comprovante militar. A recorrência dos atrasos (03/mês) implicará em comunicado à família, além da perda das aulas.

**FARDAMENTO:** Composto de blusa padronizada, calça comprida jeans ou saia jeans na altura do joelho (azul ou preto) e sapato tênis, de uso obrigatório (azul, preto, branco, cinza ou quaisquer cores NEUTRAS).

**MATERIAL DIDÁTICO:** Não esquecer o material didático solicitado pelo (a) professor (a), assim como der ser responsável pela utilização dos livros (não riscar, não rasgar, não perder), os quais deverão ser devolvidos ao final do ano letivo. Faz-se necessário o uso do livro em sala de aula, quando solicitado pelo professor. Para guardar o material disponibilizamos um armário, as chaves são de inteira responsabilidade do aluno, assim como quaisquer objetos guardados em seu interior. Caso perca ou esqueça algum objeto de valor na escola é de sua inteira responsabilidade, portanto, EVITE trazê-los para a escola.

**OBS.: a reposição do livro didático ocorrerá nos casos de perda ou má conservação do mesmo, e será de inteira responsabilidade da família do aluno. Lembramos que o livro didático é um patrimônio público e, assim como você, outros jovens merecem uma oportunidade para utilizá-los beneficiando-se com seus conteúdos.**

**CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR E DO PATRIMÔNIO:** Os estudantes são corresponsáveis pela conservação e prevenção do patrimônio das Escolas de Referência no que se refere à estrutura física; aos equipamentos e móveis; livros e demais materiais que compõem o patrimônio interno, bem como sua limpeza. Do mesmo modo, devem respeitar os pertences de seus colegas, educadores, equipe gestora e funcionários. Caso ocorram atitudes contrárias aos princípios éticos que norteiam a proposta pedagógica deste Programa, tais como depredação, vandalismo, roubo ou furto, o(s) autor (es) se a responsabilizado e deverá ressarcir o “bem coletivo” pelas possíveis perdas. Assim, deve-se contribuir para a manutenção e conservação da limpeza e organização do ambiente escolar, preservando as instalações sanitárias através do uso adequado: a água deve ser usada com moderação; papéis, absorventes ou quaisquer outros objetos deverão ser jogados no cesto do lixo. As refeições SÓ devem ser feitas no refeitório.

**ANEXO 6 - Projeto Mundo Verde Sustentável da Escola Integral EREM Ginásio  
Pernambucano/GP-Aurora**



**Projeto  
Mundo Verde  
Sustentável  
EREM Ginásio  
Pernambucano**

**Conscientização, Conservação, Reciclagem e Paisagismo no  
ambiente escolar**

**Professores Coordenadores:** Augusto Dornelas e Anaelizabeth Maciel

**Disciplinas:** Geografia, Direitos Humanos e História

**Recife, 2016**

## APRESENTAÇÃO

**Título do projeto:** Projeto Mundo Verde Sustentável EREM Ginásio Pernambucano

**Parceiros:** EREM Ginásio Pernambucano, ONG Green Day Pernambuco, Equipe Somos Professores.

**Projeto de pesquisa:** Oferecer a oportunidade de jovens e adultos se tornarem cidadãos mais compromissados no que se refere a questão ambiental do planeta e sua preservação, para que as futuras gerações possam respirar um ambiente mais favorável desenvolvendo assim, a prática do desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo criar soluções para reaproveitar o lixo que é descartável como garrafas pet, latinhas, entre outros; melhorar o ambiente da escola com práticas de paisagismo.

**Linha de Pesquisa:** Educação Ambiental, Geografia, História, Sociologia, Cidadania, Ciências Biológicas, Artes, Química, Direitos Humanos.

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>04</b>
<b>2 - JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>05</b>
<b>3 - OBJETIVOS .....</b>	<b>06</b>
3.1- OBJETIVO GERAL .....	06
3.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	06
4 - METODOLOGIA .....	10
<b>5 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....</b>	<b>11</b>
6- RESULTADOS ESPERADOS .....	12
7- REFERÊNCIAS .....	13

## 1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental do planeta não é um fato recente. A idéia de conservar e preservar a natureza já vem há muito tempo sendo discutido em jornais, televisão e para tal fato não é à toa que surgiram conferencias socioambientais para tentar salvar o planeta.

A situação do meio ambiente no globo nos desafia a preservar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social justo, permitindo que as sociedades humanas atinjam uma melhor qualidade de vida em todos os aspectos. A necessidade de consolidar novos modelos de desenvolvimento sustentável no país exige a construção de alternativas de utilização dos recursos, orientada por uma racionalidade ambiental e uma ética da solidariedade.

A compostagem é o processo biológico de valorização da matéria orgânica, seja ela de origem urbana, doméstica, industrial, agrícola ou florestal, e pode ser considerada como um tipo de reciclagem do lixo orgânico. Trata-se de um processo natural em que os micro-organismos, como fungos e bactérias, são responsáveis pela degradação de matéria orgânica. A técnica de compostagem ajuda na redução das sobras de alimentos tornando-se uma solução fácil para reciclar os resíduos gerados em nossa residência ([www.ecycle.com.br](http://www.ecycle.com.br) acesso dia 06/09/15).

A compostagem, usada principalmente na zona rural, é de extrema importância para o meio ambiente e para a saúde dos seres humanos. O lixo orgânico, muitas vezes, é descartado em lixões, ruas, rios e matas, poluindo o meio ambiente. Além disso, o acúmulo de resíduos orgânicos a céu aberto favorece o desenvolvimento de bactérias, vermes e fungos que causam doenças nos seres humanos. Além disso, favorece o desenvolvimento de insetos, ratos e outros animais que podem transmitir doenças aos homens ([www.suapesquisa.com.br](http://www.suapesquisa.com.br) acesso dia 06/09/15).

Diante deste fato vale salientar o quão é importante fazer uso e ter consciência da reciclagem de alimentos afim de tentar minimizar os impactos ambientais bem como a quantidade de lixo jogado nas ruas e nos lixões.

A partir de então como a compostagem serve também para a produção de adubos, é interessante ver a questão paisagística do local como forma de embelezar ambientes.

Paisagismo é um conceito que admite duas grandes acepções. Por um lado, o termo refere-se à arte que consiste na planificação, na concepção e na conservação de parques e jardins. Por outro, a noção diz respeito ao género pictórico que se dedica à representação de paisagens (a extensão de terreno visível a partir de um sitio). O paisagismo, por conseguinte, pode associar-se ao conjunto de actividades destinadas a modificar os aspectos visíveis de um terreno. O artista que se dedica a esta tarefa recebe o nome de paisagista ([www.google.com.br](http://www.google.com.br) acesso dia 06/09/15).

Portanto, a reciclagem ainda é o meio mais interessante e ao mesmo tempo importante para cuidar do meio ambiente e fazer prática do desenvolvimento sustentável.

## JUSTIFICATIVA

A situação atual do planeta e do Brasil no tocante a questão ambiental faze-nos tomar uma postura crítica. Em vista disso faz-se necessário a implantação de um projeto envolvendo estudantes da EREM Ginásio Pernambucano(Aurora) onde os mesmos irão assumir o papel de defensores do meio ambiente com suas ideias e suas participações em trabalhos científicos e práticos, os educandos sentirão a grande responsabilidade de cuidar da nossa casa, o planeta Terra fazendo uso da reciclagem e compreendendo a sua importância, tornando um ambiente escolar melhor e mais agradável com práticas de paisagismo.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1 Geral**

Desenvolver um projeto Interdisciplinar (Geografia, Direitos Humanos, História) junto às escolas públicas e privadas, contemplando jovens e adultos vistos como formadores de opiniões conscientes da questão de sustentabilidade e diversas formas de reciclagem e ao mesmo tempo poder embelezar os ambientes escolares com técnicas de paisagismo.

#### **3.2 Específico**

##### **MÓDULO 1(Conscientização e Reciclagem)**

- Fazer um trabalho de conscientização com as turmas sobre a importância de preservar o meio ambiente.
- Realizar visitas em reservas ambientais, excursões didáticas, visitas em empresas que trabalham com a questão ambiental, bem como outras formas de visitação
- Exibir alguns vídeos que fale sobre as questões ambientais, desenvolvimento sustentável.
- Compreender as diversas formas de reciclagem para o meio ambiente.
- Fazer a divulgação do projeto em cada sala sensibilizando e conscientizando cada estudante, orientando os mesmos onde deve ser colocado o lixo orgânico (casca de frutas, verduras, hortaliças casca de ovo, entre outros).
- Confeccionar uma composteira doméstica (passo a passo)
- Identificar e caracterizar os principais materiais de uso reciclável dentro do nosso dia a dia, principalmente matéria orgânica (casca de frutas, verduras, hortaliças casca de ovo, entre outros).
- Criar coletores específicos para este tipo de coleta com placas sinalizadas
- Fazer coleta de toda a matéria orgânica (casca de frutas, verduras, casca de ovo, hortaliças, entre outros) através de coletores sinalizados.
- Identificar na composteira a data das trocas de cada fase
- Mostrar o que é feito após o tratamento das “sobras” da comida.
- Retirar, após o final da compostagem, o adubo pronto e o fertilizante líquido biológico e coloca-los nas plantas da escola e/ou fazer doação.
- Fazer um relatório do andamento do projeto até a sua fase final.
- Identificar as diversas formas de reciclagem através de garrafas pet, latinhas de refrigerante, entre outros, construindo artefatos que podem ser utilizados dentro da própria escola como uma exposição.

- Criar um desfile de “moda ecológica” confeccionando roupas, bolsas, estojos, entre outros, feitas com material reciclado como uma forma de conscientização e reaproveitamento dos materiais que seriam descartados.

#### MÓDULO 2(Paisagismo)

- Construir fontes de mesa artesanal como uma forma de embelezar determinados espaços da escola.
- Criar soluções e práticas de paisagismo com plantas suspensas, vasos de diversos tipos feitos com toalhas de banho ou de rosto para serem colocados em exposição.
- Fazer o plantio de algumas espécies de plantas em vasos como forma de paisagismo
- Identificar com placas o nome de cada espécie colocando o nome científico, o nome popular e sua utilidade.
- Pesquisar e fazer o plantio de espécies como: medicinais, exóticas, carnívoras, frutíferas, entre outras.
- Fazer a rega, podas e adubação, regularmente de acordo com as necessidades.
- Iniciar a prática de confecção do Bonsai (aulas teóricas e práticas)
- Ao final do projeto(culminância) fazer uma exposição com banners, fotos, vídeos, teatro tendo a participação dos alunos envolvidos no projeto.
- Fazer entregas de certificados a todos os alunos participantes do projeto.

#### **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

- Para a realização deste projeto será necessário dividi-lo em grupos dentro da sala.
- Para um melhor aproveitamento e execução do projeto faz-se necessário solicitar uma lista de materiais.
- Os educandos irão fazer registros junto aos professores coordenadores do projeto através de fotos, relatórios, confecção de vídeos, entre outros.

#### 4. METODOLOGIA

Para facilitar o nosso trabalho, iremos dividir em 2 módulos, onde no primeiro módulo terão algumas aulas teóricas trabalhando a importância do meio ambiente, o que é desenvolvimento sustentável, a questão da conscientização e preservação do meio ambiente. Durante as aulas iremos utilizar slides, vídeos, dinâmicas de grupo entre outros.

É fundamental as visitas de campo em reservas ambientais, passeios de catamarã pelo Rio Capibaribe, visita a alguma empresa que trabalhe com a questão ambiental, com agendamento prévio, tendo assim uma melhor compreensão por parte dos alunos sobre os temas abordados na sala de aula com o projeto.

A questão da reciclagem vai ser também trabalhado neste 1º momento e por isso faz-se necessário a utilização dos materiais que foram listados acima, porque iremos fazer o reaproveitamento dos materiais recicláveis e criaremos novos materiais, para isso trabalharemos com tintas, tesouras, pinças, furadeira, bem como outros materiais que estão na lista.

Com garrafas pet por exemplo, vamos fazer puffs, vestidos (momento do desfile de moda ecológica) estojos, entre outras coisas. Com latinhas de refrigerante iremos fazer panelinhas de pressão, luminárias, entre outros.

No 2º módulo iremos para a parte do paisagismo onde faremos o cultivo de plantas ornamentais exóticas, técnicas de bonsai e outras técnicas de paisagismo e por isso faz-se necessário a utilização também dos materiais acima listados como adubos, terra vegetal, vasos de plantas, cimento para a construção de novos vasos para serem colocados nos espaços da escola tornando um ambiente diferente e mais agradável.

Faremos um vaso de cimento artesanal feito com toalhas de banho e de rosto para colocar como exposição.

Nós iremos confeccionar junto com os alunos também as fontes de mesa artesanal e por isso o pedido da bomba de aquário bem como outros componentes (lâmpada de led colorida) pra poder dar execução e continuidade do projeto

As caixas organizadoras será para a confecção de uma composteira doméstica trabalhando a questão da compostagem de alimentos.

Os botijões de água ou os baldes de margarina vazios é para a confecção de coletores com a finalidade de trabalhar nos alunos da escola a conscientização de separar e colocar no local ideal(coletores) cada tipo de lixo.

Para as oficinas de Bonsai iremos utilizar as pedrinhas de aquário como uma parte do substrato junto com o húmus de minhoca, a terra vegetal e também os vasos pequenos de bonsai. Os alunos terão também algumas aulas teóricas sobre a história do Bonsai e seus cuidados e aulas práticas.

Durante todo o processo de execução do projeto os alunos junto aos coordenadores deste projeto irão fazer registros através de relatórios, fotografias, vídeos e ao final do projeto na culminância os mesmos irão fazer uma exposição de tudo que aprenderam neste projeto e apresentar ao público da escola.

#### 5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades/Mês	EV	AR	BR	AI	UN	UL	J
Divulgação do Projeto e discussão dos interesses							
Execução do Projeto							
Ajustar as informações e trabalhos em sala de aula							
Resultado dos trabalhos e do projeto(culminância)							X (primeira semana)

OBSERVAÇÃO: Este projeto será feito a cada 6 meses, haja visto para dar oportunidade de outros alunos da escola participarem também em um sistema de rodizio.

## **6. RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se que ao final deste projeto os educandos possam sair com mais responsabilidades no que se refere as questões ambientais do planeta partindo do geral para o específico(local), conscientes da importância da reciclagem e possam se tornar cidadãos com opiniões mais críticas e ao mesmo tempo possam influenciar outros a adotarem práticas de desenvolvimento sustentável e novas técnicas de paisagismo, tornando o ambiente escolar mais agradável.

## 7. REFERÊNCIAS

### SITES DA INTERNET VISITADOS

- [www.ecycle.com.br](http://www.ecycle.com.br) acesso dia 08/02/16
- [www.suapesquisa.com.br](http://www.suapesquisa.com.br) acesso dia 08/02/16
- [www.google.com.br](http://www.google.com.br) acesso dia 10/02/16).

## **ANEXO 7 -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Professor**



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROFESSOR**

Autorização para sua inclusão no estudo sobre: “**ESCOLA E MEIO AMBIENTE:** Análise das ações do projeto em Educação Ambiental desenvolvidos na escola estadual integral do ensino médio Ginásio Pernambucano-Cabugar da Cidade do Recife–PE”.

Instituição: **UNIVERSIDADE AUTONOMA DE ASUNCIÓN**

Investicadora: Isis Marinho Siqueira Menezes

#### **1. PROPOSTA DO ESTUDO**

Você está convidado a participar de um estudo sobre: ”ESCOLA E MEIO AMBIENTE: Análise das ações dos projetos em Educação Ambiental desenvolvidos nas escolas estaduais do ensino médio da cidade do Recife –PE”.

#### **2. EXPLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**

Sua participação será submeter-se a uma avaliação através de um questionário semi-estruturado sobre a importância dos Projetos em Educação Ambiental que favoreceram o processo de ensino aprendizagem considerando mudanças de atitude dos educando, contendo 15(quinze), perguntas cada uma, sobre as vivências e as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelo educador da escola.

#### **3. POSSÍVEIS DESCONFORTOS**

Os procedimentos poderão trazer desconfortos ao sujeito da pesquisa em se submeter a responder aos questionários mencionados na metodologia desde projeto, além do cansaço.

#### **4. BENEFÍCIOS**

O benefício principal será de se observar a importância da participação dos educadores nos desenvolvimentos em projetos ambientais como condição necessária a mudança de comportamento dos alunos quanto aos cuidados e utilização consciente dos recursos naturais.

#### **5. RETIRADA DO ESTUDO**

A participação do educador no estudo é voluntária, podendo retirar-se dele, por qualquer motivo, sem nenhum prejuízo pessoal.

#### **6. CONFIDENCIALIDADE**

As informações fornecidas nos questionários serão mantidas em total sigilo. Os resultados poderão ser divulgados em congressos, revistas e de educação ou outros eventos científicos sem seu nome ser citado.

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador

---

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## ANEXO 8 -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Aluno



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO ALUNO**

Autorização para sua inclusão no estudo sobre: “**ESCOLA E MEIO AMBIENTE: Análise das ações do projeto em Educação Ambiental desenvolvidos na escola estadual integral do ensino médio Ginásio Pernambucano-Cabugar da Cidade do Recife–PE**”.

Instituição: **UNIVERSIDADE AUTONOMA DE ASUNCIÓN**

Investicadora: Isis Marinho Siqueira Menezes

#### **1. PROPOSTA DO ESTUDO**

Você está convidado a participar de um estudo sobre: ”ESCOLA E MEIO AMBIENTE: Análise das ações dos projetos em Educação Ambiental desenvolvidos nas escolas estaduais do ensino médio da cidade do Recife –PE”.

#### **2. EXPLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**

Sua participação será submeter-se a uma avaliação através de um questionário semi-estruturado sobre a importancia dos Projetos em Educação Ambiental que favoreceram o processo de ensino aprendizagem considerando mudanças de atitude dos educando, contendo 14(cartoze), perguntas cada uma, sobre as vivencias e as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelo educador da escola.

#### **3. POSSIVEIS DESCONFORTOS**

Os procedimentos poderão trazer desconfortos ao sujeito da pesquisa em se submeter a responder aos questionários mencionados na metodologia desde projeto, além do cansaço.

#### **4. BENEFÍCIOS**

O beneficio principal será de se observar a importância do conhecimento em educação ambiental e sustentabilidade como condição necessária a mudança de comportamento quanto aos cuidados e utilização consciente dos recursos naturais.

#### **5. RETIRADA DO ESTUDO**

A participação do aluno no estudo é voluntária, podendo retirar-se dele, por qualquer motivo, sem nenhum prejuízo pessoal.

#### **6. CONFIDENCIALIDADE**

As informações fornecidas nos questionários serão mantidas em total sigilo. Os resultados poderão ser divulgados em congressos, revistas e de educação ou outros eventos científicos sem seu nome ser citado.

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador

---

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**APÉNDICE A**

**UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION - UAA**  
**FACULTAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS Y COMUNICACIÓN**  
**MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**QUESTIONARIO PARA O PROFESSOR (A)**

Contexto: Baseado nos Recursos utilizados pelos professores para desenvolver as ações e práticas nos projetos ambientais

Esta pesquisa será realizada pela aluna, Isis Marinho Siqueira Menezes, da Universidade Autônoma de Assunção - Paraguai, para uma melhor análise de desempenho da sociedade relacionado ao tema: Escola e Meio Ambiente: Análise das ações do projeto em educação ambiental desenvolvidas na Escola Estadual Integral do Ensino Médio Ginásio Pernambuco do Recife – PE – Brasil, da Tese de Mestrado em Ciência da Educação.

Este questionário possui 10 perguntas direcionadas ao docente.

**1. Você é graduado em:** \_\_\_\_\_

**2. Titulação:**  Especialista  Mestre  Doutor

**3. Idade:**  26 a 30 anos  31 a 35 ano  36 anos a 40 aos  acima de 40 anos

**4. Tempo de Docência:**  2 a 5 anos  6 a 9anos  10 a 13 anos  acima de 14 anos

**5. Você considera positivo os projetos trabalhados em educação ambiental na escola?**

Muito positivo  Positivo  Pouco positivo  Não estar sendo positivo

**6. Você sabe se no Projeto Político Pedagógico da escola, são contemplados temas voltados na área ambiental?**

Muito contemplado  Contemplado  Pouco contemplado  Não contemplado

**7. O educador recebe algum incentivo por parte da escola para o desenvolvimento de ações/projetos de natureza ambiental?**

Muito incentivo  Há incentivo  Pouco incentivo  Não há incentivo

**8. Quais os entraves/dificuldades encontrados no desenvolvimento dos projetos ambientais?**

Muito  Pouco  Não oferece  Não tenho conhecimento

**9. Nas aulas com temas ambientais tem despertado algum interesse nos estudantes pelo lixo que são produzidos nas escola?**

Muito interesse  Pouco interesse  Às vezes  Nenhum interesse

**10. Há interdisciplinaridade para trabalhar educação ambiental e sustentabilidade na escola?**

Sim  Às vezes  Não  Não responder

Agradeço a colaboração de todos que ajudaram nesta pesquisa.

## **APÊNDICE B**



**Universidad Autónoma de Asunción**

**Dirección de Investigación**

**Questionario de Proyecto de Tesis de Maestria**

### **QUESTIONARIO PARA O (A) ESTUDANTE**

Contexto: Baseado no envolvimento e participação dos alunos

Esta pesquisa será realizada pela aluna, Isis Marinho Siqueira Menezes, da Universidade Autônoma de Assunção - Paraguai, para uma melhor análise de desempenho da sociedade

relacionado ao tema: Escola e Meio Ambiente: Análise das ações do projeto em educação ambiental desenvolvidas na Escola Estadual Integral do Ensino Médio Ginásio Pernambuco do Recife – PE – Brasil, da Tese de Mestrado em Ciência da Educação.

Este questionário possui 10 perguntas direcionadas ao docente.

**1. Quais das ações ou projeto em Educação Ambiental desenvolvidos pela escola, que você já participou?**

- Reciclagem do óleo
- Reciclagem de latas, vidros, pneus e garrafas Pet's
- Reciclagem de papel e papelão
- Compostagem (adubo)
- Cultivo da horta e jardinagem
- Coleta e separação do lixo
- Nenhum dos projetos citados

**2. Você sentiu alguma dificuldades de aprendizagem dos saberes ministrados durante o desenvolvimento do projeto ?**

- Muita dificuldade  Pouca dificuldade  às vezes  Nenhuma dificuldade

**3. As atividades ou ações desenvolvidas por meio dos projetos na escola contribuíram na mudança do seu comportamento com os cuidados ambientais?**

- Contribuiu Muito  Contribuiu pouco  Algumas vezes  Não contribuiu

**4. Você considera os professores de sua escola preparados para trabalhar os temas voltados à questão ambiental?**

- Não preparados  Pouco preparados  Preparados  Muito Preparados

**5. Qual foi o momento que você mais destaca ou chamou a sua atenção quando estava participando das ações dos projetos ambientais na escola?**

---

---

---

---

---

---

**6. Você acha importante sua participação e envolvimento no projeto em Educação Ambiental?**

Nem sempre  Pouco importante  Importante  Muito Importante

**7. As ações desenvolvidas pelos professores facilitaram o processo de compreensão e aprendizagem nas questões ambientais?**

- Facilitou muito  
 Facilitou  
 Facilitou um pouco  
 Não facilitou

**8. Quais as dificuldades ou limitações você percebeu na escola ao término do projeto em EA?**

---

---

---

---

**9. Os conteúdos estudados em sala de aula referentes aos temas ambientais, são colocados em prática pelo professor?**

---

---

---

---

---

---

**10. Quais as sugestões que você teria a fazer para o(a) professor(a) com relação ao desenvolvimento das ações e práticas ambientais?**

---

---

---

---

---

---

Agradeço a colaboração de todos que participaram

Como afirma Gil (2002, p. 121) “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais frequente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”. Marconi e Lakatos (2003, p. 162), também afirmam que a “amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Gil (2002, p. 121), ainda explica que “quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo”.

Conforme destaca Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 253), “para o enfoque qualitativo, as populações devem situar-se claramente ao redor de suas características de conteúdo, de lugar e no tempo”. Os autores destacam que “os critérios de que cada pesquisador depende de seus objetivos de estudo, o importante é estabelecê-los de maneira muito específica”. Assim, segue a tabela abaixo para melhor visualização da população participante da presente investigação.